

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

CÁTIA APARECIDA MIGUEL FERNANDES

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PERCEPÇÃO DOS
PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT**

**CÁCERES-MT
2021**

CÁTIA APARECIDA MIGUEL FERNANDES

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PERCEPÇÃO DOS
PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade do Estado de
Mato Grosso – UNEMAT.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Horto Salles Tiellet

**CÁCERES-MT
2021**

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

F363v FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel.
Violência Contra Crianças e Adolescentes: A Percepção dos Professores de Ciências Biológicas do Ensino Fundamental da Rede Pública do Município de Cáceres/MT / Cátia Aparecida Miguel Fernandes – Cáceres, 2021.
105 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (não)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

Orientador: Maria do Horto Salles Tiellet

1. Escola. 2. Violência Sexual. 3. Professor de Ciências Biológicas. 4. Práticas Pedagógicas. I. Cátia Aparecida Miguel Fernandes. II. Violência Contra Crianças e Adolescentes: A Percepção dos Professores de Ciências Biológicas do Ensino Fundamental da Rede Pública do Município de Cáceres/MT: .

CDU 37:343.541-053.2/.6

CÁTIA APARECIDA MIGUEL FERNANDES

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PERCEPÇÃO DOS
PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria do Horto Salles Tiellet (Orientadora – PPGEdu/UNEMAT)

Dra. Tatiane Lebre Dias (Avaliador Externo – UFMT)

Dra. Rosely Aparecida Romanelli (Avaliador Interno – PGEdU/UNEMAT)

APROVADA EM: ____/____/____

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu pai Antônio Mariano Fernandes (In memoriam) e a minha mãe Trindade da Conceição Miguel Fernandes, por terem se sacrificado e abdicado de tempo e de muitos projetos pessoais para que eu tivesse a oportunidade de estudar e de ter uma boa formação profissional e também pessoal, por terem me ensinado a caminhar e assim poder seguir meus próprios passos. Pela educação que me deram e por estarem ao meu lado, tanto nas alegrias como nos momentos difíceis. Sem o apoio de vocês nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter-me dado a bênção de poder chegar até aqui; mesmo diante de todos os tropeços, tristezas e desânimos, o Senhor esteve caminhando ao meu lado, dando-me forças e coragem para enfrentar os desafios e poder saborear essa conquista.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria do Horto Salles Tiellet, pela excelente profissional e pessoa que sempre foi e é. À sua infinita sabedoria em proporcionar-me momentos de aprendizados; sempre com muita dedicação, paciência e carinho para comigo, em todas as etapas deste trabalho de pesquisa. Serei sempre grata aos seus cuidados e ensinamentos, preciosos em meu caminhar.

Aos/às professores/as do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, pela oportunidade que me proporcionaram e pela atenção de sempre.

Meus agradecimentos aos professores/as entrevistados pela valiosa colaboração na participação da pesquisa, contribuindo, grandemente, para que eu pudesse realizar este trabalho.

Agradeço aos/às colegas da turma de mestrado/2019, destacando alguns nomes que compõem o meu grupo de amigos/as, pelo companheirismo e solidariedade nos momentos em que eu mais precisei, que são eles/as: Daniel, Lucas, Juliana, Jucélia, José Geraldo, Evelyn, Fabiane, Geovana, Suelem, Samara e Valdicéia. Tivemos muitos momentos de alegrias e aprendizado, que guardarei junto à amizade de cada um/a.

Agradeço aos meus pais, Antônio Mariano Fernandes (*In memoriam*) e Trindade da Conceição Miguel Fernandes, pelos seus ensinamentos preciosos em meu caminhar e pelo apoio constante que me deram para que eu chegasse até aqui.

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu esposo e companheiro, Marcelo Santana de Carvalho, pela compreensão nos momentos de ausência e apoio constante na concretização deste trabalho.

Aos meus adoráveis filhos Matheus Santana Miguel Fernandes e Sophia Santana Miguel Fernandes, que são o meu orgulho, a razão da minha vida e do grande amor que carrego no coração.

Agradeço ao meu irmão Renato Miguel Fernandes, pelo apoio e incentivo que sempre me deu para a realização desta conquista e que nunca subestimou a minha capacidade intelectual.

Às minhas tias Francisca Soares Miguel e Isabel da Conceição Augusta. Ao meu sobrinho Caio Victor e à minha cunhada Fabiane, por darem atenção aos meus filhos nos momentos que precisei me ausentar para que este sonho se realizasse.

Aos/às demais familiares e amigos/as, agradeço, de coração, pelas orações, pelo carinho e compreensão, durante as minhas ausências, justificadas em prol da minha pesquisa.

NINGUÉM MEXE COMIGO (Bruna Caram)

*É muito importante ser valente
E ser valente é ser confiante
Que gente pequenina já é gente
E toda gente pode ser gigante
Não é todo adulto que faz sempre certo tudo todo o tempo
Criança também sabe muito do seu mundo e do seu sentimento
Criança também diz: isso não pode!!!
Criança também diz quando parar!
Ninguém mexe comigo
O que corpo é meu abrigo
Só quem me tem respeito é que pode se aproximar
Se eu achar estranho o jeito de alguém me encostar, eu vou gritar!
Se eu achar suspeito o jeito de alguém me mexer, eu vou correr!
Se alguém me maltratar, eu vou contar!
Se eu for contar e não souber pra quem,
Eu disco 100! Eu disco 100.
Então se você achar que alguém por perto está fazendo algo que não é certo
Tipo fingir ser amigo e fazer maldades contigo
Como te tocar, fotografar ou se mostrar,
E se disser que se você contar não vão acreditar,
Não importa quem seja, se proteja, ouça bem:
Correr, gritar, contar ou discar 100!*

RESUMO

A presente dissertação, intitulada “Violência contra crianças e adolescentes: a percepção dos professores de ciências biológicas do ensino fundamental da rede pública do município de Cáceres/MT”, tem por objetivo conhecer a percepção dos professores do ensino de Ciências Biológicas e as ações pedagógicas das escolas públicas estadual e municipal de Cáceres-MT, no enfrentamento à Violência Sexual contra criança e adolescência (VCCA), especialmente a problemática relacionada à violência sexual. Tem como tema a violência contra criança e adolescente (VCCA), visando analisar o discurso dos professores de Ciências Biológicas, das escolas públicas de Cáceres-MT, sobre a violência que atinge os estudantes, o papel da escola e do ensino de Ciências Biológicas, pontualmente sobre a problemática da violência sexual contra a Criança e o adolescente (VSCA). Inicialmente, fez-se um levantamento na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no recorte temporal de 2010 a 2019, utilizando os descritores: “violência contra criança e adolescente” e “violência sexual”. Para a coleta de dados, usou-se fontes documentais e entrevista por pauta com os professores de Ciências Biológicas das escolas investigadas. O livro de registro do Conselho Tutelar, feito pelas escolas, nos últimos cinco anos, sobre os casos notificados de violência contra criança e o adolescente e casos de violência sexual viabilizou a identificação do bairro com maior incidência e, conseqüentemente as escolas, definindo-as como locais para pesquisa. Duas escolas públicas foram selecionadas e se localizam em bairros a sudeste do município de Cáceres/MT, sendo identificadas por pseudônimos. Ainda como fonte documental, solicitou-se acesso aos cadernos de registro, o projeto político pedagógico e o projeto de formação continuada das escolas selecionadas e, acesso ao plano de aula e planejamento anual dos professores de Ciências Biológicas. Realizou-se entrevistas no universo de professores da área de ciências Biológicas das duas escolas selecionadas, totalizando quatro sujeitos entrevistados. Para o procedimento de sistematização e análise, usamos o método fenomenológico de Maria Aparecida Bicudo. Por meio das unidades de significado e de sentido dos sujeitos significativos, ressaltamos o processo de investigação sobre o papel da escola no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente, e do ensino de Ciências Biológicas sobre a problemática da violência sexual. Diante do relato dos sujeitos significativos, podemos analisar que tratam o tema “violência sexual” como uma questão complexa e polêmica para trabalhar como conteúdo na disciplina de Ciências Biológicas, mas enfatizam que a educação sexual pode contribuir para o conhecimento dos alunos sobre a prevenção da violência sexual. Os/as professores/as trabalham a violência sexual de forma espontânea, quando os alunos ficam sabendo de algum caso de violência sexual na escola, é esse o momento propício de abordar o assunto, em sala de aula.

Palavras-chave: Escola. Violência sexual. Professor de Ciências Biológicas. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This dissertation, entitled "Violence against children and adolescents: the perception of biological science teachers in public elementary schools in the city of Cáceres/MT", aims to understand the perception of Biological Science teachers and pedagogical actions of state and municipal public schools in Cáceres-MT, in the fight against Sexual Violence against children and adolescents (VCCA), especially the problem related to sexual violence. Its theme is violence against children and adolescents (VCCA), aiming to analyze the discourse of Biological Science teachers, from public schools in Cáceres-MT, on violence that affects students, the role of the school and the teaching of Biological Sciences, specifically on the issue of sexual violence against children and adolescents (VSCA). Initially, a survey was carried out in the database of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), in the time frame from 2010 to 2019, using the descriptors: "violence against children and adolescents" and "sexual violence". For data collection, documental sources and interviews with the Biological Sciences teachers of the investigated schools were used. The Guardian Council registry book, made by schools, in the last five years, on reported cases of violence against children and adolescents and cases of sexual violence enabled the identification of the neighborhood with the highest incidence and, consequently, the schools, defining them as places to search. Two public schools were selected and are located in southeastern districts of the city of Cáceres/MT, being identified by pseudonyms. Also as a documental source, access was requested to the registration notebooks, the political pedagogical project and the continuing education project of the selected schools, and access to the lesson plan and annual planning of the Biological Sciences teachers. Interviews were carried out in the universe of Biological Sciences teachers from the two selected schools, totaling four interviewed subjects. For the systematization and analysis procedure, we used Maria Aparecida Bicudo's phenomenological method. Through the units of meaning and meaning of significant subjects, we emphasize the research process on the role of the school in confronting violence against children and adolescents, and the teaching of Biological Sciences on the issue of sexual violence. Given the report of significant subjects, we can analyze that they treat the topic "sexual violence" as a complex and controversial issue to work as content in the Biological Sciences discipline, but emphasize that sexual education can contribute to the knowledge of students about the prevention of sexual violence. Teachers work with sexual violence spontaneously, when students learn of any case of sexual violence at school, this is the right time to address the subject in the classroom.

Keywords: School. Sexual violence. Teacher of Biological Sciences. Pedagogical practices.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Brasileira de Dissertações
C&T	Ciência e Tecnologia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IES	Instituição de Ensino Superior
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PT	Partido dos Trabalhadores
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
VCCA	Violência contra Criança e Adolescente
VSCA	Violência Sexual contra a Criança e Adolescente

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Número e natureza das violações contra a criança e o adolescente, no período de 2015 a 2019, denunciados pelas escolas localizadas de Cáceres-MT.....	28
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Indicação dos bairros localizados a sudeste do município de Cáceres/MT.....	29
Figura 2 – Classificação das manifestações empíricas de violência.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número e tipificação dos tipos de violência sexual contra a criança e o adolescente, no período de 2015 a 2019, nas E.E. Garça da Mata e E.E. Codorna Mineira.....	29
Quadro 2 – Sujeitos significativos.....	30
Quadro 3 – Relação entre as formas de coleta de dados e os objetivos.....	31
Quadro 4 – Classificação de abuso sexual de Sanderson (2015) contra criança e adolescente.....	51
Quadro 5 – Total das produções.....	63
Quadro 6 – Total das produções encontradas no Estado de Mato Grosso.....	64
Quadro 7 – Total de produções.....	64
Quadro 8 – Total de produções por ano.....	65
Quadro 9 – Relação dos estudos mais relevantes para a pesquisa em pauta.....	65
Quadro 10 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre a identificação do estudante vítima de violência.....	84
Quadro 11 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre os tipos de VCCA, identificados durante a vida profissional docente.....	86
Quadro 12 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre a abordagem dada aos alunos vítimas de violência.....	87
Quadro 13 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre o papel da escola e do professor no enfrentamento à VCCA.....	89
Quadro 14 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre a VSCA e a relação com a disciplina de Ciências Biológicas.....	91
Quadro 15 – Alterações comportamentais da criança e do adolescente em situações de violência.....	105

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	23
2.1 Tipo de pesquisa	23
2.2 A interrogação.....	25
2.3 Objetivos da pesquisa.....	26
2.4 Local da pesquisa.....	27
2.5 Sujeitos da pesquisa.....	30
2.6 Formas de coleta de dados.....	30
2.7 Procedimentos de sistematização e análise dos dados.....	32
2.8 A dimensão ética da pesquisa.....	32
3. VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA PERSPECTIVA DA VIOLÊNCIA SEXUAL	34
3.1. Violência: definição e caracterização.....	34
3.2 Tipologia da violência.....	41
3.2.1 As formas de violência contra crianças e adolescentes.....	43
3.2.1.1 Negligência.....	47
3.2.1.2 Violência física.....	48
3.2.1.3 Violência Psicológica.....	48
3.2.1.4 Maus tratos.....	49
3.2.1.5 Abuso.....	49
3.2.1.6 Estupro.....	52
3.2.1.7 Violência sexual.....	52
3.3 Violência contra crianças e adolescentes: um breve histórico.....	53
3.4. A defesa dos direitos da criança e do adolescentes no Brasil: ordenamento jurídico.....	58
3.5 Levantamento da produção acadêmica sobre a violência sexual.....	62
3.5.1 Descritor: Violência contra a criança e o adolescente.....	63
3.6 A escola no enfrentamento à violência sexual.....	68
3.6.1 A Educação Sexual como conteúdo na disciplina de Ciências Biológicas na prevenção da violência sexual.....	74
4. A DESCRIÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	78
4.1 Fonte Documental: Registros do Conselho Tutelar.....	78
4.2 Fonte Documental: Cadernos de Registro das escolas pesquisadas.....	79
4.3 Fonte Documental: Projeto Político Pedagógico.....	79
4.4 Fonte Documental: Planejamento anual dos professores de Ciências das escolas pesquisadas, Planejamento do professor de Ciências das escolas pesquisadas.....	80
4.5 Fonte Documental: Projeto de Formação Continuada das escolas.....	81
4.6 Entrevista.....	81
4.6.1 Categoria: Identificação do estudante que está sofrendo violência.....	84
4.6.2 Categoria: Os tipos de VCCA identificadas durante a vida	

profissional docente.....	87
4.6.3 Categoria: Abordagem dada aos alunos vítimas de violência	88
4.6.4 Categoria: o papel da escola e do professor no enfrentamento à VCCA.....	89
4.6.5 Categoria: VSCA e a relação com a disciplina de Ciências Biológicas.....	92
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICES.....	105

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado do estudo desenvolvido na linha de pesquisa “Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas, do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT-Cáceres), e tem como objeto de estudo, a violência contra crianças e adolescentes (VCCA), com foco na violência sexual.

A temática violência sexual contra a criança e o adolescente (VSCA) tem recebido atenção de diferentes áreas do conhecimento, especialmente das ciências humanas, cujos sintomas são, muitas vezes, percebidos na escola, tendo esta, papel importante na rede de proteção à criança e ao adolescente, amparada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A dissertação aqui apresentada teve origem na nossa constante preocupação em entender os fatores que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes, que podem se desvelar no ambiente escolar e principalmente nas nossas inquietações acerca das ações dos professores frente à prevenção, identificação e enfrentamento dessa forma de violência que perpassa a vida de muitas crianças e adolescentes em fase escolar.

Goldenberg (2004) analisa que, a escolha de um objeto a ser pesquisado, não surge espontaneamente; mas decorre de interesses e circunstâncias de determinada inserção do pesquisador na sociedade. Segundo a autora, buscamos explicitar nossa trajetória histórica de inserção nas esferas sociais, que se constituíram como essencial para a escolha do objeto e para o desenvolvimento da investigação realizada.

Atualmente, a violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido discutida pelos profissionais da educação, da saúde, por toda a rede de proteção a crianças e adolescentes, assim como tem mobilizado diversos segmentos sociais, com o intuito de pensar formas de enfrentamento no combate a este tipo de violência.

Não cabe aqui, mostrar somente a ascensão do número de denúncias feitas ao Conselho Tutelar denunciadas pelas escolas e a percepção dos professores de Ciências Biológicas das escolas públicas do município de Cáceres-MT, mas mostrar também, os dados da violência contra criança e adolescente no estado de Mato Grosso e no Brasil.

Conforme relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), apresentado pela deputada Vera Araújo (PT), Mato Grosso se destaca também no ranking do turismo sexual. Na região sudeste, os municípios que se encontram na faixa de fronteira com a Bolívia, cuja atividade principal é o turismo, o que engloba Cáceres, Porto Esperidião e outros municípios do Estado, a violência chega às meninas de até 11 anos que são aliciadas e exploradas sexualmente. Nos últimos oito meses, pelo menos 800 denúncias foram registradas pela

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a violência contra criança e adolescentes, sendo que, em sua maioria, são casos de abusos que ocorrem no ambiente familiar (FIGUEIREDO, 2004).

A violência contra crianças e adolescentes (VCCA), de acordo com Souza (2017), especialmente a que trata da violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCA), no estado de Mato Grosso, sobretudo nas cidades de fronteira, não difere muito em termos quantitativos e qualitativos dos municípios da faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul (MS). O relatório do Disque 100, de MS, apresentou um número elevado de notificações e foi considerado o segundo estado do país, considerando-se na proporção para cada 100 mil habitantes, com maior número de denúncias de VCCA, ficando somente atrás do Distrito Federal (SOUZA, 2017).

Segundo Braga (2011), a cidade de Corumbá/MS, por estar inserida em uma região de fronteira, torna-se uma cidade vulnerável para a incidência da violência. A atividade turística da cidade está intimamente ligada à exploração sexual de crianças e adolescentes, e que o fato de existir uma fronteira aberta entre o Brasil e a Bolívia, ainda consiste na principal dificuldade de investigações desses crimes e que, a rede de exploração sexual contra crianças e adolescentes acontecem no país vizinho (BRAGA, 2011).

Segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), no Estado de Mato Grosso, no ano de 2020, foram registrados mais de quatrocentos (400) casos de de maus-tratos a crianças e adolescentes, superando os dados registrados em 2019, o que significa que ainda há muito a ser feito para proteger a criança e o adolescente e também a sociedade. A agressão sofrida pela criança ou pelo adolescente gera adoecimento mental, o qual, futuramente, pode repetir as agressões, afinal, a figura que deveria gerar afeto e proteção (a família de um modo geral) é a que ameaça (NETO, 2020). Essa é, segundo Daniela Freire, a experiência mais concreta e duradoura que a vítima está tendo nos primeiros anos de vida.

Se essa figura de afeto em si é ameaçadora, a criança vai interpretar que o mundo é ameaçador, que ela não pode confiar no mundo, que o mundo vai agredi-la, porque essa é a experiência mais concreta e duradoura que ela está tendo nos primeiros anos de vida. Então a gente pode pensar ali em um gasto de energia psíquica e que vai cobrar o seu preço, o adoecimento mental da pessoa, seja uma pessoa que desenvolve gagueira, excessiva timidez, comportamento repressivo ou até comportamento agressivo, repetindo os agressores. (FREIRE *apud* NETO, 2020, p. 1).

O que pode levar a vítima a interpretar que todas as pessoas são ameaçadoras, que o mundo é ameaçador, não há porque confiar em alguém (NETO, 2020). Segundo analistas, na pandemia houve uma diminuição dos registros, devido ao fechamento de escolas, pois são elas

e os profissionais da saúde, os responsáveis pelo maior número de denúncias (PEREIRA, 2020).

A violência contra crianças e adolescentes, que outrora estava reservada ao âmbito da família, hoje é possível que a sociedade identifique e denuncie. Os casos mais recentes, no ano de 2021, que tiveram repercussão pública, foi o do menino de onze (11) anos, acorrentado pelas mãos e pés, em um túnel, pelos familiares (pai, madrasta e irmã da vítima), que responderão por tortura e omissão e o da menina de três (3) anos, encontrada amarrada com fios pela própria mãe, mas os pais responderão por abandono de incapaz, lesão corporal e tortura, ambos os casos, no Estado de São Paulo.

No Brasil, a violência sexual contra criança e adolescente tem sido, atualmente, considerada, pelo Ministério da Saúde, como um grave problema de saúde pública pelos diversos agravos à saúde física e mental que dela possa ocasionar (LIMA, 2011). Segundo Landini (2011), esse tipo de violência tornou-se a violência do nosso tempo, ou seja, o olhar é ainda mais sensível à violência contra crianças e adolescentes.

De acordo com Herdy (2020), o Brasil registrou ao menos 32 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes em 2018, o maior índice de notificações já registrado pelo Ministério da Saúde, segundo levantamento obtido pelo GLOBO. E, segundo Vieira, Pinhoni e Matarazzo (2020) do G1-GLOBO, durante a pandemia, essas denúncias reduziram em 12% no Brasil, e de acordo com os especialistas, o fechamento das escolas pode ter dificultado as notificações.

A VCCA inclui várias tipologias, que partem da negligência ao homicídio e, em meio a estes, há a violência sexual. Ainda que a VSCA seja algo inadmissível, essa prática se dá devido às relações de dependência social e afetiva que ameaçam a integridade da família como um todo. É comum prevalecer o silêncio quando esse tipo de violência ocorre no seio familiar.

Segundo Santos e Ippolito (2009), a VCCA que acontece no lar, em um espaço privado, está envolvida em uma atmosfera de segredo familiar e social. Nessa situação, é comum que o ocorrido seja mantido em segredo, em que as crianças e adolescentes são os elos mais frágeis. Para Braum (2002), as crianças e os adolescentes não rompem o silêncio, por medo de violência contra si, contra alguém que amam ou de acarretar a ruptura da família.

“A escola, por ser uma instituição que ocupa um lugar privilegiado na rede de atenção à criança e ao adolescente, deve assumir papel de protagonista na prevenção da violência sexual” (BRAUM, 2002, p.9), uma vez que a escola exerce um papel fundamental na construção da cidadania e contribui na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A escola tem o compromisso de cumprir com sua missão moral e legal, de notificar as autoridades competentes dos casos suspeitos ou mesmo confirmados de maus-tratos, abuso e

exploração sexual, para interromper o ciclo de violência qualquer que seja contra a criança e o adolescente (BRASIL, 2010).

De acordo com Silva (2016), o professor, depois da família, é quem está em contato com a criança e o adolescente no dia a dia e pode perceber alguma mudança emocional ou intelectual. Assim, quando o ambiente familiar passa ser o local no qual as agressões são instrumentalizadas e fortalecidas, é possível que o espaço escolar se apresente como um dos possíveis lugares de acolhimento, onde a criança terá condições de ser ouvida e receber apoio.

A carência de discussão nos espaços escolares, nas universidades e nos cursos de formação continuada de professores, bem como as interpretações errôneas a respeito dessa temática e os paradigmas arraigados em nossos imaginários sobre família, maternidade, paternidade, sexualidade, entre outros, contribuem para silenciar, negligenciar e invisibilizar reflexões sobre a violência praticada contra a criança e adolescente nos diferentes espaços sociais, inclusive na escola (MARTELLI, 2013).

As indagações que mobilizaram a presente pesquisa, intitulada: Violência contra criança e adolescente: a percepção dos professores de ciências biológicas do ensino estadual e municipal das escolas públicas do município de Cáceres/MT, originou-se, primeiramente, a partir da minha experiência como coordenadora pedagógica, na qual não tive nenhuma preparação para compreender e lidar com tais manifestações. Questões, que entendo hoje, poderiam ter sido melhor tratadas, se tivesse informação e, principalmente, capacitação sobre o assunto. E, depois, tive a oportunidade de cursar, como aluna especial, a disciplina Educação, Conflitualidade e Violência, do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação, que me proporcionou estudar os tipos de violência de maneira crítica e reflexiva, o que possibilitou a definição sobre o tema de minha pesquisa, além do contato e aprofundamento com diferentes referenciais teórico-metodológicos sobre a temática da VCCA, em especial a VSCA.

A temática VCCA me levou a construir um olhar mais cuidadoso sobre as diversas formas de violência que, em diversas situações, normalmente nos passam despercebidos. Diante disso, resolvi buscar maior conhecimento desse tema para tentar compreender tal fenômeno que acomete, diariamente, crianças e adolescentes em todo o território brasileiro.

Durante quatro anos seguidos, na função de coordenadora pedagógica da rede pública, vivenciei várias experiências que me enchiam de aflição, pois recebia, cotidianamente, crianças que haviam sofrido vários tipos de violências, entre elas, negligência, violência física, cujo agressor encontrava-se no seio familiar ou próximo à família. Em outros momentos, sinais apresentados no comportamento de crianças e/ou adolescentes chamavam minha atenção, fazendo com que suspeitasse de que haviam sofrido abuso ou violência sexual.

Foram vários enfrentamentos que tive com as famílias das crianças vitimizadas, porque notifiquei, junto à direção e os professores da escola, vários casos de suspeita de violência doméstica, com denúncia no Conselho Tutelar e no Ministério Público, e muitos desses casos, não pude acompanhar, porque os responsáveis pediam a transferência da criança da escola.

Isso me causava um sentimento de incapacidade, porque as vítimas ainda estavam convivendo com o agressor, não havendo nenhum atendimento que minimizasse o sofrimento daquele ser vulnerável e sem perspectivas de receber cuidados junto ao seu grupo familiar.

Também foram várias resistências que encontrei junto às famílias, quando chamadas para conversar sobre o assunto, sempre inventavam alguma desculpa para não comparecer à escola. Mas, quando a escola notificava que ia acionar o Conselho Tutelar, elas davam um jeito de comparecer, momento em que negavam qualquer possibilidade da criança estar sendo vítima de violência, de modo que experimentei, por diversas vezes, um sentimento de impotência por desconhecer ações educativas intencionais que pudessem prevenir e enfrentar tais situações de abuso e violência sexual.

Se faz necessário aos professores conhecerem o marco legal que protege os direitos da criança e do adolescente e apoio das demais instituições que compõem a rede de proteção das crianças e adolescentes, para que eles possam dar uma assistência digna, no caso, ao identificarem ocorrência de VCCA, qualquer que seja o tipo de violência (SANTOS; IPPOLITO, 2009).

O fato de ser professora de Ciências Biológicas, área que trata da compreensão dos processos biológicos, do cuidado com o corpo humano, do desenvolvimento dos seres vivos e das consequências das ações humanas sobre a natureza e sobre os humanos e, partindo do pressuposto de que a VSCA é uma triste realidade em nossa cidade, fez surgir as indagações: Como o tema violência sexual é abordado no planejamento anual dos professores de Ciências Biológicas? Como os professores de Ciências Biológicas lidam com a violência sexual sofrida por seus alunos?

A partir desses questionamentos, presentes na minha prática diária, com as crianças e os adolescentes levou à necessidade de buscar respostas e, assim, elaborar o projeto de pesquisa na área da educação com vistas a estudar como o professor se coloca frente à VSCA, de modo a atingir o seguinte objetivo: conhecer a percepção dos professores do ensino de Ciências Biológicas e as ações pedagógicas das escolas públicas estadual e municipal de Cáceres-MT no enfrentamento à VCCA especialmente a problemática relacionada a violência sexual.

Dessa forma, a presente dissertação representa uma ponte para a comunicação com muitos outros estudos; o início da busca de respostas para ações e alternativas ao enfrentamento

do grave problema da violência sexual, por parte dos professores que trabalham com crianças e adolescentes no âmbito escolar. Portanto, o tema em questão é de extrema relevância na área da educação e no processo de desenvolvimento infantil.

Neste estudo, do conjunto de ações referentes à VCCA, o foco será a violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar. A investigação que se apresenta é uma pesquisa de campo, fenomenológica, descritiva e quantitativa (quantitativa e qualitativa), por meio de entrevistas com professores da rede pública estadual e municipal, análise e sistematização de dados, revisão bibliográfica e consultas a documentos e produções acadêmicas referentes à temática em estudo.

Realizou-se um levantamento de produção, utilizando a base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para conhecermos o que está sendo produzido na área de estudo, para direcionar a pesquisa e para complementar a bibliografia utilizada na fundamentação teórico-metodológica.

Desenvolveu-se a pesquisa de mestrado partindo da compreensão dos encaminhamentos feitos pelas escolas, junto ao Conselho Tutelar nos últimos 5 (cinco) anos, isto é, sobre as notificações de VCCA. E, a partir desses encaminhamentos, identificou-se a escola que teve o maior número de registro de VCCA e, após esses dados, escolheu-se a escola para se desenvolver a pesquisa, ou seja, os dados foram necessários e determinantes para conhecer a realidade cacerense sobre o tema e servir de critério para a escolha das escolas a serem pesquisadas.

Foram confirmados pelo Conselho Tutelar de Cáceres-MT, no período de 2015-2019, o total de trinta e cinco (35) denúncias de escolas. Sendo quatro (4) de diferentes distritos (duas denúncias do distrito de Nova Cáceres e, duas, de Clarinópolis) e mais trinta e uma (31) denúncias de escolas da cidade de Cáceres.

Ao procurar as escolas para participarem da pesquisa, percebi que a pesquisa de campo nem sempre é fácil, necessita de perseverança e cautela, por parte do pesquisador. Ao mesmo tempo em que as descobertas nos entusiasmavam, fomos tomadas pela perplexidade de constatar a forma com que, muitas vezes, a violência sexual é tratada no ambiente escolar. Assim, percebemos que estávamos abordando um tema necessário e, ao mesmo tempo, delicado e controverso de ser discutido.

A dissertação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, foi estruturada em cinco seções. A primeira seção é a introdução, na qual apresento a minha trajetória de vida e a relação com o objeto de pesquisa, além de apresentar a estrutura do trabalho proposto.

A segunda seção expõe a metodologia empregada para a coleta de dados, a fim de responder ao problema que originou o estudo. Trato do percurso metodológico, exponho o delineamento na perspectiva fenomenológica apresentada por Bicudo (2012) e Merleau Ponty (1985), detalhando cada etapa da construção. Nessa seção também exponho os questionamentos; o tipo de pesquisa; os objetivos; situando o local da pesquisa; o perfil dos sujeitos da pesquisa e seus respectivos critérios de inclusão e exclusão; as fontes documentais que me auxiliaram a elaborar este estudo e as entrevistas, citando as rotinas e a prática dos sujeitos, além das formas adotadas para a compreensão e interpretação dos resultados através da fenomenologia: descrição, redução e interpretação dos dados, embasados em Maria Aparecida Bicudo.

A terceira seção trata do referencial teórico, que conceitua a violência, apresenta as formas de violência contra a criança e o adolescente, especifica a violência sexual e o papel da escola no enfrentamento da VCCA. Como também se discute o papel e a importância das Ciências Biológicas para o enfrentamento da VSCA. Também se discute, na seção, o levantamento das produções acadêmicas sobre a temática da VCCA e da VSCA.

Na quarta seção, apresento os resultados da pesquisa através da sistematização e da compreensão dos dados. Analiso as observações e os dados coletados nas entrevistas, colocando em evidência os sentidos inclusos nas falas, por meio das Unidades de Sentido e, por último, apresento a síntese dessas Unidades, por meio das experiências vividas, revelando o modo de ser do fenômeno.

E, por fim, na quinta e última seção, a das considerações finais, expresso, de forma clara e sucinta, tudo o que vivi durante esse tempo de pesquisa, através do meu olhar e da minha compreensão do fenômeno analisado, assim como a resposta ao problema que originou o estudo.

2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1 Tipo de pesquisa

De acordo com Minayo (2002), a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Dessa forma, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a intervenção e compreensão da realidade, somado à criatividade do pesquisador.

A investigação que se apresenta é uma pesquisa descritiva e de abordagem quantiqualis (quantitativa e qualitativa).

Segundo Santos e Santos (2010) estes conceitos se ordenam da seguinte maneira: “o método de abordagem se é quantitativo ou qualitativo ou os dois. Apresentar o tipo de pesquisa quanto aos objetivos (exploratória, descritiva e explicativa)[...] Estes devem ser conceituados e justificados à luz da investigação específica” (SANTOS; SANTOS, 2010, p.56).

Para Trivinõs (1987) há três tipos de estudo, o estudo descritivo, o estudo experimental e o exploratório, para Gil (2002), um estudo é descritivo quando tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário, a entrevista e a observação sistemática.

Destacam-se também na pesquisa descritiva aquelas que visam descrever características de grupos (idade, sexo, procedência etc.), como também a descrição de um processo numa organização, o estudo do nível de atendimento de entidades, levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população, entre outros. A pesquisa em pauta é descritiva, à medida que se propõe a conhecer a opinião, descrever atitudes e mesmo as crenças da população investigada, relacionadas à VSCA (SILVA et al., 2018).

E quanto a abordagem da pesquisa ser quantitativa e qualitativa ao mesmo tempo (quantiqualis), de acordo com Goldenberg (2004) que afirma o seguinte:

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos. (GOLDENBERG, 2004, p. 33).

Segundo Bicudo (2011), uma pesquisa quali-quantitativa visa compreender as características do fenômeno investigado, tomando-se uma quantidade de sujeitos (amostra) considerada satisfatória segundo a técnica estatística escolhida e com estudos qualitativos para

investigar outras perspectivas relevantes para a mesma interrogação. A abordagem *quantiqualis* da pesquisa em pauta trará aspectos das duas abordagens, de modo que a construção quantitativa proporcionará, através dos dados brutos levantados na escola selecionada e no Conselho Tutelar, a quantificação da violência contra a criança e o adolescente, enquanto que a abordagem qualitativa fornecerá o universo de significados das ações e relações humanas, valores e atitudes dos sujeitos diante do fenômeno estudado.

O aspecto qualitativo da pesquisa *quantiqualis* possibilita narrativas, interpretações; descreve os significados, descobertas; busca particularidades, preocupa-se com a qualidade das informações e respostas e é descritiva. Esta última característica nos dá condições de descrever o fenômeno do modo mais próximo de como ele ocorre em determinado local.

Segundo Alves e Silva (1992): "A análise qualitativa de dados é um fenômeno recentemente retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade a o universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa" (ALVES; SILVA, 1992, p. 61).

Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa aprofunda-se no universo de significados das ações e relações humanas, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Ressalta-se que "o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia" (MINAYO, 2002, p. 22).

Para Bicudo e Esposito (1994), a fenomenologia é um pensar de modo rigoroso, colocando em destaque os procedimentos, os métodos pelos quais faz isso. Os procedimentos, porém, são inseparáveis do fenômeno interrogado, e, portanto, do pesquisador. Neles estão presentes a busca do rigor e algumas concepções que dizem da interpretação do mundo, como fenômeno, realidade, consciência, essência, verdade.

De acordo com Gamboa (2006), a fenomenologia consiste na compreensão dos fenômenos em suas várias manifestações, na elucidação dos pressupostos, dos mecanismos ocultos, das implicações, dos contextos nos quais se fundamentam os fenômenos. A compreensão supõe a interpretação, quer dizer, revelar o sentido ou os sentidos, os significados para chegar a descobrir a essência dos fenômenos.

Na fenomenologia, a complexidade da interrogação se dirige ao fenômeno, pois o fenômeno é o lugar da articulação de todas as coisas, dando-se em um movimento de ser e conhecer, permite a compreensão da realidade e a construção do conhecimento. De acordo com Bicudo (2011), na fenomenologia, a interrogação dá a direção aos procedimentos da pesquisa, pelos quais se dá a conhecer pela linguagem, reunindo e separando significados e respectivas

expressões, em regiões de conhecimento e categorias de realidade. E como a fenomenologia busca conhecer determinado fenômeno, como ele é experienciado pelos sujeitos da pesquisa, direciona-nos ao encontro do fenômeno da violência contra a criança e o adolescente e, em especial, as manifestações relacionadas à violência sexual.

Fenomenologia é uma palavra composta pelos termos fenômeno mais *lógos*. Fenômeno diz do que se mostra na intuição ou percepção e *lógos* diz do articulado nos atos da consciência em cujo processo organizador a linguagem está presente, tanto como estrutura, quanto como possibilidade de comunicação e, em consequência, de retenção em produtos culturais postos à disposição no mundo-viva [...]. (BICUDO, 2011, p. 29-30).

Temos, assim, que a fenomenologia não separa o sujeito do objeto, e que o olhar intencional daquele que olha já é considerado fenômeno. O fenômeno e sujeito são correlatos e estão unidos no próprio ato de aparecer e está enlaçado pela percepção do nosso consciente.

Fenômeno: é a palavra que diz da fenomenologia. Compreendendo e interpretando seu sentido e significado, o mundo da fenomenologia se mostra. Fenômeno vem da palavra grega *fainomenon* – que deriva do verbo *fainestai* – e significa o que se mostra, o que se manifesta, o que aparece. É o que se manifesta para uma consciência. (BICUDO; ESPOSITO, 1994, p. 17).

Descrever o fenômeno da violência sexual contra a criança e adolescente, em suas manifestações, não é simplesmente mostrar a escalada do número de casos notificados, mas também a sensibilidade e a percepção dos docentes, no contexto escolar, sobre essa forma de violência, de modo a desvendar, a revelar o sentido ou os sentidos e os significados que os sujeitos investigados expressam sobre a VSCA, para chegar à essência do fenômeno; ou melhor, sobre o que pensam a respeito da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, enquanto alunos que pertencem à escola em que trabalham.

2.2 A interrogação

De acordo com Minayo (2002), toda investigação se inicia com um problema, com uma dúvida ou uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais.

A essência do fenômeno é mostrada pela realização de uma pesquisa rigorosa que busca as raízes, os fundamentos primeiros do que é visto (compreendido) e o cuidado com cada passo dado na direção da verdade (“mostração” da essência). O rigor do pesquisador fenomenológico se impõe a cada momento em que interroga o fenômeno e ao seu próprio pensar esclarecedor [...] (BICUDO; ESPOSITO, 1994, p. 20).

Para Bicudo (2011) pesquisar é perseguir um problema/interrogação em diferentes perspectivas, onde as perguntas do pesquisador fazem sentido e constituem um norte que dá direção aos procedimentos da pesquisa para conhecer-se o fenômeno investigado.

[...] Compreendemos que a interrogação subjaz a essas modalidades e que formular problemas, hipóteses e perguntas são maneiras de assumir perspectivas a partir das quais a interrogação será perseguida. Ela diz da perplexidade do investigador diante do mundo, a qual se manifesta inclusive como força que o mantém alerta, buscando, adquirindo, não se conformando com respostas quaisquer. As formas pelas quais a interrogação é explicitada são múltiplas e tem a ver com a própria formação do pesquisador e com sua concepção de mundo e de ciência. A interrogação persiste, muitas vezes, ao longo da vida do pesquisador ou mantém-se durante muito tempo com força que como a *physis*, faz brotar e manter-se sendo. (BICUDO, 2011, p. 23-24).

Na fenomenologia, a interrogação se dirige ao fenômeno, pois o fenômeno é o que se mostra, o que se manifesta, o que aparece. É o que se manifesta para uma consciência. Segundo Bicudo (2011), na fenomenologia, a interrogação expressa a dúvida do pesquisador e orienta os passos a serem dados para os questionamentos sobre a realidade em busca da compreensão e explicação do compreendido e interpretado. E como a fenomenologia busca conhecer determinado fenômeno, como ele é vivido pelo sujeito, move-nos ao encontro do fenômeno da VSCA.

2.3 Objetivos da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa é conhecer a percepção dos professores do ensino de Ciências Biológicas e as ações pedagógicas das escolas públicas estadual e municipal de Cáceres-MT no enfrentamento à VCCA, especialmente a problemática relacionada à violência sexual. E para um maior conhecimento do fenômeno da violência contra a criança e o adolescente, definimos os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar o tipo de violência sexual infantojuvenil denunciado ao Conselho tutelar entre os anos de 2015-2019;
2. Identificar os tipos de violência doméstica, descritos no Caderno de Registro das escolas pesquisadas, do período de 2015-2019;
3. Identificar os encaminhamentos produzidos pela escola no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;
4. Verificar se o Projeto Político Pedagógico do ano de 2019 apresenta dispositivo de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes;
5. Verificar se no Planejamento anual dos professores de Ciências, do ano de 2019, se

- ele abordam a violência sexual;
6. Verificar como os professores lidam com a criança e o adolescente que sofre violência;
 7. Identificar os critérios utilizados pelos professores na identificação do estudante que está sofrendo violência;
 8. Saber como os professores e os gestores cumprem as determinações legais para garantir os direitos à proteção integral da criança e do adolescente e o modo como lidam com alunos que sofrem violência;
 9. Elencar os tipos de violência já identificados pelos professores durante a vida profissional.

2.4 Local da pesquisa

Para a escolha da rede de ensino e por consequência das escolas a serem pesquisadas, utilizou-se do seguinte procedimento: identificação, através de dados do Conselho Tutelar, dos bairros do município de Cáceres com maior registro de violência sexual contra a criança e adolescentes no período de 2015 a 2019. Identificação das escolas localizadas nos bairros com maior registro de VSCA e posterior escolha das escolas pesquisadas, estabelecendo que as escolas pesquisadas deveriam ser da rede estadual e/ou municipal.

Do total de trinta e cinco (35) casos de VSCA, no período de 2015 a 2019, denunciados no Conselho Tutelar pelas escolas, trinta e um (31) dos casos ocorreram na sede do município de Cáceres, destacando-se o sexo feminino com maior número em relação ao sexo masculino. Os tipos de violência sexual, contra a criança e o adolescente, mais citados foram o abuso sexual e o estupro, que ocorreram com maior incidência na cidade de Cáceres-MT (ver Tabela 1).

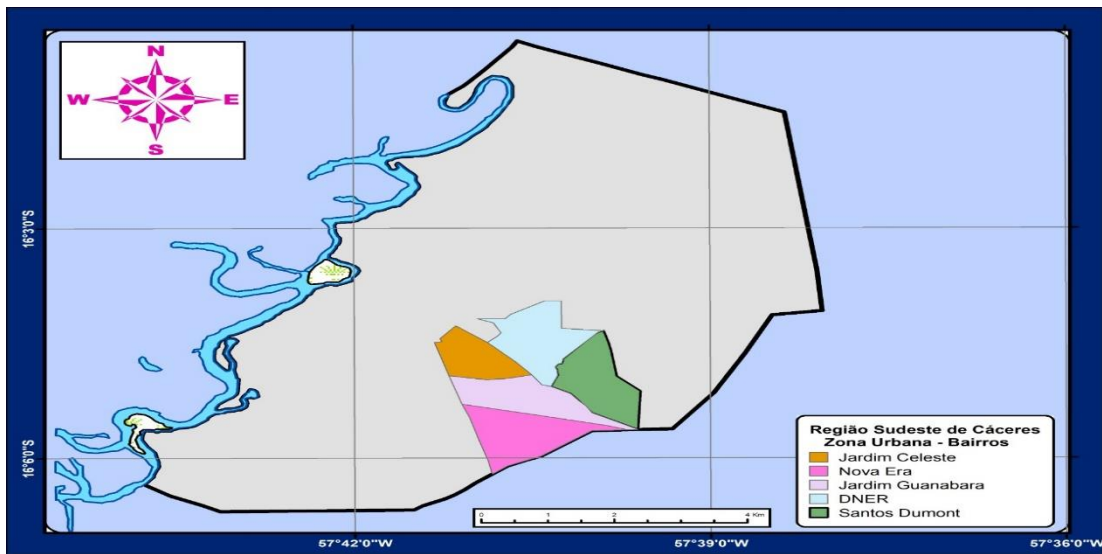
Tabela 1 – Número e natureza das violações contra a criança e o adolescente, no período de 2015 a 2019, denunciadas pelas escolas de Cáceres-MT

Ano	Sexo		Violência sexual			
	Masculino	Feminino	Abuso sexual	Estupro	Sedução	Ato Obsceno
2015	–	–	–	–	–	–
2016	1	3	2	2	–	–
2017	1	2	2	1	–	–
2018	3	8	2	7	1	1
2019	–	13	13	–	–	–
Total	5	26	19	10	1	1

Fonte: Conselho Tutelar, Cáceres-MT, adaptado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

Os dados do Conselho Tutelar apontaram os bairros localizados a sudeste do município de Cáceres com maior incidência de VCCA, com total de 62 denúncias. A sudeste encontram-se os seguintes bairros, ver figura 1: Nova Era, Vitória Régia, Jardim Guanabara, Santo Dumont, DNER, Jardim Celeste e Jardim do Trevo (ver Figura 1), destes, selecionamos dois com maior incidência de VSCA e escolhemos as escolas da rede pública que mais denunciaram VSCA e que se localizam nesses bairros selecionados.

Figura 1 – Indicação dos bairros localizados a sudeste do município de Cáceres/MT



Fonte: Dados do IBGE(2018). Elaborado por TIELLET, Flávio; TIELLET, Maria do Horto (2021)

Os dados do Conselho Tutelar apontaram duas escolas, que aqui são identificadas por nomes fictícios. Tanto os bairros quanto as escolas tiveram suas identidades preservadas, utilizou-se nomes como Garça da Mata e Codorna Mineira, sendo que os termos escolhidos possibilitam relacionar à compreensão de seres vivos que se encontram ameaçados em seu hábitat, o que estabelece relação com a qual as crianças e adolescentes se encontram e, em virtude disso, são merecedoras, por lei, de proteção.

Em relação às duas escolas com maior índice de notificação de casos de violência sexual contra criança e adolescente, onde ocorreram os casos atendidos pelo Conselho Tutelar entre 2015 a 2019, estão localizadas no bairro GG19 e GN09 na E. M. Garça da Mata e E. E. Codorna Mineira, sendo o sexo feminino como mais vulnerável. Quanto à natureza das violações, o estupro apareceu como sendo o tipo de violência sexual mais praticada contra a criança e o adolescente (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Número e tipificação dos tipos de violência sexual contra criança e adolescente, no período de 2015 a 2019, nas escolas E. M. Garça da Mata e E. E. Codorna Mineira

Bairro	Escola	Natureza das violações	Quantidade	Sexo	
				Feminino	Masculino
GG19	E. M. Garça da Mata	Estupro	3	2	1
		Abuso sexual	2	1	1
GN09	E. E. Codorna Mineira	Estupro	6	3	3
		Abuso sexual	3	3	0
Total			14	9	5

Fonte: Relatório do Conselho Tutelar - Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

2.5 Sujeitos da pesquisa

Os professores de Ciências Biológicas que atuam do 6° ao 9° ano do ensino fundamental da rede pública estadual e municipal, com mais de dois (2) anos no magistério. A partir desses critérios estabelecidos, identificamos quatro (4) sujeitos, de um total de 5 lotados nas escolas: E. M. Garça da Mata e E. E. Codorna Mineira. Os sujeitos significativos da pesquisa são os que vivenciam o fenômeno investigado. Identificamos os sujeitos significativos por pseudônimos: Brilho, Sol, Estrela e Raio (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Sujeitos significativos

Nomes	Sexo	Idade	Tempo de magistério	Situação funcional
Brilho	F	45	23 anos	Efetiva
Sol	M	59	30 anos	Efetivo
Estrela	F	31	7 anos	Interina
Raio	F	31	2 anos	Interina

Fonte: Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

2.6 Formas de coleta de dados

Para a coleta de dados foram usadas duas formas: fontes documentais e roteiro de entrevista. As fontes documentais foram as seguintes:

1. Registros do Conselho Tutelar;
2. Cadernos de Registro da E. M. Garça da Mata e E. E. Codorna Mineira;
3. Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas;

4. Planejamento anual dos professores de Ciências Biológicas das escolas pesquisadas;
5. Planejamento do professor de Ciências Biológicas das escolas pesquisadas;
6. Projeto de Formação Continuada das escolas.

Devido à pandemia da Covid-19, as entrevistas com os professores selecionados de Ciências Biológicas que atuam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental ocorreram on-line, via google meet, com horário agendado pelos sujeitos da pesquisa. Optamos pela entrevista por pauta como técnica de coleta de dados, que se caracteriza por um conjunto de questões previamente estabelecidas, podendo ser incluídas no percurso, questões não planejadas inicialmente, de modo a esclarecer, aprofundar ou confirmar informações prestadas pelos sujeitos.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada [...]. (NETO, 2002, p. 57).

As questões escolhidas previamente são apresentadas aos sujeitos, a fim de proporcionar liberdade ao entrevistado para se manifestar sobre os assuntos propostos.

As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, os entrevistados intervêm, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo. (GIL, 2007, p. 120)

Definimos os seguintes pontos de pauta da entrevista:

- 1- Identificação do estudante vítima de violência;
- 2- Os tipos de VCCA identificados durante a vida profissional docente;
- 3- Abordagem dada aos alunos vítimas de violência;
- 4- O papel da escola e do professor no enfrentamento à VCCA;
- 5- A VSCA e a relação com a disciplina de Ciências Biológicas.

As duas formas de coleta de dados proporcionaram atingir os objetos específicos da pesquisa, (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Relação entre as formas de coleta de dados e os objetivos

Formas de coleta de dados	Objetivos específicos da pesquisa
Fontes documentais	Realizar levantamento no Conselho tutelar, do ano de 2015-2019, sobre os tipos de violência sexual relacionados a crianças e adolescentes, denunciante e o bairro onde residem as vítimas;
	Relacionar os tipos de violência doméstica, descritos no Caderno de Registro das escolas pesquisadas de 2015-2019;
	Relacionar os encaminhamentos produzidos pela escola no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;
	Verificar se o Projeto Político Pedagógico do ano de 2019 apresenta dispositivo de enfrentamento à VCCA;
	Verificar se no Planejamento anual dos professores de Ciências, do ano de 2019, é mencionada a violência sexual;
Entrevista	Conhecer a percepção dos professores do ensino de Ciências Biológicas, do Ensino Fundamental, das escolas públicas de Cáceres-MT, sobre a violência contra crianças e adolescentes, especialmente a problemática da violência sexual.
	Pontuar os critérios de identificação do estudante que está sofrendo violência;
	Saber como os professores e os gestores cumprem as determinações legais, de forma a garantir os direitos à proteção integral da criança e do adolescente e o modo como lidam com alunos que sofrem violência.
	Apreender as dificuldades encontradas pelos professores de Ciências Biológicas em lidar com quem sofre violência
	Relacionar os tipos de violência já identificados pelos professores durante a vida profissional.

Fonte: Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

2.7 Procedimentos de sistematização e análise dos dados

Na pesquisa de base fenomenológica, o material para a análise é constituído estritamente das descrições das situações vividas, colocadas em forma de texto transcrito (BICUDO, 2011).

Para a sistematização e discussão dos dados, utilizou-se a técnica de sistematização e análise da fenomenologia de Maria Aparecida Bicudo (2011). O procedimento será melhor descrito na seção 4, quando os dados coletados, os resultados da pesquisa serão expostos.

Foi realizado um levantamento no Conselho Tutelar (CT), da cidade de Cáceres, do Estado de Mato Grosso (MT), afim de quantificar o número de casos de VCCA e de VSCA como também identificar as escolas públicas que procederam encaminhamentos junto ao CT a suspeitas de VSCA.

O Conselho Tutelar é um órgão público municipal, que tem sua origem na lei, com a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, visando garantir o princípio da Prioridade Absoluta, previsto na Constituição Federal (CF) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como o Conselho Tutelar também é responsável por receber denúncias de situações de violência sexual contra a criança e adolescentes,

realizamos, inicialmente, o levantamento de casos denunciados no Conselho Tutelar pelas escolas do município de Cáceres-MT.

2.8 A dimensão ética da pesquisa

O bairro, a escola e os sujeitos pesquisados tiveram suas identidades preservadas, sendo identificado o bairro por letras e números, a escola por pseudônimos relacionados a aves em extinção e os sujeitos designados, também, por pseudônimos. É importante destacar que a pesquisa foi aprovada e autorizada por meio do Parecer Consubstancial nº 3.904.056 (Anexo A), do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e seguiu o estabelecido no Termo de Consentimento Esclarecido – TCLE, (Apêndice A), particularmente no que diz respeito à entrevista com os sujeitos. A entrevista foi realizada em dia e hora agendados, junto à direção da Unidade e com os professores, com assinatura do TCLE, pelos sujeitos da pesquisa, após explanação dos objetivos da pesquisa, e antes do início da entrevista.

Na próxima seção, trataremos do referencial teórico, construído como o entrelaçamento entre autores que discutem a VCCA, além de constituir, historicamente, a luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

3. VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE: A VIOLÊNCIA SEXUAL

3.1 Violência: definição e caracterização

[...] A violência, antes de ser um problema intelectual, é uma questão da práxis sócio-política. Desse ponto de vista, requer a busca social das condições que a engendram. O contrário da violência não é a não-violência, é a cidadania e a valorização da vida humana em geral e de cada indivíduo no contexto do seu grupo. [...] (MINAYO; SOUZA, 1997, p. 528).

Nesta subseção, pretendemos refletir sobre a complexidade do fenômeno da violência, o qual é tão antigo quanto a humanidade, e que vem se disseminando e sofrendo variações com o passar dos tempos. Desta forma então, pretende-se explicitar as definições de violência, a sua tipologia, como ele se manifesta atualmente na sociedade e quais as possíveis causas que levam o indivíduo a cometer determinados delitos ou a manifestar-se de forma violenta, em relação aos fatos que ocorrem cotidianamente, almejando, por conseguinte, traçar alternativas para buscar proteger a integridade de cada ser humano. E também expor, historicamente, a luta pelos direitos humanos das crianças e adolescentes.

O problema da violência é uma questão relevante pelas consequências que pode provocar no indivíduo, devido a isso é objeto de crescente número de pesquisas e estudos em ciências humanas e sociais, que buscam compreender o fenômeno e auxiliar na superação de formas aviltantes do convívio humano que são destrutivas da vida. As múltiplas formas de violência do contexto social aparecem amplamente nos meios de comunicação, sugerindo, pelos fatos constantemente veiculados pela mídia, um crescimento desmedido de atos criminalizantes de violência física, simbólica, sexual contra a pessoa nas relações interpessoais ou contra o patrimônio público ou privado. Ela manifesta-se na vida social, familiar e escolar, seja local ou mundial (CHIZZOTTI; PONCE, 2016).

A violência acomete o mundo contemporâneo em todas as suas instâncias e se manifesta de variadas formas, em diferentes espaços de atuação e está presente em toda sociedade, independentemente da classe social ou faixa etária (CAMACHO, 2001). De acordo com Tiellet et al (2013), a globalização é um dos aspectos da contemporaneidade que também se refere às questões econômicas, elevando os níveis de desigualdade entre os indivíduos. Somado a isso, Medeiros, Tiellet e Braga (2019) mencionam que uma das formas de violência é a desigualdade social, considerada um dos fatores que acabam gerando conflitos e resultam

em violência entre os indivíduos.

A globalização produz diferenças cada vez mais profundas entre aqueles que usufruem de suas benesses e aqueles que, mergulhados nela, não conseguem escapar do perfil destrutivo e da fluidez de seus efeitos, fazendo aumentar a exclusão social, a desigualdade econômica e também a violência; diferenças que estabelecem a relação pobre-marginalidade violência. (TIELLET; ANTUNES; COSTA, 2013, p. 110).

De acordo com os autores mencionados, as crianças e adolescentes menos favorecidos economicamente e culturalmente se encontram mais expostos a condições de vulnerabilidade e o risco de violência é ainda maior. A violência ocorre em todas as classes sociais, mas é comum a sociedade brasileira tratar desigualmente os autores da agressão e as vítimas, de acordo com a classe social, etnia, gênero e faixa etária a qual pertencem.

A situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Ressalta-se que a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos. [...]. (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 14).

A violência sofrida pelas crianças e adolescentes possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social, trazendo desvantagens a esses atores, como a pobreza, as poucas oportunidades de emprego, crises econômicas e desigualdades sociais, porque não têm acesso a oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

Algumas circunstâncias da vida, por exemplo, as características do lugar onde vive, de sua família e da própria criança ou adolescente, a ausência de políticas de geração de renda, habitação, saneamento básico, dentre outras, são fatores determinantes de uma maior exposição à violência, ou seja, podem deixá-los mais vulneráveis, dando margem para que a violência ocorra; ou, ao contrário, podem torná-los mais protegidos, dificultando o acometimento da violência (BRASIL, 2010). Portanto, “os fatores de vulnerabilidade à violência são circunstâncias de vida ou atributos pessoais que facilitam que a criança ou o adolescente se torne vítima ou agente de violência em um determinado momento” (BRASIL, 2010, p. 20).

A violência e a vulnerabilidade não são isoladas das relações econômicas, políticas e culturais que configuram a estrutura de uma sociedade. O que vem contribuindo para o aumento do quadro de violência nas diferentes sociedades e contextos, está relacionado ao intenso crescimento e desenvolvimento populacional dentro de uma sociedade mal estruturada, onde a

distribuição de renda, o acesso desigual aos bens sociais e de consumo, envolvem problemas de grande complexidade. Essa desigualdade social hoje presente na sociedade, mostra a incapacidade política e gerencial dos governos em incorporar sua população na cidadania, na garantia de direitos políticos, civis e sociais (SILVA; PEREIRA, 2008).

Desta forma, Barazal (2014), baseado na visão de Odália (1983) a respeito da violência, compreende que a privação pode servir de parâmetro para o entendimento daquilo que incomoda o ser humano e que o faz vítima ou ator de ações violentas. O sistema de privação seria as exclusões sociais causadas, em sua grande maioria, pela violência institucionalizada que destitui os indivíduos de alguns de seus direitos fundamentais. Não são somente os problemas de natureza econômica que explicam a violência social, embora saibamos que eles são fruto, são causa e efeito, e, ainda elemento fundamental de uma violência maior, mas políticas públicas que desorganizam culturalmente a sociedade.

Para Abramovay et al. (2002), o conceito de violência está em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência. E que a violência não mais se restringe a determinados grupos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, ela pode se acentuar por gênero, idade, etnia e classe social, independentemente se como vítima ou como agente. A autora considera que a violência é um ato individualizado (também é de grupo), pautado por psicopatias, dirigido contra outro ou outros, infligindo a essas vítimas sofrimento, dor e morte. E que muitos agressores não se sentem culpados ou responsáveis por suas ações, são treinados ou socializados, quer de forma intencional ou por modos de vida, para serem violentos. Ressalta, ainda, que a noção de violência é, por princípio, ambígua e que não existe uma única percepção do que seja violência, mas multiplicidade de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas legalmente, variando de um período histórico a outro.

Segundo Abramovay et al. (2002), compreender a percepção da complexidade da violência é extremamente importante para diferenciar as suas diferentes formas, com o intuito de buscar entender suas causas peculiares e orientar a busca de soluções para combatê-las. A violência direta se refere aos atos físicos que resultam em prejuízo deliberado à integridade da vida humana, envolvendo todas as modalidades de homicídios (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres de civis). Já a violência indireta envolve todos os tipos de ação coercitiva ou agressiva que implique prejuízo psicológico ou emocional. E, por fim, a violência simbólica abrange relações de poder interpessoais ou institucionais que cerceiam a livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos.

Segundo Minayo e Souza (1997), o tema violência é um conceito difícil de ser abordado, porque se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas necessidades precisam ser conhecidas. Da mesma forma, Barazal (2014) destaca que não há como definir a violência sob um único aspecto específico porque ela se manifesta de acordo com as circunstâncias históricas às quais está inserida. “O homem é um ser histórico e, por isso, ele acaba sendo o reflexo ou o produto que a sociedade se propõe criar” (BARAZAL, 2014, p. 84).

A violência é uma palavra extremamente difícil de definir como um conceito único. No entanto, devido à grande variedade e abrangência de suas manifestações, alguns conceitos se fazem necessários para articular e compreender esse fenômeno, que está se tornando cada vez mais presente na realidade brasileira. Conceituar é explicar a natureza do fenômeno, segundo diferentes autores/teorias. Recorrendo ao dicionário de língua portuguesa, encontramos as seguintes definições:

Violência: Do latim *violentia*. Qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; jur.: Constrangimento físico ou moral; uso da força, coação. Violento: do latim *violentu*. Que age com ímpeto; que se excede com força; intenso; em que se faz uso de força bruta. Violentar: exercer violência sobre; forçar; coagir; constranger; estuprar; violar. (FERREIRA, 2000, p. 783).

A violência é classificada como sendo qualquer “agressão física contra seres humanos, cometida com a intenção de lhes causar dano, dor ou sofrimento” (OUTHWAITE, 1996, p.803). Cabe aqui ressaltar a questão da intenção do agente agressor como um fator importante para sua definição e que esse dano pode se referir tanto a dano físico, psicológico ou material. A intenção de ferir, ofender e atingir negativamente o outro seria um constituinte de violência, mas não o suficiente para sua caracterização.

A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência designa, pois – de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas. (MINAYO, 2005, p. 14)

Para Barazal (2014) é de conhecimento geral que ela sempre esteve presente nas mais variadas formas físicas, sociais e culturais nos principais momentos de mudança política e histórica da humanidade. A violência é exclusividade dos humanos. “Como fato social, a violência é negligenciada porque apesar de existir a consciência de sua existência, ela se

transforma em algo suportável porque faz parte da lógica do sistema que a sociedade reproduz, essa lógica é mantida pela persuasão ideológica” (BARAZAL, 2014, p. 82).

O homem pode, racionalmente agir de modo violento e o faz por ser livre nas suas escolhas, por intolerância, em defesa de seus interesses, ao cumprir seu dever, pela perda de poder e por outras motivações, e aí emprega a força física, núcleo de conceito de violência, para obrigar alguém a agir de modo contrário a sua natureza e ao seu ser. Entretanto o uso da força física, por si só, não caracteriza a violência, existem ações e comportamentos utilizados que não agredem, não deixam marcas, e nem por isso devem ser desconsiderados, tratados como menos graves ou desqualifica-los como violência. (TIELLET; CORSETTI, 2011, p. 227).

Para Odália (1983), a violência é um modo de ser do homem moderno. Tanto é verdade, que a violência deixou de ser um “ato circunstancial, para se transformar numa forma, um modo de ver e de viver o mundo do homem” (ODÁLIA, 1983, p.9).

Embora seja verdade que posso ver aí um dos traços obsessivos de nossa época, a violência, não pode deixar de reconhecer que uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais. (ODÁLIA, 1983, p. 14).

Neste caso, a violência é parte integrante da estrutura da sociedade e se manifesta na desigualdade que existe entre os homens, mas os hábitos, os costumes, as leis a expõe de tal forma que ela passa a ser entendida como uma criação natural. Em outras palavras, a violência vai se institucionalizando, expandindo seus limites, situações que deveriam ser abolidas da sociedade, é quando, gradativamente, ela se consolida, a relação de força passa a ser uma relação natural, ou seja, “como se na natureza as relações fossem de imposição e não de equilíbrio” (ODÁLIA, 1983, p. 35).

Na visão de Maffesoli (1987), a violência sempre remeterá a um constante confronto responsável pela oposição dos indivíduos ou grupos de indivíduos entre si em relação a valores, atitudes e modos de pensar.

A violência é um fenômeno que afeta gravemente a saúde pública. As consequências da violência, dentre outros aspectos, causam morte, lesões e traumas físicos, agravos mentais, emocionais e espirituais; diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades; infligem elevados gastos com estruturas pré-hospitalares, emergência, assistência e reabilitação, processos muito mais custosos que a maioria dos procedimentos médicos convencionais, exigindo uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde; coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo e evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do

setor, visando às necessidades dos cidadãos (MINAYO, 2006).

Apesar da violência ser uma ação própria do ser humano, a violência não é um fenômeno natural da vida; é algo criado, socialmente construído. Para Vasconcelos et al. (2010), a violência é um fenômeno que precisa e deve ser eliminado, porque priva o indivíduo dos seus direitos básicos de cidadão.

Segundo Sorge (1993, p. 9): “Violência é o uso injusto da força – física, moral e psicológica - com a finalidade de privar um ser humano do seu legítimo direito à vida, à saúde e à liberdade.” Sendo assim, o uso da força e a violação de um direito são fatores que caracterizam os tipos de violência.

Um dos conceitos que tem sido usado é o da Organização Mundial da Saúde (OMS), para a qual a violência é: “o uso intencional da força física ou do poder real, ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, grupos ou uma comunidade, que pode resultar em lesão, morte ou dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002, p. 5).

Esse conceito “serve para qualificar todas as formas de conflito, civis, criminais, militares e interpessoais, compreendendo agressões físicas e verbais, insultos e ameaças no exercício de qualquer ofício” (CHIZZOTTI; PONCE, 2016, p. 9). Os autores Chizzotti e Ponce (2016) acrescentam ainda que a violência é um elemento estrutural do fato social e as suas consequências abrangem tantos danos físicos, econômicos, considerados os mais visíveis, quanto danos psíquicos, morais e culturais, menos perceptíveis, pois se realizam através da intimidação, da perseguição e do desrespeito aos costumes e, que tal constatação se manifesta em diferentes relatos da história.

A inclusão da palavra "poder", no conceito da OMS (2002), amplia a natureza de um ato violento e expande o conceito usual de violência para incluir os atos que resultam de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidação. Assim, o conceito de "uso de força física ou poder" deve incluir negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos auto-infligidos (DAHLBERG; KRUG, 2007). O uso da palavra poder está relacionado ao uso da força pelo Estado.

O Ministério da Saúde do Brasil utiliza um conceito de violência que é semelhante ao da Organização Mundial de Saúde: “consideram-se como violências, ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais e espirituais a si próprios e aos outros” (BRASIL, 2001, p. 7).

A definição dada pela OMS associa intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido por ela. Tanto o conceito da OMS quanto o do Ministério da Saúde esclarece um diferencial importante na definição de violência, que é a

intencionalidade do ato de quem a prática, como também as consequências causadas às vítimas que sofrem a violência. A ideia de intencionalidade mostra que a violência é um fenômeno histórico e cultural que pode ser analisado e superado “e, suas consequências abrangem tanto danos físicos, econômicos, considerados os mais visíveis, quanto danos psíquicos, morais e culturais, menos perceptíveis, pois se realizam através da intimidação da perseguição e do desrespeito aos costumes” (BARAZAL, 2014, p. 80).

A violência é uma relação de poder, ou seja, quando o dominador se utiliza de coação e agressões sobre o dominado, visando alcançar lucros e obter vantagens previamente definidos. Essa relação nega os direitos do dominado, fazendo-o de objeto e desestrutura sua identidade (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Para Oliveira e Martins (2014):

[...] a ideia de violência está intrinsecamente ligada ao conceito de poder e subordinação, visto que num mundo capitalista tomou enormes proporções, sendo que hodiernamente verifica-se uma valoração maior ao patrimônio do que a própria vida, quando nos referimos aos bens juridicamente tutelados. (OLIVEIRA; MARTINS, 2014, p. 3).

Vagliati (2014) destaca que a violência é um instrumento utilizado pelo homem para a resolução de seus conflitos e interesses, que não puderam ser resolvidos através do diálogo nas relações humanas. Por outro lado, Arendt (1994) afirma que violência e poder são opostos e, que a violência só se manifesta quando não há mais consenso, quando o coletivo de pessoas se desfaz. Quando a violência se manifesta o poder já não mais existe. A desintegração do poder é que vai gerar a violência. Para a autora, “é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro se ausenta. [...] o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 2000, p. 36).

Desse modo, o poder em Arendt (2000) refere-se sempre a uma relação de consentimento e não de violência. O poder se define pela possibilidade de fazer com que os homens ajam conjuntamente, ou seja, o poder, não pertence a um único indivíduo e sim a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido.

Segundo os autores Medeiros, Tiellet e Braga (2019), o fenômeno da violência não é algo contemporâneo, mas apresenta características e formas nos diferentes contextos sociais. A violência ocorre tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, interferindo nas relações entre os indivíduos.

A violência é um ato cruel e desumano, que pode ser praticado individual ou em grupo, que usa da força física para agredir e submeter o outro, afetando a integridade pessoal, física e

emocional. Além de causar dor, sofrimento e morte, podem provocar sérias complicações para a saúde individual e coletiva ao longo da vida, como a depressão e riscos de outras doenças.

Entre os autores brasileiros que conceituam violência, nos parece que a definição de Marilena Chauí abarca o conjunto das manifestações expressas pelos autores aqui exposto. Afirma Chauí (1999) que violência é: “

[...] tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constringer, torturar, brutalizar); todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra. (CHAUÍ, 1999, p. 3).

Segundo Chauí (1999), a ética defende os direitos humanos e trata o sujeito como um ser racional, voluntário, livre e responsável pelas suas ações. A ação do sujeito é balizada por valores morais, idéias, comportamentos e práticas que pode variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade, e, são essas ações que vão definir o que alguém ou uma sociedade entende como um direito ou julga ser violência contra um indivíduo ou contra um grupo.

3.2 Tipologia da violência

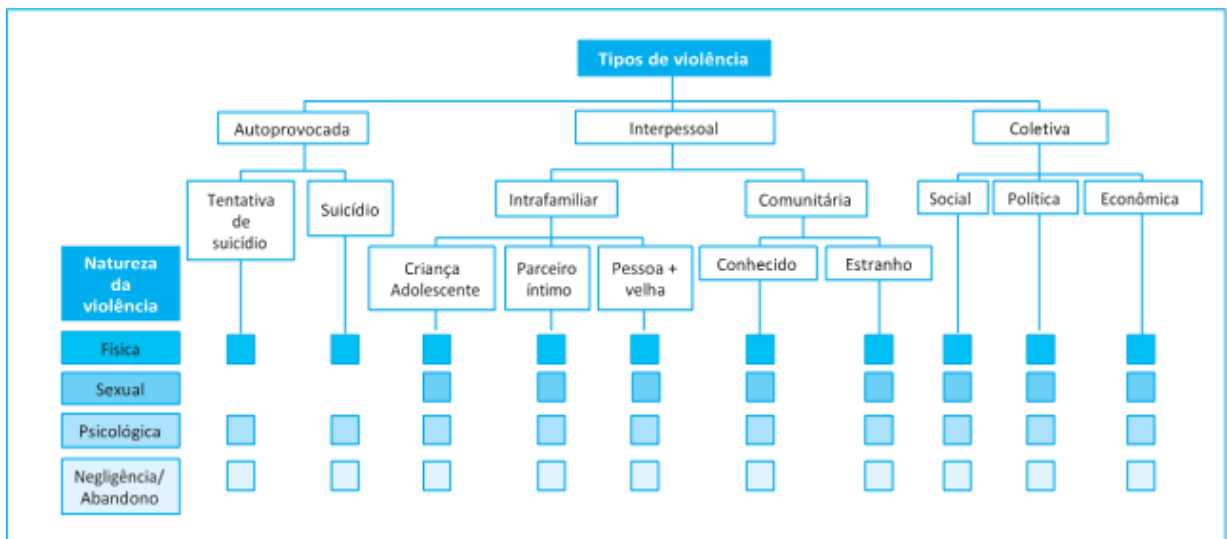
A violência é entendida como um fenômeno social e complexo, na qual as suas múltiplas formas de manifestação envolvem ações que desprezam a ética e tratam o(a) cidadão(ã) como coisa a ser descartada, eliminada; na forma mais grave, como o homicídio e o feminicídio, mas também ações descritas nas normativas do país como bullying, crimes de calúnia, difamação, preconceito, intolerância, racismo, xenofobia e homofobia, cometidos presencialmente ou pelas redes sociais, como também o uso da força pelo Estado e os atos de terrorismo.

A tipologia aqui proposta para classificação da violência acompanha o modelo proposto pela Organização Mundial da Saúde (BRASIL, 2010) que categoriza o fenômeno em três amplas categorias, divididas em tipos de violência mais específicos, a partir de suas manifestações empíricas: violência autoprovoada; violência interpessoal; violência coletiva.

Esses tipos são relacionados a sua natureza física, sexual, psicológica, além da negligência/abandono (ver figura 2).

- **Violência autoprovocada** contempla o suicídio, as tentativas de suicídio, e o auto abuso inclui agressões e automutilação (ferimentos infligidos por elas próprias).
- **Violência interpessoal** é classificada em duas subcategorias: violência intrafamiliar e violência comunitária. A violência intrafamiliar ocorre entre os membros da família, principalmente nos lares, inclui abuso infantil, violência entre parceiros íntimos e maus-tratos de idosos. Diferentemente da violência intrafamiliar, a violência comunitária é aquela que ocorre no ambiente social fora dos lares, entre conhecidos e desconhecidos, consideram suas várias manifestações como violência da juventude, agressões físicas, estupros, ataques sexuais e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.
- **Violência coletiva** se entende os atos violentos que acontecem nos âmbitos social, político e econômico. A violência coletiva inclui, por exemplo, crimes praticados por grupos organizados, guerras, atos terroristas e crimes de multidões. A violência econômica inclui também ataques de grandes grupos, motivados pelo lucro econômico, tais como ataques realizados com o propósito de desintegrar a atividade econômica, geralmente motivados por intenções e interesses de dominação.

Figura 2 - Classificação das manifestações empíricas de violência



Fonte: (BRASIL, 2010, p. 28).

Estas categorias servem para caracterizar as diversas manifestações de violência que são infligidas contra todos os indivíduos, sem distinção de idade, sexo, cor, raça, etnia ou outras

características imanentes. Em suma, a violência é um conceito complexo, multifacetado que pode se manifestar de diversas formas tais como guerras, assassinatos, terrorismo, agressões físicas, estupro, dentre outras que podem ser verificadas no cotidiano da sociedade.

Essas violências representam uma ameaça ao direito à vida e à saúde do ser humano. Portanto, faz-se necessário conhecer os tipos e natureza da violência, bem como as suas formas e manifestações, para atuar no cuidado à prevenção e no enfrentamento da violência.

Nos dedicaremos, com base na classificação acima mencionada, à violência interpessoal, tanto do ponto de vista da violência intrafamiliar, quanto da violência comunitária ou também denominada de violência extrafamiliar contra crianças e adolescentes, com foco na violência sexual.

3.2.1 As formas de violência contra crianças e adolescentes

A violência é considerada um grave problema de saúde pública no Brasil e constitui, hoje, a principal causa de mortes de crianças e adolescentes a partir de 5 anos de idade. Trata-se de uma população cujos os direitos básicos são violados e costumam ser alvos de ações violentas que comprometem física e mentalmente a sua saúde (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2001).

Segundo Minayo (2006), a sensibilização em relação à violência, por parte da saúde pública, iniciou-se, pioneiramente, com os castigos e maus tratos contra crianças. Nos anos 60, por meio de textos e debates, os profissionais de saúde começaram a fazer denúncias sobre as várias manifestações de violência contra crianças e adolescentes. Uma década depois que os pediatras anunciaram a expressão “síndrome do bebê espancado”, vários profissionais passaram a reconhecer e a diagnosticar esse tipo de agravo como um problema de saúde. Programas de prevenção se instituíram na pauta de serviços de instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais (ONGs).

A violência contra crianças no Brasil assume várias faces, ocorrendo em todas as culturas, comunidades e classes sociais, podendo se apresentar de forma individual ou coletiva, interpessoal ou mediada por estruturas sociais.

Pensa-se na criança como um ser inserido no seu meio familiar do qual derivam, de forma natural e espontânea, todas as atenções, afetivas e maternas de que necessitam para o seu desenvolvimento normal. Todavia, há ocasiões em que este mesmo núcleo familiar se torna hostil para a criança, resultando, às vezes, no abandono, nos maus-tratos, no abuso sexual e na morte da vítima (BESERRA; CORRÊA; GUIMARÃES, 2002, p.63).

A violência contra a criança e adolescente representa toda ação ou omissão capaz de provocar lesões, danos e transtornos a seu desenvolvimento integral, estabelecendo uma relação assimétrica e desigual de poder manifestada pela força física, pelo poder econômico ou político, pela dominação e opressão familiar ou geracional, e se configura, também, de forma estrutural na aplicação de políticas educacionais, sanitárias e econômicas que mantêm as condições que impedem o seu crescimento e desenvolvimento (DESLANDES; ASSIS; SANTOS, 2005).

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2001), o conceito de VCCA acontece em um contexto fundamentado na própria estruturação da sociedade, marcado pelos processos culturais que lhe são próprios e com os modelos explicativos usados para a violência. E que esse conceito de violência é ampliado, devido aos agravos que a violência exerce sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Silva (2016) relata que modelos explicativos da VCCA surgem para justificar. O Estado e mesmo os agentes públicos apresentam o desemprego como causa, outros apontam as situações estressantes do dia a dia vivenciadas pela família e até mesmo a agressão sofrida pelos pais na infância. É comum também encontrar na religião, na cultura em aspectos sociais, psicológicos e emocionais, as causas da VCCA, o que se soma à ideia que predomina na sociedade do uso da violência como forma de educar e resolver problemas.

A Organização Mundial de Saúde (2002) indica a existência de outras situações de risco relacionadas à violência que aumentam a vulnerabilidade da criança e do adolescente, como a existência no entorno de brigas, porte de armas, a influência de álcool e de outras drogas. A VCCA está arraigada na cultura familiar brasileira, sendo a maior responsável pelos casos de violência interpessoal. A chamada violência familiar/intrafamiliar e/ou violência doméstica, que se expressa nas diversas formas de manifestações, vitimiza milhões de crianças e adolescentes todos os anos nas várias faixas etárias (DESLANDES; ASSIS; SANTOS, 2005) e em diferentes estratos sociais.

A violência contra crianças e adolescentes, que pode ser cometida tanto por adultos (de ambos os sexos) como por outros adolescentes, é correntemente classificada como intra ou extra-familiar. A análise da realidade das situações de violência tem revelado que essa classificação é demasiado genérica, não dando conta da diversidade dos autores e atores envolvidos nessas situações (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 48).

De acordo com Faleiros e Faleiros (2008), a violência, de qualquer tipo, contra crianças e adolescentes é uma relação de poder na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais, de conhecimento, força, autoridade, experiência, maturidade, estratégias e recursos, que as tornam mais ou menos violentas nas relações familiares. As condições de vida das famílias e as questões de poder se manifestam nas relações afetivas e na

sexualidade. É nesse contexto de poder que deve ser analisada e compreendida a violência de adultos contra crianças e adolescentes.

A violência contra crianças e adolescentes configura um processo endêmico global que tem características e especificidades inerentes às diferentes culturas e aspectos sociais. Mas, definitivamente, há abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis, além da completa expropriação dos direitos da criança e do adolescente, violando direitos essenciais e comprometendo significativamente o seu desenvolvimento afetivo (NEVES *et al*, 2010).

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto. De outro, leva à coisificação da infância, isto é, a uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p. 32).

Para Ferreira (2002) é fundamental que se compreenda que VCCA não pode ser concebida e tratada através de uma visão unilinear de causa e efeito, em que, de um lado, está o agressor, motivado por sua “má índole” e, do outro, sua vítima, esperando e/ou provocando o ataque. Mas como resultado multicausal e interativo de uma dinâmica sociocultural e política que repercute em todo tecido social, usando suas vítimas de maneira indiscriminada.

A VCCA é uma realidade cada dia mais constante na sociedade, emergindo recorrentemente nos noticiários e na imprensa escrita e constituindo o alvo e uma preocupação crescente por parte de professores e suas famílias, como da população em geral.

A violência no âmbito da família atinge uma parcela importante da população e repercute de forma significativa sobre a saúde das pessoas. Diferente de outras formas de violência que ocorrem em outros lugares, esta é a que menos está circunscrita a fatores estruturais da sociedade e é praticada por pessoas de todas as classes sociais, cores, religiões, status socioeconômico. (LYRA; CONSTANTINO; FERREIRA: 2010, p. 151).

A violência familiar, também denominada intrafamiliar ou violência doméstica, tem sido bastante discutida devido às proporções epidêmicas que têm alcançado nos últimos anos e vêm ganhando espaço nas discussões sobre a saúde da família, da criança e do adolescente, sobre a educação e as políticas públicas em todo mundo.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é interpessoal, pois se dá no nível das relações pessoais; assim como também é um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis, violando todo e qualquer direito que eles possuam e impondo a eles a obrigação do sigilo. (LIMA, 2011, p. 51).

A violência intrafamiliar pode ser praticada tanto por pais ou responsáveis, como por

parentes mais ou menos próximos dos vitimizados (irmãos, avós, cunhados, tios, primos, entre outros). De acordo com Faleiros e Faleiros (2008), na violência intrafamiliar podem viver e ser violentadas pessoas que não têm nenhum grau de parentesco, como empregadas domésticas e agregados, podendo ocorrer entre cônjuges, entre pais e filhos, entre irmãos, com parentes idosos, que habitam ou não a mesma casa.

A violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um fenômeno disseminado, mantido com a complacência da sociedade, que estabelece com as famílias um acordo tácito, o que dificulta o acesso ao que realmente acontece com relação ao problema. Os dados estatísticos, que se têm hoje registrados, representam uma pequena parte da incidência do fenômeno, devido principalmente a essa banalização da violência, que dificulta a denúncia, e também à maneira como são tratadas as situações de violência doméstica/intrafamiliar de acordo com a classe social a que pertence à família. (FERREIRA, 2002, p. 34).

Compreendemos violência doméstica contra crianças e adolescentes como todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, que – sendo capazes de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica – implica, de um lado, a transgressão do poder/dever de proteção do adulto, isto é, na negação do direito de crianças e adolescentes a serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (ANDO; FELDMANN, 2013, p. 329).

Segundo Faleiros e Faleiros (2008), Braun (2002) e Neves et al. (2010), pesquisas apontam que os agressores são pessoas conhecidas ou têm uma relação de cuidado, proteção e responsabilidade para com a criança e o adolescente (grau de parentesco). São frequentes a violência física e psicológica, praticadas por mães e a violência sexual, praticada por pais. (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Ferreira (2002) ressalta que o silêncio é uma outra característica da violência doméstica/intrafamiliar, que, geralmente, é rompido apenas quando atinge os limites da crueldade, isto é, quando chegam às portas de hospitais e delegacias. Na maioria das vezes, as pessoas não querem se envolver, seja por medo das ameaças que são feitas ou mesmo por terem a opinião de que não devem se intrometer em assuntos familiares. O que contribui para o surgimento de novos casos ou mesmo para a continuidade do ciclo da violência em relação a determinado sujeito e, principalmente, para o agravamento do abuso, revelando um descompromisso com o bem-estar do outro, que pode trazer sérias consequências físicas, emocionais e psicológicas para toda a sua vida.

Muitas vezes, crianças e adolescentes violentados e dominados são vitimizados tanto pelo agressor como pela existência de redes e pactos de silêncio, tolerância, convivência, medo, impunidade. Tanto membros da família como vizinhos, colegas, profissionais da educação, saúde, assistência, segurança, ao silenciarem sobre as situações de violência que presenciaram, conhecem, ou suspeitam protegem o violentador. Não é raro o agressor manter outras pessoas, além da vítima, sob sua dominação. (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 50).

O silêncio e a convivência contribuem para a incidência e/ou continuidade da violência e das diferentes formas de ações agressivas contra a criança e o adolescente. Por isso, é importante notificar aos órgãos competentes todos os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra a criança e o adolescente.

A violência doméstica é um problema que atinge inúmeras crianças e adolescentes e o seu enfrentamento é relevante sob dois aspectos: primeiro porque causa sofrimento indescritível às suas vítimas e, segundo, incluindo a negligência precoce e o abuso sexual, podem impedir um bom desenvolvimento físico e mental da criança e do adolescente vitimizado (BRAUM, 2002).

A violência contra crianças e adolescentes, segundo Guerra (1998), implicam: a) transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade numa desigualdade de poder intergeracional; b) negação do valor de liberdade, à medida que impõe à criança e ao adolescente um pacto de silêncio; c) processo de vitimização como forma de aprisionar a vontade e o desejo.

De acordo com Faleiros, Faleiros (2008) A violência contra crianças e adolescentes revela-se de vários tipos, por diferentes autores e em diversos lugares, e, usualmente costuma ser classificada em negligência/abandono, violência física, psicológica e sexual. Trata-se de um dos mais graves fenômenos da expressão social da violência e de difícil enfrentamento, e está relacionada às questões sociais, econômicas, culturais e também familiares.

A seguir são apresentados os tipos de violência contra a criança e adolescente segundo sua natureza.

3.2.1.1 Negligência

Este tipo de violência doméstica pode se manifestar pela ausência dos cuidados físicos, emocionais e sociais, em função da condição de desassistência de que a família é vítima. Mas também pode ser expressão de um desleixo propositadamente infligido, em que a criança ou o adolescente são mal cuidados, ou mesmo, não recebem os cuidados necessários às boas condições de seu desenvolvimento físico, moral, cognitivo, psicológico, afetivo e educacional (FERREIRA, 2002, p. 35).

A negligência é a ação e omissão de responsáveis quanto aos cuidados básicos na atenção, como a falta de alimentação, escola, cuidados médicos, roupas, recursos materiais e/ou estímulos emocionais, necessários à integridade física e psicossocial da criança e do

adolescente, ocasionando prejuízos ao desenvolvimento. Isso caracteriza o abandono, que pode ser parcial ou total. No parcial, coloca a criança e adolescente em situação de risco; no total, elas ficam desamparadas e ocorre o afastamento total da família (MORESCHI, 2018, p. 16).

As consequências físicas, psicológicas e sociais da negligência sofrida na infância e na adolescência são extremamente graves, pois se configuram como ausência ou vazío de afeto, de reconhecimento, de valorização, de socialização, de direitos (filiação, convivência familiar, nacionalidade, cidadania) e de pleno desenvolvimento (FALEIROS, FALEIROS, 2008).

A negligência parental ou familiar é um problema de saúde pública que atinge milhões de crianças no mundo. A constituição do conceito de negligência responsabiliza as famílias como locus de cuidados na infância ou ausência deles, pelos diferentes modos e estilos de vida socioeconômicos em que as famílias estão inseridas. Diante da responsabilidade com os cuidados durante este período, muitas famílias são consideradas negligentes. A maneira do cuidar pode atuar como uma forma de dominação e de controle social, sendo assim, o descumprimento de certas normas do cuidar, traduz-se em punição (MATA, SILVEIRA, DESLANDES, 2017).

3.2.1.2 Violência Física

Violência física é o uso da força física de forma intencional, não-acidental, por um agente agressor adulto ou mais velho que a criança ou o adolescente. Na maioria dos casos, esses agentes são os próprios pais ou responsáveis que, muitas vezes, machucam a criança ou o adolescente sem a intenção de fazê-lo. A violência física pode deixar ou não marcas visíveis e nos casos extremos pode causar até a morte (ABRÁPIA, 2017).

Tais agressões podem provocar: fraturas, hematomas, queimaduras, esganaduras, hemorragias internas etc. e, inclusive, causar a morte (FERREIRA, 2002).

A violência física é praticada pelos pais, parentes, responsáveis, ou outras pessoas, muitas vezes com objetivo de “educar” ou “corrigir”. Isso ocorre quando uma pessoa que está em relação de poder em relação à outra, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física, utilizando as próprias mãos ou objetos, armas de fogo, armas brancas, provocando marcas físicas, psíquicas e afetivas ou não. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também se considera violência física (MORESCHI, 2018).

3.2.1.3 Violência Psicológica

Violência psicológica é um conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas a envergonhar, censurar e pressionar a criança ou o adolescente de modo permanente. Apesar de ocorrer com muita frequência, essa modalidade é uma das mais difíceis de ser percebida e pode trazer graves danos ao desenvolvimento integral da criança ou do adolescente (ABRÁPIA, 1997).

A violência psicológica situa-se no conceito geral de violência como uso ilegítimo da autoridade, decorrente de uma relação de poder desigual entre adultos dotados de autoridade e crianças e adolescentes dominados. Esse poder é exercido através de atitudes de mando arbitrário, de agressões verbais, de chantagens, de regras excessivas, de ameaças (inclusive de morte), humilhações, desvalorização, rejeição, isolamento, exigência de comportamentos éticos inadequados ou acima das capacidades e de exploração econômica ou sexual (FALEIROS, FALEIROS, 2008).

Usualmente, inclui comportamentos como: ameaçar os filhos; magoar os animais de estimação; humilhar na presença de amigos, familiares ou em público; desvalorização; chantagem; isolamento de amigos e familiares; ridicularizar; manipular afetivamente; explorar; negligenciar (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros); ameaçar; privar de forma arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar, etc.); confinamento doméstico; críticas pelo desempenho sexual; omissão de carinho; negar atenção e supervisão; perseguição (MORESCHI, 2018, p.16).

3.2.1.4 Maus tratos

Os maus-tratos contra a criança e o adolescente podem ser praticados pela omissão, pela supressão ou pela transgressão dos seus direitos, definidos por convenções legais ou normas culturais. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (2001), os maus-tratos são divididos nos seguintes tipos: maus-tratos físicos, Síndrome de Munchausen por procuração¹, abuso sexual, maus-tratos psicológicos e negligência.

¹ É caracterizada pela simulação ou criação, por um dos responsáveis ou cuidador (com grande frequência a mãe), de sinais ou sintomas que caracterizam doenças em seus filhos. É também considerada uma forma de violência física por exigir dos profissionais da área da saúde a execução de uma série de exames e investigações extremamente penosos para a criança (BRASIL, 2010).

3.2.1.5 Abuso sexual

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa que seja mais velha, em que a criança ou adolescente é usado como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do poder sobre ela ou incapacidade mental ou física. Ele inclui quaisquer atos sexuais impostos à criança ou ao adolescente por qualquer pessoa dentro do âmbito familiar, ou fora dela, que abuse de sua posição de poder e confiança (SANDERSON, 2005).

Classifica-se o abuso sexual em duas categorias: o abuso sexual intrafamiliar e o abuso sexual extrafamiliar. O abuso sexual intrafamiliar, na maioria dos casos, o autor da agressão é uma pessoa que a criança conhece, em quem confia e a quem, frequentemente, ama. O abusador quase sempre tem uma relação de parentesco com a vítima e dispõe de certo poder sobre ela, tanto do ponto de vista hierárquico e econômico (pai, padrasto e, menos eventualmente, mãe), quanto do ponto de vista afetivo (irmãos, primos, tios e avós). A relação incestuosa com uma criança ou adolescente é considerada, sim, abuso sexual, mesmo quando ocorre sem uso de força física. É importante explicar que nem todo abuso sexual é considerado violência doméstica ou relação incestuosa. Existem várias formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes por outras pessoas que não são membros da família (SANTOS; IPPOLITO, 2009), é o abuso sexual extrafamiliar.

O abuso sexual extrafamiliar é um tipo de abuso sexual que ocorre fora do âmbito familiar. Também aqui o abusador é, na maioria das vezes, alguém que a criança conhece e em quem confia: vizinhos ou amigos da família, educadores, responsáveis por atividades de lazer, médicos, psicólogos e psicanalistas, líderes religiosos. Eventualmente, o autor da agressão pode ser uma pessoa totalmente desconhecida. Os exemplos são os casos de estupros em locais públicos (SANTOS; IPPOLITO, 2009).

Segundo os autores Sanderson (2005) e Santos; Ippolito (2009), tanto o abuso sexual intrafamiliar quanto o abuso sexual extrafamiliar podem se expressar de diversas maneiras, tais como: abuso sexual sem contato físico e abuso sexual com contato físico.

O abuso sexual sem contato físico são tidos como práticas sexuais que não envolvem contato físico. Elas podem ocorrer de várias formas:

- O assédio sexual caracteriza-se por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo autor da agressão (SANTOS; IPPOLITO, 2009)

- O abuso sexual verbal pode ser definido por conversas abertas com crianças ou adolescentes sobre atividades sexuais.
- Os telefonemas obscenos são, também, uma modalidade de abuso sexual verbal. A maioria deles é feita por adultos, especialmente do sexo masculino.
- O exibicionismo é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar em frente a crianças ou adolescentes.
- O voyeurismo é o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas quando elas não desejam ser vistas, obtendo o observador satisfação com essa prática.
- A pornografia pode ser categorizada tanto como uma forma de abuso quanto de exploração sexual comercial. Mostrar material pornográfico à criança ou ao adolescente é considerado um ato de abuso sexual. Contudo, levando-se em consideração que, na maioria das vezes, o objetivo da exposição da criança ou do adolescente é a obtenção de lucro financeiro, a pornografia deve ser compreendida como exploração sexual comercial (SANTOS; IPPOLITO, 2009).

O abuso sexual com contato físico são os atos físico-genitais que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Eles podem ser legalmente tipificados em: atentado violento ao pudor, corrupção de menores, sedução e estupro. Existe, contudo, uma compreensão mais ampla de abuso sexual com contato físico que inclui contatos “forçados” como beijos e toques em outras zonas corporais erógenas (SANTOS; IPPOLITO, 2009).

Sanderson (2005) descreve os tipos de atividades sexuais realizadas em crianças sob um espectro extremamente amplo e incluem abuso sexual, sem contato e com contato físico, em crianças, apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 – Classificação de abuso sexual, de Sanderson (2005), contra criança e adolescente

Comportamentos sem contato	Comportamentos com contato
<p>Aliciar a criança. Aliciar criança pela Internet. Invadir, de maneira inapropriada, o espaço da criança. Insistir em comportamento ou roupas sexualmente sedutores. Estimular a nudez. Fazer comentários verbais, de natureza sexual. Despir-se na frente da criança. Forçar a criança a compartilhar a mesma cama com o adulto, além da idade adequada ao seu desenvolvimento. Expor a genitália deliberadamente. Observar a criança, de maneira inapropriada, quando ela se despe ou usa o banheiro.</p>	<p>Beijar a criança com a boca aberta de maneira inapropriada. Excitar a criança com toques ou carícias. Tocar os genitais ou as partes íntimas de uma criança para prazer sexual. Fazer a criança tocar o genital de outra pessoa. Brincar de jogos sexuais. Masturbar a criança, fazer com que ela masturbe o abusador ou que ambos se masturbem. Fazer sexo oral (felação ou cunilíngua na criança, no abusador ou mútuas). Ejacular na criança. Colocar objetos, doces, pequenos brinquedos na abertura vaginal/retal da criança e depois tirá-los.</p>

<p>Encorajar a criança a assistir a atos sexuais ou a ovví-los.</p> <p>Fotografar a criança para a gratificação sexual ou uso pornográfico posterior.</p> <p>Drogar a criança, a fim de fotografá-la em poses sexualmente provocantes ou como prelúdio da violência sexual.</p> <p>Usar de comportamento evidentemente sexual na presença da criança.</p> <p>Expor a criança à pornografia, para dessensibilizá-la – parte poderosa do processo de aliciamento.</p> <p>Filmar a criança em poses sexualmente explícitas.</p> <p>Coagir a criança para participar de um círculo de pedofilia.</p> <p>Fazer com que a criança recrute outras crianças para o abusador sexual.</p>	<p>Introduzir na vagina ou ânus grandes objetos, inclusive os usados por adultos.</p> <p>Penetrar o ânus ou a abertura retal com os dedos.</p> <p>Penetrar o ânus ou a abertura retal com o pênis (sodomia).</p> <p>Penetrar a vagina com os dedos.</p> <p>Penetrar a vagina com o pênis.</p> <p>Colocar o pênis entre as coxas de uma criança e simular o coito – “coito seco”.</p> <p>Forçar a criança a participar de um círculo de pedofilia.</p> <p>Filmar a atividade sexual com adultos ou crianças.</p> <p>Forçar a criança a praticar atividade sexual com animais – bestialidade.</p>
---	---

Fonte: Elaborado por SANDERSON, Christiane. 2005.

3.2.1.6 Estupro

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que, com ele, pratique-se outro ato libidinoso. O estupro é uma prática de atos sexuais não consentidos com qualquer pessoa e de qualquer idade ou gênero, mediante emprego de violência ou grave ameaça (MORESCHI, 2018).

3.2.1.7 Violência Sexual

A violência sexual caracteriza-se como uma violação dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento: direito à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadio e à proteção integral. A violência sexual, no âmbito familiar, é uma violação ao direito à sexualidade segura e à convivência familiar protetora (FALEIROS, FALEIROS, 2008).

A violência sexual pode acontecer de várias formas: através do contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada (FALEIROS, FALEIROS, 2008).

A violência sexual é toda ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de relações sexuais no casamento ou em outros relacionamentos, com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal (MORESCHI, 2018, p.17).

Os principais perpetradores são os companheiros das mães, em seguida, os pais biológicos, avôs, tios, bem como avós, tias e outros que mantêm, com a criança ou adolescente, uma relação de dependência, num contexto de relações incestuosas (BRASIL, 2010).

Embora haja várias formas de violência contra a criança e o adolescente, cabe aqui ressaltar que essas diferentes formas se entrelaçam, por exemplo, a violência sexual é também física e psicológica, e, a violência física também é psicológica. No entanto, a violência física se difere da psicológica porque as marcas deixadas são visíveis a olho nu e, nesse sentido, são facilmente identificadas, enquanto que a violência psicológica não, porque não deixa traços imediatamente visíveis no corpo, mas se manifesta no comportamento da criança ou do adolescente.

Ainda no que se refere às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes (física, sexual, psicológica, negligência), é necessário destacar que crianças e adolescentes estão expostos a mais de uma forma de violência e, de forma geral, dificilmente, sofrem apenas um único tipo de violência.

3.3 Violência contra crianças e adolescentes: um breve histórico

Nesta subseção, iremos tratar sobre a vulnerabilidade da criança e do adolescente frente às relações de violência, sobre as diferentes formas pelas quais essa violência se manifesta ao longo da história. A prática de violência contra a criança na antiguidade é relatada através da mitologia, filosofia e, existe um número grande de registros bíblicos sobre infanticídio e fratricídio.

Para começar, a história sobre a criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, por organizações não governamentais ou autoridades, daquele no qual a criança encontra-se quotidianamente imersa. O mundo do que a “criança deveria ser” ou “ter” é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive. O primeiro é feito de expressões como “a criança precisa”, “ela deve”, “seria oportuno que”, “vamos nos engajar em que” etc., até o irônico “vamos torcer para”. No segundo, as crianças são enfaticamente orientadas para o trabalho, o ensino, o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente se lhe está associada: aquela do riso e da brincadeira. (PRIORE, 2012, p. 233-234).

A infância, retrada, no Brasil, sofreu diversas incompreensões ao longo do tempo, e a concepção de criança como ser social era percebida de diferentes formas e variava de acordo com a etnia e a condição social na qual estavam inseridas. De acordo com Priore (2013), a história da infância, no Brasil, desde o período colonial até meados do século XX, foi marcada

por diversas formas de violência que atingem as crianças, especialmente as mais pobres, pois eram obrigadas a trabalhar pesado nos mais diversos tipos de funções, sofrendo abusos de diversas maneiras.

Faleiros e Faleiros (2008) complementam que a história da trajetória da infância pobre, no Brasil, foi marcada de maus-tratos, violência e abandono e que, somente no século XX, efetivou-se uma doutrina de proteção integral para crianças e adolescentes nas relações de cidadania.

O ambiente familiar é o que mais pode proteger ou expor crianças e adolescentes à violência. Em muitas famílias, a violência é uma forma de comunicação, com este padrão de convivência vindo inclusive de gerações anteriores. Este cenário é muito prejudicial ao desenvolvimento da criança e do adolescente. (BRASIL, 2010, p. 22).

Silva (2016) ressalta que a VCCA compõe os registros mais antigos da trajetória humana, em alguns espaços foi compreendido como forma de educação e disciplina, tornando-se parte do cotidiano de muitas famílias. E só posteriormente no século XX, esse fenômeno passou a ser objeto de atenção das autoridades, dos governos e da sociedade acadêmica. Atualmente, vários estudos sobre a violência contra a criança e adolescente têm envolvido pesquisadores de várias áreas do conhecimento e com diferentes direcionamentos que se propõem a problematizar esse fenômeno.

Em Esparta, as crianças nascidas com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas desumanas, o que legitimava sua eliminação, sendo lançadas do alto dos rochedos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008). A educação das crianças espartanas, a partir dos sete anos de idade, era de responsabilidade do Estado, que assumia uma pedagogia militar em princípios cívicos e militares, abrangendo exercícios físicos, praticados até a exaustão, a fome, o espancamento e, uma das provas, consistia em matar um escravo que fosse encontrado pelas ruas da cidade (LIMA, 2011).

Na idade média não havia a noção de criança ou mesmo de infância, além de outras questões, incluindo noções de cuidados e higiene para com elas, havendo muita morte de crianças. Segundo Amarilha (2000),

As crianças participavam da vida da sociedade sem cuidados especiais às suas necessidades. A criança pobre, abandonada, é tema presente nos contos de fada, como em João e Maria, recolhido da tradição oral pelos irmãos Grimm, em torno de 1810. Como não havia uma preocupação maior com essa fase da vida, o período era marcado pelo alto índice de mortalidade. Ora, sendo seres tão transitórios não valia à pena dedicar-lhes sentimentos mais profundos e duradouros. Assim, as crianças eram deixadas para serem criadas por serventes, amas-secas, até que pudessem ter certa autonomia para o convívio com os adultos. (AMARILHA, 2000, p. 127).

As crianças como adultos em miniatura se misturavam aos adultos em todos os espaços,

em reuniões de trabalho, passeio, jogos e até mesmo em lugares de divertimento, de modo que tais permissões ajudavam-nas a aprender a viver (ARIÉS, 1978).

Ainda na idade média, os lugares reservados à educação, reuniam crianças de diferentes idades, eram espaços que exerciam violência e tortura, em nome da disciplina como método didático-pedagógico ou como processo didático, adotado para transmissão do conhecimento ou ainda como “estímulos pedagógicos postos em ação para assegurar o êxito do esforço educativo”(FRANCA, 1952, p.56).

O *Ratio Studiorum*, manual desenvolvido pelos jesuítas, continha regras disciplinares e prescrições práticas de orientação sobre a organização das aulas e as ações didático-pedagógicas a serem executadas pelos professores dos quinhentos e setenta e oito colégios, 150 seminários e setecentos e vinte e oito estabelecimentos de ensino espalhados pelo mundo (FRANCA, 1952).

Os jesuítas tampouco suprimiram de todo os rigores dos castigos corporais, enquanto ação comumente usada no processo ensino-aprendizagem da época, entretanto organizaram e disciplinaram a violência (castigos escolares) praticada por adultos, em estabelecimentos de ensino, contra crianças e adolescentes. Com o passar dos anos, muitos pensadores manifestaram indignação frente à violência exercida contra a criança. Um movimento, denominado de Renascimento, que significava o retorno à cultura grego-romana, expresso no Humanismo, Antropocentrismo e no Racionalismo como ensaios que rompem com o pensamento medieval (TIELLET, 2012).

Os pensadores Renascentistas condenam os castigos físicos e a tortura impostos às crianças e aos adolescentes, o primeiro a se manifestar foi Erasmo de Rotherdan (1466-1536), em seu livro *De pueris instituendis* - Sobre a educação dos meninos, explicita seu incômodo e repulsa à violência física contra os meninos nas instituições de ensino e a negligência dos pais. “Não existe escola e, sim, ergástulo. Apenas se ouvem o crepitar das palmatórias, o estrépito das varas, as lamentações e os soluços em meio à balburdia de ameaças ferozes!”(ROTHERDAN, 2008, p.67). Aqueles que usam de violência física contra crianças, propõe Erasmo de Rotherdan, que se movam ações judiciais – “Maus-tratos físicos implicam ação judiciária”(ROTHERDAN, 2008, p.77), antecipando por volta da década de 1530, a necessidade de proteção da criança e o enquadramento jurídico para quem cometer maltratos às crianças. Michel de Montaigne (1533-1592), em sua linha de raciocínio e de defesa da criança, condenando os castigos físicos ao denunciar, nas suas crônicas, a violência que crianças sofriam, especialmente em instituições de ensino.

A disciplina rigorosa da maior parte de nossos colégios sempre me desagradou. [...] São verdadeiras prisões para cativo da juventude, e a tornam cínica e debochada antes de o ser. Ide ver esses colégios nas horas de estudo: só ouvireis gritos de crianças martirizadas e de mestres furibundos. Linda maneira de acordar o interesse pelas lições nessas almas tenras e tímidas, essa de ministrá-las carrancudo e de chicote nas mãos! (MONTAIGNE, 1987, p. 84).

Para João Amós Comenius (1592-1671) “a educação é necessária a todos” (p.123) e “Com efeito a criatura racional não deve ser conduzida por meio de gritos, prisões e de bastonetes, mas pela razão (COMENIUS, 1957, p.125).

Foi com Jean-Jaques Rousseau (1712-1778), em seu livro *Emílio (Da educação)*, que as etapas do desenvolvimento corporal foram propostas com o argumento de que a natureza fixa estas etapas e que o exercício de uma função numa etapa da vida possibilita o desenvolvimento de funções posteriores. Cada etapa do desenvolvimento humano foi apresentado por Rousseau, descobrindo o valor da infância, os direitos da criança e os cuidados da família.

No século XVIII e XIX, em plena expansão da Revolução Industrial, as crianças, adolescentes e mulheres eram submetidos ao mesmo número de horas e às mesmas condições de trabalho dos homens, todavia, os salários eram mais baixos. Os trabalhadores estavam sujeitos a castigos físicos dos patrões. Não havia direitos trabalhistas, nem leis que protegessem as crianças e os adolescentes.

Somente no final da primeira década do século XX tomou vulto a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. A organização *Save the Children* surgiu na Primeira Guerra Mundial e foi fundada em 1919 por Eglantyne Jebb que, apoiada em uma Declaração de Direitos da Criança, tornou-se uma figura respeitada em todo o mundo, e usou esse reconhecimento para lutar por um marco internacional de proteção contra qualquer tipo de violência contra à criança e ao adolescente.

Em 1924, os membros da Liga das Nações adotaram a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança como guia e passou a ser conhecida como Declaração de Genebra, nela, homens e mulheres de todas as nações tiveram que reconhecer, pela primeira vez, universalmente, que a criança deve ser objeto de cuidados e atenções especiais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi construída sob o impacto das barbáries cometidas durante a 2ª Guerra Mundial, como fruto de um esforço pautado de educação em direitos humanos e, representou a manifestação histórica pelo reconhecimento entre homens e mulheres. Foi ainda essa declaração que reconheceu, pela primeira vez, que a criança deveria ter cuidado e assistência especial, disposto no seu artigo 25, inciso II:

Art. 25, §2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais.

Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social. (<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>).

Em 1924, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, proclamados na Carta das Nações Unidas, de 1945, com o objetivo de proteger a infância e promover a assistência especial à criança, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

A Declaração sobre os Direitos da Criança, de 1959, foi concebida, tendo em vista a necessidade de garantir a proteção e cuidados especiais à criança, incluindo proteção jurídica apropriada, antes e depois do nascimento, em decorrência de sua imaturidade física e mental, e levando em consideração que em todos os países do mundo existem crianças vivendo em condições extremamente adversas e necessitando de proteção especial.

São esses alguns dos princípios que regem a Declaração:

Princípio 1

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Princípio 7

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais.

A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

Princípio 8

A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.

Princípio 9

A criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma.

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Princípio 10

A criança gozará de proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes. (<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>)

É importante destacar que todos os princípios citados acima reafirmam os direitos das

crianças inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos de igualdade e liberdade. A declaração enfatiza os esforços que devem ser realizados para que as crianças não sofram nenhum tipo de violência por parte de sua família, da sociedade e do Estado.

Os direitos das crianças continuaram a evoluir com a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Organização das Nações (ONU), em 1989, com o objetivo de promover a proteção das crianças e dos adolescentes. A iniciativa da Convenção foi do Estado da Polônia, em 1978, que começou a elaborar um documento para uma nova declaração. A Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece os direitos sociais, culturais, econômicos, civis e políticos para todas as crianças e adolescentes, proclamados na Carta das Nações Unidas, retratando o direito à vida, sobrevivência digna, à infância e à adolescência, ao futuro, à dignidade, ao respeito, à liberdade.

Em 1998, foi realizado, em Estocolmo, o Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e ficou conhecido, internacionalmente, como Declaração de Estocolmo. Essa declaração retoma o artigo 34 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989; e declara que todo menino ou menina tem direito a uma plena proteção contra todas as formas de exploração e abuso sexual. O documento foi elaborado através de diretrizes para a proteção dos direitos das crianças e programas de ação integradas para todos os setores sociais em nível nacional, regional e internacional contra a exploração sexual de crianças em todo o mundo. É a partir da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança que a situação das crianças, em termos globais, passou a ter a devida atenção e proporcionou as mudanças nas legislações, estabelecendo normas de proteção.

Em 2001, a Assembleia Geral das Nações Unidas, aprova a realização de um estudo que apresenta uma visão global da violência contra crianças e propõe recomendações para prevenirmos e lidarmos com essa questão. Ele fornece informações sobre a incidência de diversos tipos de violência contra crianças dentro de suas família, escolas, instituições assistências alternativas, instituições de privação de liberdade, locais nos quais elas trabalham e comunidades e, considera questões relacionadas, como a da violência contra crianças refugiadas e outras crianças deslocadas.

3.4 A defesa dos direitos das criança e dos adolescentes no Brasil: ordenamento jurídico

A violência sexual contra crianças e adolescentes começou a ser enfrentada, no Brasil, como problema de cunho social somente na última década do século XX, embora, em nível internacional, as primeiras iniciativas, nesse sentido, tenham sido feitas nas décadas de 60 e 70.

Com grande visibilidade nos meios de comunicação, o fenômeno da violência sexual assume relevância política e social, a partir da década de 90, especialmente após a oficialização do Estatuto da Criança e do Adolescente, respaldado na Constituição de 1988 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificada em novembro de 1989. Tais documentos propõem a proteção contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, estando os responsáveis passíveis de sanções ou de punições de acordo com as leis em vigor, legitimando crianças e adolescentes como sujeitos de direito (MEYER, 2017).

A partir da década de 1980, iniciou-se, no Brasil, um movimento social em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, protagonizado por Organizações Não-Governamentais (ONGs) e setores governamentais, para estabelecer um novo paradigma sobre a proteção integral de crianças e adolescentes (CONANDA, 2008).

Na Constituição de 1988, as crianças e os adolescentes passaram a ter uma atenção especial, como citado em seu artigo 227, garantindo, portanto, “direitos fundamentais de sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, além de protegê-los de forma especial”, trazendo ainda diretrizes contra a opressão, a violência, a crueldade, a exploração, os maus tratos e contra negligência. Além da participação da comunidade, há a competência atribuída ao Estado e à Família, em garantir a proteção das crianças e dos adolescentes (FERNANDES, 2018).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990, é o principal instrumento normativo sobre os direitos da criança e do adolescente, reafirmando a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de evitar qualquer forma de discriminação, exploração e violência.

Os direitos de crianças e adolescentes são assegurados pela Constituição Brasileira e especificados no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto assegura a toda criança e adolescente os direitos básicos de viver, respeito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à educação, cultura, esporte e lazer, de educar-se e de receber proteção. Além disso, condena toda e qualquer forma de ameaça ou violação desses direitos, sob forma de violência, exploração, discriminação ou negligência, responsabilizando o Poder Público pela implementação de políticas sociais que permitam o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Tanto que as formas de violência contra crianças e adolescentes estão descritas no ECA, em seus artigos 5º, 13º e 18º. Contudo, há ainda muitas crianças e adolescentes sofrendo violência física, psicológica, sexual e negligência por parte de seus responsáveis.

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 2017, p.11)

Art. 13º. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (ECA, 2017, p.14)

Art. 18º. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (ECA, 2017, p.18)

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I– castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

- a) sofrimento físico; ou
- b) lesão;

II– tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

- a) humilhe; ou
- b) ameace gravemente; ou
- c) ridicularize. (ECA,2017, p.18-19)

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

- I– encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II– encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- III – encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- IV – obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- V – advertência.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. (ECA, 2017, p. 19).

De acordo com os autores Deslandes, Assis e Santos (2005), a história do enfrentamento da violência familiar, no Brasil, ainda é recente, mesmo tendo sido criada uma lei tão avançada como o ECA, as redes de atenção às vítimas ainda são precárias ou inexistentes. Esse conceito teve início somente na década de 80 e teve maior destaque na década de 90, embora não alcancem o país como um todo.

Paiva (2015), relata que foi a partir da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, elaborado pelo governo federal, pelas organizações não-governamentais e pelos organismos internacionais, que se criou, em todo o país, o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, denominado Sentinela.

O Programa Sentinela foi criado em 03 de dezembro de 2001 e foi substituído, em 2009,

pelo Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Diante do número de casos de VCCA e, em especial o número de VSCA, diagnosticado no município de Cáceres-MT, a prefeitura tem adotado ações para o enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, através de Programas e edição de Leis.

A Lei Ordinária nº 2.183, de 20 de maio de 2009, autoriza a prefeitura de Cáceres a contratar pessoal por prazo determinado, a fim de atender ao Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. O objetivo do Serviço de Atendimento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes é o de contribuir para a promoção, defesa e garantir direitos a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual.

Em 2018, o Ministério Público Estadual lança o projeto “Luz- Cáceres protege as suas crianças e adolescentes”, envolvendo vários órgãos públicos para oferecer apoio e evitar traumas que causam mudanças comportamentais e refletem negativamente no futuro das vítimas. (SANTANA,2018):

A proposta é fomentar a atuação colaborativa de todos os integrantes da rede de proteção, criando uma rotina de atuação de cada parceiro, a fim de investigar e punir os casos de violência que surgirem, buscando, assim, prevenir novos crimes, ao mesmo tempo em que serão buscadas alternativas para minimização dos danos físicos, psicológicos e sociais sofridos pelas vítimas .O projeto busca assegurar a priorização do atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, para garantir o acesso à justiça e evitar a revitimização, segundo o coordenador adjunto do projeto, Augusto Lopes Santos. (SANTANA, 2018, p. 1).

O fato da criança e do adolescente serem legalmente sujeitos de direitos, justificou e continua a justificar a ação de muitas organizações, entidades e projetos voltados, especificamente, para a proteção de crianças e adolescentes que passaram a atuar, de forma mais efetiva, na formulação de políticas públicas, dando maior visibilidade ao tema (LANDINI, 2011).

A violência contra crianças e adolescentes é uma problemática que atinge milhares de crianças e adolescentes do mundo inteiro e está presente em todas as camadas sociais, culturais e religiosas. O estudo tem mobilizado diversos segmentos sociais, no sentido de se pensar formas de enfrentamento, prevenção e tratamento no combate à violência e proteção integral às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

De forma a conhecer o que está sendo pesquisado sobre o tema do nosso estudo e se as nossas inquietações já foram respondidas por outras investigações produzidas nos Programas

de Pós-graduação, realizamos levantamento de produção, que será apresentado na próxima subseção.

3.5 Levantamento da produção acadêmica sobre a violência sexual contra criança e adolescente (VSCA)

Com o intuito de conhecer a produção científica nacional sobre a violência contra a criança e adolescente, realizamos levantamento na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, disponibiliza à comunidade brasileira e internacional de pesquisadores e estudiosos uma base reconhecida de Ciência e Tecnologia (C&T), onde concentra teses e dissertações produzidas no país, dando visibilidade à produção científica nacional (BDTD, 2002).

De acordo com Leal (2002, p. 236):

O bom resultado dessa etapa fundamental do processo de pesquisa depende, em larga medida, de uma competente revisão da literatura, pois é ela que vai garantir ao pesquisador o indispensável apoio teórico de que necessita. Tal revisão da literatura significa imersão na literatura, somente um mergulho na literatura pertinente ao seu tema de pesquisa vai garantir ao pesquisador um verdadeiro contato com o trabalho de outros pesquisadores, indispensável para estimular sua imaginação quanto aos caminhos e procedimentos da pesquisa.

Buscou-se, por meio do levantamento de produção, conhecer o número de trabalhos produzidos sobre o tema, buscar informações a respeito de estudos que se aproximam a nível nacional e, especificamente do Estado de Mato Grosso, assim como destacar os resultados obtidos e as formas de enfrentamentos dados à questão pelas escolas e, pontualmente, pelos professores.

Para o levantamento das produções, relativas à pesquisa em pauta, definimos os seguintes procedimentos: estabelecemos o recorte temporal de 2010-2019; elegemos dois descritores: “Violência contra criança e adolescente” e posteriormente os unimos através do conetivo (e) – “Violência contra criança e adolescente e violência sexual”.

Estabelecemos critérios de inclusão e exclusão do referencial teórico das produções encontradas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Incluímos, em nossa pesquisa, somente os estudos referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes, com o olhar voltado para a escola e, em especial, para os professores, ou seja, os trabalhos que tratavam da violência sexual contra a criança e o

adolescente, na percepção dos professores, como lidam com a violência sexual no espaço escolar e a importância do estudo da educação sexual e suas contribuições no enfrentamento à VCCA.

3.5.1 Descritor: Violência contra a criança e o adolescente

No recorte de tempo, 2010-2019, na pesquisa, em busca avançada, encontramos duzentos e oitenta e um (281) resultados com o descritor VCCA, sendo que duzentos e vinte e três (223) são dissertações e, cinquenta e oito (58), são teses (ver Quadro 5).

Quadro 5 - Total das produções

Delimitação de tempo da Pesquisa - 2010 a 2019			
Descritor	Violência contra criança e adolescente		
Documento	Dissertações	Teses	Total
Encontrados	223	58	281

Fonte: Levantamento feito junto à base de Dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (acesso livre) em 16/02/2020. Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel (2020).

Das 223 dissertações encontradas, quatro (4) pesquisas foram realizadas no estado de Mato Grosso sobre a temática VCCA, pela Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT). Porém, nenhum dos trabalhos encontrados atenderam aos critérios de inclusão, o de ASSUNÇÃO (2011) descreveu os significados do abuso e da violência sexual, narrados por uma criança do sexo masculino; AZEVEDO (2013) analisou o abuso sexual entre a população de crianças e adolescentes assistidos no Hospital Universitário Júlio Müller; CANTE (2014) visou compreender as agressões sofridas pelo professor, no espaço escolar e; MORAES (2017) analisou, em seu trabalho, a emergência dos discursos veiculados na mídia impressa sobre o tema da pedofilia e do abuso sexual contra crianças e adolescentes, em suas interfaces com os discursos sobre os direitos da criança e do adolescente e com a construção social da infância e juventude brasileiras (ver Quadro 6).

Quadro 6 - Total das produções encontradas no Estado de Mato Grosso

Autor	Ano	Título	Tipo	Instituição
ASSUNÇÃO, Admilson Mário de	2011	Narrativas silenciadas	Dissertação	UFMT
AZEVEDO, Alda Elizabeth Boehler Iglesias	2013	Estudo epidemiológico de abuso sexual e fatores associados entre crianças e adolescentes assistidos no Hospital Universitário Júlio Müller, Cuiabá-MT.	Dissertação	UFMT
CANTE, Vanderlei Bonoto	2014	Sou professora e fui agredida: a formação do professor para enfrentar a violência da escola.	Dissertação	UFMT
MORAES, Julianne Caju de Oliveira Souza	2017	Discursos sobre a temática do abuso sexual de crianças e da pedofilia na mídia escrita.	Dissertação	UFMT

Fonte: Levantamento feito junto à base de Dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (acesso livre) em 16/02/2020. Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel (2020).

No conjunto duzentos e oitenta e um (281) produções, ao inserirmos o conectivo “e” somando o descritor violência sexual, na busca avançada, o número de estudos foi reduzido a cento e quarenta e oito (148), sendo que, destes, cento e onze (111) são dissertações e, trinta e sete (37), teses (ver Quadro 7). Nesse levantamento foram encontradas quatro (4) dissertações, realizadas pela Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT), as mesmas citadas anteriormente (Quadro 6), no descritor Violência contra a criança e o adolescente.

Quadro 7- Total de produções

Delimitação de tempo da Pesquisa - 2010 a 2019			
Descritor	Violência contra a criança e o adolescente e violência sexual		
Documento	Dissertações	Teses	Total
Encontrados	111	37	148

Fonte: Levantamento feito junto à base de Dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (acesso livre) em 16/02/2020. Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel (2020).

Dos dez anos delimitados para o levantamento, observou-se que a produção referente aos descritores “Violência contra a criança e o adolescente e violência sexual” foi maior no ano de 2013, seguida do ano de 2018. Nos anos 2014, 2016, 2017 e 2019 tiveram a mesma quantidade nas produções, conforme consta no Quadro 8.

Quadro 8 - Total de produções por ano

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Violência contra a criança e o adolescente e violência sexual	15	11	12	21	14	16	14	14	17	14	148

Fonte: Levantamento feito junto à base de Dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (acesso livre) em 16/02/2020. Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, (2020).

Com referência as produções que discutiram os temas relacionados aos descritores “Violência contra a criança e o adolescente e violência sexual”, ressaltamos que dos cento e quarenta e oito (148) trabalhos filtrados, apenas dois (2) estudos, sendo ambos dissertações, foram relevantes para a pesquisa em pauta, pois atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos neste trabalho, conforme demonstrado no quadro 9.

Quadro 9 - Relação dos estudos mais relevantes para a pesquisa em pauta

Autor	Ano	Título	Palavras-chave	Instituição
VAGLIATI, Ana Carla	2014	Gritos do silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar.	Sexualidade e formação de professores, Violência sexual, Educação sexual emancipatória, Psicanálise, Políticas públicas	UNIOESTE
MEYER, Caroline Arcari	2017	Livro 'O que é privacidade?': uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças.	Violência sexual, Educação sexual, Prevenção primária, Enfrentamento.	UNESP

Fonte: Levantamento feito junto à base de Dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (acesso livre) em 16/02/2020. Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

Dentre os estudos pesquisados que confirmaram e contribuíram para a construção da nossa pesquisa, destacamos os de Meyer (2017) e Vagliati (2014). Vagliati (2014) objetivou, com seu estudo, conhecer como os professores lidam com a violência sexual no espaço escolar: se sabem identificar sinais de violência sexual em seus alunos e, quais suas ações frente a esse fenômeno. Discute a violência sexual na escola, pelo olhar da psicanálise e da educação como estratégias de prevenção, identificação e enfrentamento dessa forma de violência contra crianças e adolescentes. A autora apresenta os resultados da sua pesquisa, que consideramos importante destacar:

Verificamos que os professores se sentem despreparados para trabalhar a questão da sexualidade, mas ao mesmo tempo, sentem a necessidade de fazer um trabalho de educação sexual com os alunos, que aborde, principalmente, a violência sexual. A família, comumente, se fecha ao diálogo e age como repressora frente à sexualidade das crianças e dos adolescentes, justamente quando estes estão buscando um espaço de respeito e de orientação. A problemática da família, em tratar das questões

sexuais, historicamente, ocasiona no repassasse de tal tarefa para a escola, que, por sua vez, encontra inúmeras limitações para trabalhar com as mesmas questões. Assim, a educação sexual de crianças e de adolescentes apresenta-se insuficiente, tanto na escola como na família dos dados empreendidos, concluímos que falta investimento em políticas públicas municipais no que se refere a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, como também, na formação de professores em sexualidade e em educação sexual para lidar com esse fenômeno. (VAGLIATI, 2014, p. 139-140).

[...]

Da fala dos professores, apreendemos que as intervenções realizadas, geralmente, têm base em sua própria sensibilidade e intuição. Poucas, advém de instituições formadoras, mesmo que a formação continuada se apresente como possível alternativa de qualificação da sua prática docente. (VAGLIATI, 2014, p. 147).

O estudo de Meyer (2017) teve como objetivo elaborar uma obra de literatura infantil: “O que é privacidade?”, como recurso educativo para a promoção do diálogo com crianças de 3 a 8 anos, como estratégia de enfrentamento da violência. Temas como gênero, orientação sexual, sexualidade e deficiência, sexualidade infantil, desenvolvimento psicosssexual, entre outros, foram o suporte para a construção de cada personagem, cenário, situação e conteúdo abordado nas páginas da obra da referida autora, com o intuito de motivar o trabalho de educação sexual na perspectiva da prevenção primária, entendida como ferramenta de informação, formação e promoção do diálogo entre adultos e crianças sobre a temática.

[...] o potencial da Literatura Infantil como instrumento na prevenção da violência sexual se traduz na possibilidade de persuadir a criança no despertar de novos conhecimentos, permitindo estabelecer conexões com diferentes sentimentos e criando, assim, condições para o desenvolvimento de conceitos de proteção, identificação de situações de violência sexual e diferenciação entre toques afetivos e abusivos, nas suas relações com adultos e outras crianças. (MEYER, 2017, p. 61).

A dissertação de Meyer (2017) sintetiza a importância do estudo da educação sexual e suas contribuições no enfrentamento da VCCA. Afirma também que a educação sexual é uma das formas mais eficazes de promover a prevenção da violência sexual, pela qual se cria um ambiente seguro e de liberdade para que os alunos se comuniquem com familiares, educadores e outros profissionais da rede de proteção, caso estejam enfrentando esse tipo de violência.

Segundo Meyer (2017), a educação sexual ajuda a ampliar o conhecimento em relação à sexualidade, que se inicia desde antes do nascimento e se prolonga por toda a vida. Por conta da violência sexual contra crianças e adolescentes envolver a sexualidade, é particularmente difícil para a sociedade dialogar sobre ela. “Falar sobre sexualidade dita “típica”, relacionada à descoberta do corpo e das relações com o outro na vivência infantil e adolescente, geralmente é um assunto incômodo. Não é de se espantar que falar sobre a violência sexual seja ainda mais difícil” (MEYER, 2017, p. 32).

[...] a educação sexual pode ser entendida como um conjunto de valores e informações referentes à sexualidade, transmitidos por diversos elementos sociais: família, escola, amigos, religião e percorre toda a vida, contando ainda com a influência cultural do contexto em que o indivíduo está inserido. As concepções sexuais ainda recebem o reforço da mídia e do núcleo social, e nos permitem incorporar valores, símbolos, preconceitos e ideologias. A sexualidade é uma energia, uma força vital, um impulso que pode encontrar várias formas de expressão desde o nascimento do indivíduo até sua morte, a educação sexual, por sua vez, é um processo contínuo que não tem idade para começar e que não pode ser considerado distinto de todo o processo educativo em si. Ou seja, a educação sexual acontece também em um contexto que vigora a omissão e silêncio acerca desse tema. (MEYER, 2017, p. 47).

Cada um dos estudos aqui apresentados representou um pouco do que estamos tratando nesta dissertação. A dissertação de Vagliati (2014) contribuiu tanto para o meu referencial teórico quanto para a minha metodologia, porque abordou a pesquisa qualiquantitativa, de cunho empírico-bibliográfico, por meio de entrevistas com professores, análise e sistematização de dados, revisão bibliográfica e consultas a documentos e produções acadêmicas. Já a obra de Meyer (2017) contribuiu para a elaboração do meu referencial teórico, considerando que nosso objetivo também é o de compreender as legislações que dispõem sobre os direitos da criança e do adolescente e as possíveis contribuições da escola e dos professores para o enfrentamento da violência sexual.

As duas pesquisas expuseram as possibilidades e estratégias que apontam questões importantes, tais como o papel da escola e dos professores para a identificação, enfrentamento e prevenção da violência sexual contra a criança e o adolescente. Expuseram, também, a importância da formação de professores em educação sexual com inclusão dos estudos sobre violência sexual como instrumento de maior importância para a prevenção e a identificação da violência sexual no espaço escolar. Apontam o estudo da educação sexual como recurso educativo no espaço escolar como estratégia de enfrentamento da violência sexual.

A dissertação de Maria Aparecida da Silva (2016) contribuiu também na construção do referencial teórico e metodológico da nossa pesquisa, porém não aparece no levantamento realizado na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mas faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Silva (2016), em sua investigação, propôs-se a dar visibilidade ao fenômeno da violência doméstica contra a criança, pela perspectiva dos/as professores/as, da coordenação pedagógica e da direção da escola sobre a violência doméstica contra a criança, além de saber como esses/as professores/as lidam com quem sofre violência familiar e entender os

encaminhamentos produzidos pela escola no enfrentamento à violência contra a criança.

3.6 A escola no enfrentamento à violência sexual

Os índices alarmantes de violência, vivenciados na sociedade contemporânea, passaram a ocupar os espaços escolares, atingindo o seu alicerce, interferindo na aprendizagem dos alunos e prejudicando a qualidade do ensino público.

Para Arendt (1992), a crise geral que se abate sobre o mundo contemporâneo e que atinge quase todas as áreas da vida humana é a crise periódica da educação atual, que se converteu num problema político de primeira grandeza de que os jornais falam quase diariamente.

A história não nos deixa dúvidas de que a violência a que estão submetidas nossas crianças e adolescentes está enraizada em nosso cotidiano e muito mais próxima do que admitimos pensar. Combater a reprodução do ciclo de violência que, muitas vezes começa no âmbito familiar, é uma tarefa que somente poderá ser cumprida promovendo ações educativas e preventivas para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

A escola pode ser um lugar de proteção, mas também pode ser um lugar de risco, porque na escola a criança também sofre violência, inclusive a possibilidade de violência sexual. Segundo Monteiro (2017), no que se refere ao papel da escola e do professor frente à temática do abuso sexual contra crianças e adolescentes, é importante refletir, também, que há a possibilidade do professor constituir-se na figura do agente principal dessa violação, sendo que os casos de abuso sexual que acontecem no interior da instituição escolar são praticados pelos professores como também por colegas. Para que esses casos de abusos sejam evitados em sala de aula, é importante que a comunidade escolar esteja sempre atenta ao tipo de relação que os professores desenvolvem com os alunos, de modo a contribuir com a prevenção desses acontecimentos no espaço escolar.

Na escola, a criança e o adolescente que sofre abuso sexual do professor pode perder o interesse em frequentar as aulas, ter um baixo rendimento escolar, encontrar problemas em sua socialização, apresentar comportamento de agressividade com outros professores, em virtude de perder a confiança no profissional de educação, sofrer problemas de ansiedade e depressão em virtude das constantes ameaças e repetidos abusos que lhes são dirigidos. (MONTEIRO, 2017, p. 189).

O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes traz implícito uma rede de silêncio que se estabelece entre as pessoas do círculo envolvido. Essa situação agrava-se quando o território de ocorrência da violência pertence à família da vítima. Esta constatação demonstra

a necessidade de se romper com essa corrente para que não se repita com as gerações futuras.

Identificar as diferentes tipologias da violência contra crianças e adolescentes é de suma importância para poder enfrentá-la. O silêncio que alimenta esse tipo de violência, especialmente sobre o abuso sexual, os maus-tratos e a negligência precisam ser questionados, especialmente por educadores que estão, diariamente, em contato com as crianças e adolescentes. Daí a importância da escola no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente, por estar mais próxima destes, e por ocupar um lugar estratégico na rede de proteção social integral da criança e do adolescente.

A violência sexual é uma ameaça à sobrevivência, ao bem-estar e ao futuro de crianças e adolescentes e pode trazer graves consequências para seu desenvolvimento, sua saúde e sua capacidade de aprendizagem. Crianças e adolescentes são mais suscetíveis à violência sexual pelo simples fato de serem crianças e adolescentes, mas algumas dessas pessoas são ainda mais vulneráveis por serem meninas pobres e/ou negras ou por terem deficiências. Quando crianças ou adolescentes sofrem qualquer tipo de violência e não recebem ajuda por parte da comunidade, da escola, ou mesmo da sociedade, internalizam a concepção de que a agressão é algo aceitável, assim perpetuando a espiral da violência. Daí a importância da escola na criação de um ambiente de acolhimento, que propicie a escuta de crianças e adolescentes que vêm vivenciando situação de violência sexual. A escuta é o primeiro passo para ajudar aqueles que manifestam a necessidade de apoio. O educador pode e deve ser um grande aliado dessas crianças e adolescentes; por isso, faz-se importante que conheça as dimensões do fenômeno e saiba como enfrentá-lo. (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 14).

O âmbito escolar é um lugar propício para refletir sobre estratégias e procedimentos, com o intuito de interromper situações de violência sexual como, também, prevenir futuras ocorrências. Momentos de discussão, reflexão e estudo são necessários para que tais sentimentos e condutas sejam questionados e desconstruídos.

É importante que a comunidade escolar compreenda a escola como um espaço e lugar de combate a todo o tipo de violências causadas pelas diferenças sociais, sexuais, religiosas, étnicas, econômicas e de gênero. Todo o tipo de violência causa prejuízos ao desenvolvimento físico e intelectual dos estudantes. (MATO GROSSO, 2018, p. 65).

Como a escola é o segundo ambiente social da criança, ela pode encontrar apoio para revelar situações de violência que esteja vivenciando. E o professor, ao estabelecer relação de confiança com a criança, tem a possibilidade de identificar os problemas apresentados por esses jovens, como as mudanças comportamentais, de fatores estranhos ao desenvolvimento normal. A escola pode ser um lugar de proteção e paz, caso as ações de violência que possam atingir ou que atinjam seus estudantes transporem os limites da escola. Embora saibamos que não é possível ter controle total sobre a vida dos seus estudantes, é possível prevenir, mediante

políticas públicas, práticas pedagógicas dos professores em suas respectivas disciplinas.

A Escola tem também a função de Atendimento, ou seja, de proteger seus estudantes crianças e adolescentes contra qualquer violação de seus direitos e de oportunizar-lhes condições de pleno desenvolvimento escolar, mental, psicológico, sexual, moral e social. Evidentemente, essas responsabilidades não são exclusivas da Escola, mas de toda a Rede de Proteção, da qual ela é parte integrante e na qual tem papel preponderante. (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 86).

Santos e Ippolito (2011) enfatizam que a escola não é somente uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas sim um espaço em que se trabalham diversos saberes, os valores, os modelos culturais e os direitos, e é também nela que se constroem modelos de sociedade. Compreendê-la sob esse ponto de vista significa reconhecer que muitos de seus problemas se originam além de seu espaço pedagógico, e que, portanto, só podem ser enfrentados se houver uma articulação com outras instâncias sociais.

A escola ocupa um papel fundamental, pois a criança passa uma boa parte do seu dia nesse ambiente; os professores podem assim interagir e observar, mas muitas vezes, não se encontram preparados para identificar tais casos, daí a importância da formação continuada de professores para o trato com as questões que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes. A escola e seus agentes não podem separar-se dos debates sobre questões como direitos humanos, proteção a crianças e adolescentes, entre outros temas que, muitas vezes, afetam a vida de crianças e adolescentes na escola. É necessário, portanto que esta esteja sempre em formação para saber que medidas tomar após descobrir o ato e oferecer suporte à vítima e, se preciso, à própria família. (SANTOS et al., 2018, p. 118).

De todas as instituições públicas, a escola é, sem dúvida, a principal protagonista no processo educativo de crianças e adolescentes, onde permite trabalhar a conscientização dos direitos humanos e a construção da cidadania, visto que as crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo na escola, o que possibilita um contato privilegiado e torna mais fácil a discussão em torno do tema e, além disso, facilita a percepção de possíveis sinais de violência sexual a que podem ser submetidas. Com isso, é possível uma atuação que contribua para interrupção da violência, assim como de identificar e notificar as violações relativas à violência sexual (abuso, exploração sexual, pornografia e pedofilia) e promover proteção de forma a garantir o bem-estar coletivo (BRASIL, 2010).

A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência. Dentre os problemas mais pungentes que temos enfrentado no Brasil, estão as diversas formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes. A análise desse quadro social revela que as marcas físicas visíveis no corpo deixam um rastro de marcas psicológicas invisíveis e profundas. Combater a teia de violência que muitas vezes começa dentro de casa e em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas é uma

tarefa que somente poderá ser cumprida pela mobilização de uma rede de proteção integral em que a escola se destaca como possuidora de responsabilidade social ampliada. (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 7).

Entre os diferentes atores da escola que devem ter olhar mais atento e de proteção sobre aqueles que integram o ambiente escolar está o professor. Este, muitas vezes, sente-se sozinho, impotente e incapaz de mudar o destino de alunos que sofrem violência de diferentes tipos. Vagliati (2014) relata, em sua pesquisa, que os professores se dão conta que a exigência do trabalho com educação sexual está acima do conhecimento que a sua formação lhes proporciona, por isso, defende a formação de professores, em educação sexual emancipatória, com inclusão dos estudos sobre violência sexual como instrumento da maior importância para a prevenção.

Segundo Ippolito e Wille (2014), professores e gestores necessitam de novas competências para reconhecer os sinais de possíveis experiências de abuso e, assim, atuar na proteção das crianças e dos adolescentes. Os sinais e sintomas da violência se expressam em consequências gravíssimas que podem ser distintas, de acordo com cada fase do desenvolvimento da criança e do adolescente e, quanto mais precoce e prolongada for a situação de violência vivenciada, maiores e mais permanentes serão os danos causados. É importante saber que, em relação à idade e o sexo da criança e do adolescente, nem sempre os sinais e sintomas são bem definidos, ou seja, vai depender da medida que progride a violência e/ou a ausência de tratamento dado às vítimas (BRASIL, 2010).

É preciso lembrar que a infância é a fase de absorção de valores básicos, na forma de conceitos morais e éticos que determinarão a formação e a estruturação da personalidade. A violência contra a criança e o adolescente, quando não reconhecida nem tratada, deixa marcas e imprime valores distorcidos. Seus danos poderão influenciar as reações, os impulsos e as escolhas para o resto da vida, e se perpetuar pela reprodução da violência na relação com as gerações futuras. (BRASIL, 2010, p. 36).

A VCCA desencadeia um sofrimento que pode ser crescente e acumulativo, determinando sinais gerais comuns na infância e na adolescência. Os sinais deste sofrimento podem ser notados mesmo quando ainda não existe o controle da linguagem pela criança, que reage de acordo com as suas possibilidades de entendimento, absorção e elaboração da situação visando influenciar determinadas atitudes ou comportamentos violentos (BRASIL, 2010).

Sintomas de depressão, ansiedade e agressividade são muito comuns em crianças e adolescentes que vivem situações de violência. Esses sintomas são mais facilmente identificados na adolescência, embora ocorram com frequência na infância, sendo importante que os profissionais de saúde estejam atentos para sua ocorrência. (BRASIL, 2010, p. 38).

É importante ressaltar que os sinais e sintomas apresentados por crianças e adolescentes, em situações de violência, devem ser observados não somente nos serviços de saúde, mas também em outros espaços em que as vítimas frequentam como na comunidade, no lar e na escola. Sua identificação é de responsabilidade de todas as instituições e de profissionais que integram uma rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente em situação de risco e vulnerabilidade social.

Crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, têm muito medo e dificuldade de revelar o que aconteceu ou o que está acontecendo com elas. Não é fácil vivenciar este tipo de violência, mas também não é fácil revelá-la. Os sintomas atingem todas as esferas de sua vida e simbolizam os comportamentos que a criança sofreu e dos traumas decorrentes desse sofrimento.

Revelar o segredo é um momento crucial que pode representar um risco de trauma suplementar. Por um lado, a integridade da família fica ameaçada, já que o segredo do incesto pode parecer constitutivo dessas famílias que são, em geral, fechadas, isoladas, coniventes, nas quais nada é verbalizado. Por outro lado, o segredo tem também um papel importante na vida psíquica da criança vítima e, nesse sentido, a revelação pode significar, para ela, também um risco de violação (LANDINI, 2011, p. 86).

As consequências sofridas pela criança ou adolescente não dependem apenas do contexto em ocorreu a violência sexual, mas, também, do impacto causado pela revelação e o que é feito após a revelação são etapas de extrema importância, e cabe aos profissionais da educação terem cuidado e atenção ao que será dito e ao que será feito, de forma a não constranger a criança ou o adolescente vitimizado.

Quanto ao reconhecimento dos indicadores da violência sexual na infância ou adolescência, embora não sejam de fácil identificação, podem se apresentar através de sinais ou sintomas a que essas vítimas são submetidas, como exemplifica a Abrapia (1997):

Altos níveis de ansiedade; baixa alta estima; distúrbios no sono e na alimentação; problemas de aprendizado e dificuldades de concentração; mudanças extremas, súbitas e inexplicadas alterações no comportamento da criança / adolescente; comportamento muito agressivo ou apático / isolado; regressão a um comportamento muito infantil; tristeza e abatimento profundo; comportamento sexualmente explícito ou presença de conhecimentos inapropriados para a idade; masturbação visível e contínua; brincadeiras sexuais agressivas; relutância em voltar para casa; faltar frequentemente à escola e ter poucos amigos... (ABRAPIA, 1997, p. 28).

Nesse sentido, Sanderson (2005) destaca a importância dos pais e professores saberem reconhecer os sinais iniciais que podem indicar a violência sexual em uma criança ou

adolescente para tomarem os procedimentos adequados frente a tais agravos. Todos os adultos da comunidade precisam entender melhor as meninas e os meninos vitimizados, em que situações eles correm perigo, como protegê-los melhor e prepará-los para protegerem a si mesmos.

De acordo com Vagliati (2014), os “professores devem estar atentos para sinais que demonstrem a violência sexual contra seus alunos, entendendo que nem sempre são visíveis através de marcas físicas” (VAGLIATI, 2014, p. 141).

Para Meyer (2017), pelo fato da agressão envolver a sexualidade, torna-se mais difícil para a nossa sociedade dialogar sobre ela. Falar sobre sexualidade relacionada à descoberta do corpo e das relações com o outro na vivência infantil e adolescente, geralmente é um assunto incômodo.

Entre os desafios do enfrentamento, está a necessidade de uma formação continuada para os professores e gestores das escolas de educação infantil, educação fundamental e até o ensino médio. Os professores precisam de um processo de formação continuada para elaborar projetos e ações que visem a inserção do tema sexualidade no planejamento escolar, para preencher lacunas deixadas na formação acadêmica, visando instrumentalizar os professores para a ação e promover, em torno da escola, uma reflexão sobre a sexualidade: valores, postura, atitudes, preconceitos, vivência e informação, envolvendo questões sociopolíticas e culturais. De acordo com Lima (2011):

Faz-se necessário, portanto, a formação continuada para preencher as lacunas deixadas nos cursos de graduação e, até mesmo, nos de especialização, a partir do que é possível entender que os saberes ainda vêm de forma fragmentada de acordo com a área de conhecimento escolhida na formação acadêmica. Essas lacunas, causadas pela falta de conhecimento multidisciplinar e interdisciplinar podem ser preenchidas com cursos voltados para as especificidades de cada lugar ou meio social. (LIMA, 2011, p. 77).

Assim, de acordo com Alfredo (2012):

Portanto, não parece escusado salientar, que a formação de professor, como processo dinâmico, apregoa em suas necessidades atributos (re)vitalizantes ao profissional da educação na medida em que põe em relevo as dimensões da profissionalidade, entendidas no quadro do desenvolvimento de conteúdos enfocando distintos ângulos da formação de professor. Além do mais, importa não perder de vista que o professor reflete um contexto social e cultural, daí que a sua formação extrapola o domínio de um conjunto de técnicas que se traduzem apenas na prática docente em sala de aula. Sua formação se constrói, também, na compreensão e interpretação dos movimentos da sociedade, que de certo modo, atingem o tecido da formação de professor e da própria prática. Essa perspectiva parece valorizar a dimensão política da formação de professor e, a ser assim, não pode ser vista desamparada a conhecimentos de outras áreas como apropriação da qualidade interativa do processo de formação em que se procura evidenciar o conhecimento, não simplesmente como acúmulo de

experiência, como também ferramenta desmistificadora na intervenção social. (ALFREDO, 2012, p. 283).

Santos e Ippolito (2009) afirmam que “a escola, por ser uma instituição que ocupa um lugar privilegiado na rede de atenção à criança e ao adolescente, deve assumir papel de protagonista na prevenção da violência sexual” (SANTOS; IPPOLITO, 2009, p. 9). E sugerem quatro modalidades de ações, por meio das quais a escola também pode participar da prevenção das ocorrências de violência sexual. A primeira é informar a comunidade escolar sobre o assunto; a segunda, é desenvolver um programa de educação para a saúde sexual na escola; a terceira, é criar, na escola, um ambiente que inclua crianças e adolescentes que são vistas pelos seus colegas e as que são rejeitadas pelo grupo; a quarta, é realizar um trabalho preventivo com os pais das crianças e adolescentes que frequentam a escola, principalmente com famílias de crianças e adolescentes “em situação de risco” (SANTOS; IPPOLITO, 2009).

Uma forma de reduzir ou solucionar as manifestações de violência que assolam o mundo seria grandes investimentos por parte da União, dos estados e dos municípios, em termos de políticas públicas voltadas para a educação, saúde, segurança pública e direitos sociais. Por conseguinte, objetive-se uma melhor distribuição de renda, viabilizando melhores condições de vida e consiga minimizar o problema da desigualdade social, que é o pano de fundo, geradora de violência em seus mais diversos aspectos.

De acordo com os autores Chizzotti e Ponce (2016), a escola é mais uma entre outras alternativas de minimizar o problema da violência, promovendo momentos de discussões com os alunos para eles refletirem sobre as diferenças e múltiplas formas de violência, de identificá-las, denunciá-las e oporem-se a elas conscientemente, para, ao longo da vida, estarem preparados para enfrentarem qualquer forma de violência contra si ou contra outros e buscarem a manutenção de um bom convívio social.

Em relação às ações preventivas contra a violência sexual fica bem clara a importância da participação da escola no enfrentamento a esta problemática, pois ela tem o compromisso de educar crianças e adolescentes sobre os seus direitos e assegurar um ambiente protetor para o desenvolvimento integral e integrado para as crianças e adolescentes.

3.6.1 A Educação Sexual como conteúdo na disciplina de Ciências Biológicas na prevenção da violência sexual

Defende-se a necessidade da intervenção da escola como instituição educadora e formadora, voltada para a formação de professores e a educação sexual com aporte psicanalítico, no sentido

de promover a prevenção e a identificação da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes (VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014).

Sensibilizar e contribuir para a formação dos profissionais de educação, em especial os educadores, para a importância da identificação dos sinais da violência sexual sofrida pelo aluno, uma vez que este passa a maior parte do tempo com os professores. Dessa forma, potencializar a prevenção e a identificação de sinais desse tipo de violência já que, o quanto antes forem identificados, melhor será para a vítima. (VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014, p. 170).

A educação sexual escolar surge oficialmente como orientação sexual na proposta dos PCNs, aparecendo no currículo de forma transversal, ou seja, não como uma disciplina específica a cargo de um professor, mas como responsabilidade de todos, devendo ser discutida em todas as disciplinas. Assim, ela pode ser ensinada nas aulas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Ciências Naturais, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira, proporcionando uma visão ampla de sexualidade (BARROSO, 1982; LEMES, 2008; GOMES; CARDOSO, 2019).

O trabalho de Educação Sexual contribui para a precaução de problemas como o abuso sexual. As informações dadas sensatamente para os alunos sobre o conhecimento de si próprios e da observação sobre a própria sexualidade aumentam o conhecimento sobre os devidos cuidados que devem tomar na trajetória da sua vida. Pode-se afirmar que a fixação sobre o assunto de Orientação Sexual nas instituições reforça o bem-estar das crianças e jovens no aprendizado e conhecimento da sua sexualidade presente e futura. (GOMES; CARDOSO, 2019, p. 3).

Já na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na temática “Vida e evolução”, a educação sexual é retratada apenas no 8º ano da disciplina de Ciências Biológicas, junto com os mecanismos reprodutivos e sexualidade:

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). (BRASIL, 2018, p. 349).

É fundamental que os professores de Ciências Biológicas trabalhem tanto o tema sexualidade, no contexto escolar, quanto nos demais espaços educativos, porque leva crianças e adolescentes a conhecerem sua própria sexualidade, a diversidade de gênero, a etnia, a crença, a classe social, reconhecer e cuidar dos aspectos relativos a sua saúde sexual e reprodutiva entre tantos outros assuntos, levando os meninos e as meninas a vivenciarem novas formas de

se relacionar, de se conhecer e de estabelecer vínculos afetivos.

Percebe-se a importância de se trabalhar uma educação sexual, voltada para o desenvolvimento de professores e alunos, de forma mais responsável e prazerosa, e de se discutir e preparar as crianças e os adolescentes para situações reais de violência, no sentido de que saibam lidar com tais situações, contribuindo também para a prevenção e identificação dos casos de violência sexual na escola (VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014).

A escola deve promover espaços de reflexão e discussões sobre assuntos relacionados à sexualidade, violência de gênero, noções de respeito, noções de consentimento e valorização do corpo em uma linguagem adequada à idade e de acordo com o desenvolvimento de cada criança e adolescente. Nessa perspectiva, cabe tanto ao professor de Ciências Biológicas como também aos professores de todas as áreas, explicitar que as partes íntimas não podem ser tocadas por qualquer pessoa.

Nesse sentido, concordamos com Vagliati (2014), ao tratar sobre a importância de abordar a educação sexual nas escolas:

Faz-se necessário na escola uma sólida educação sexual, desde a infância, pautada no respeito e no conhecimento do ser humano como um todo. Educar sexualmente significa promover a qualidade e a afetividade nas relações sociais e sexuais, pois discutir e refletir sobre a sexualidade, numa linguagem clara e humana, possibilita rever os papéis sexuais, os tabus, os preconceitos e as discriminações. (VAGLIATI, 2014, p. 142).

Durante o trabalho de educação em sexualidade com crianças e adolescentes, deve-se, necessariamente, considerá-los sujeitos da aprendizagem e não objetos das ações. O professor é aquele que define os caminhos e direções a serem seguidas e cabe a ele o papel de instigar e encorajar a descoberta das possibilidades e dos limites de crianças e adolescentes envolvidos no processo educativo.

Para permitir que a criança e o adolescente tenham um entendimento saudável do mundo e possam participar dele, é necessário fornecer informações adequadas sobre o seu desenvolvimento sexual. Tais atitudes possibilitam que meninos e meninas desenvolvam habilidades e pensamentos críticos sobre a realidade que vivenciam, buscando identificar responsabilidades.

A violência sexual também deve ser trabalhada preventivamente, junto aos familiares, crianças e adolescentes. É possível abordar, com linguagem apropriada às faixas etárias, a questão da sexualidade e dos toques corporais socialmente adequados e inadequados entre uma criança e alguém mais velho do que ela ou adulto. (BRASIL, 2010, p. 18).

De acordo com Meyer (2017), é de fundamental importância criar estratégias para o enfrentamento desse fenômeno, disponibilizando espaços de diálogo e reflexão sobre educação sexual, entendida como parte fundamental na promoção da educação global e preventiva, compreendendo o indivíduo como um ser integral e todas as suas necessidades dentro do contexto histórico atual que facilitem a vivência emancipatória de seus corpos e das suas sexualidades.

As crianças e adolescentes trazem noções de emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de comunicação. A Orientação Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas. (BRASIL, 1998, p. 67).

Segundo Santos e Ippolito (2009), a educação sexual é a melhor forma de prevenção à violência contra a criança e o adolescente. Para tal, é necessário desenvolver um programa de educação sexual continuada, com capacitação para os professores analisarem, debaterem e aprofundarem as questões relacionadas à sexualidade de maneira geral para que as crianças e os adolescentes se defendam de eventuais agressões.

Cabe aqui esclarecer que, embora a pesquisa tenha sido realizada apenas com os professores de Ciências Biológicas (exigência feita pela SEDUC-MT para obtenção do título de Mestre), a orientação sexual entra na proposta dos PCNs (Parâmetros curriculares nacionais) como tema transversal, que pode e deve ser dialogada por outras áreas do conhecimento, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas, em todos os ciclos de escolarização e não como conteúdo específico de uma disciplina.

Na próxima seção, apresentaremos os resultados e a análise dos dados da pesquisa.

4. A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E EM ESPECIAL A VIOLÊNCIA SEXUAL

De acordo com o item 8 da seção 2 (Procedimentos de sistematização e análise dos dados), é aqui, na seção em pauta, que descreveremos os procedimentos da fenomenologia adotados na sistematização e análise dos dados, coletados tanto nas fontes documentais quanto nas entrevistas realizadas com os sujeitos significativos. Apresentaremos, inicialmente, os dados referentes às fontes documentais: Registros do Conselho Tutelar, Cadernos de Registro das escolas pesquisadas, Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas; Planejamento anual dos professores de Ciências Biológicas das escolas pesquisadas, Planejamento do professor de Ciências Biológicas das escolas pesquisadas, Projeto de Formação Continuada das escolas.

4.1 Fonte Documental: Registros do Conselho Tutelar

O objetivo foi realizar um levantamento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2015 a 2019, os denunciantes e o bairro onde residem as vítimas. Identificamos trinta e um (31) casos de violência sexual na cidade de Cáceres-MT, divididos entre abuso sexual e estupro. Os dados obtidos se encontram na seção 2 e possibilitaram a definição das escolas pesquisadas, a partir dos bairros com maior incidência de casos registrados.

A violência sexual é um fenômeno com inúmeras facetas que precisam ser conhecidas, identificadas e notificadas às autoridades competentes. A presença do fenômeno e a percepção dos professores/as sobre ele também são distintos. Ocorre que a violência sexual contra a criança e o adolescente (VSCA) entre os diferentes tipos de violência doméstica, destaca-se, no Estado de Mato Grosso, dos cento e quarenta e um (141) municípios, a cidade de Cáceres, juntamente com Cuiabá, Rondonópolis e Alta Floresta. Esse municípios tiveram as maiores notificações em 2020, eles representam, juntos, 21,3% do total de registros no Mato Grosso (PEREIRA, 2020). Cabe ressaltar que Cáceres, em especial, está numa região de fronteira, problemas com tráfico de drogas, desemprego, prostituição, entre outros, e isso contribui para que as crianças e adolescentes sejam mais vulneráveis à violência sexual.

4.2 Fonte Documental: Cadernos de Registro das Escolas Pesquisadas

O objetivo era relacionar os tipos de violência intrafamiliar, incluindo a violência sexual, descrita no Caderno de Registro das escolas pesquisadas no período de 2015-2019 e relacionar os encaminhamentos produzidos pela escola no enfrentamento à VCCA. Constatamos que tanto a E.M Garça da Mata quanto a E.E. Codorna Mineira, é o coordenador pedagógico quem anota, no Caderno de Registro, as ocorrências de casos de VCCA detectados na escola pelos professores e faz os encaminhamentos através de uma ficha de notificação individual para órgãos competentes, no caso, o Conselho Tutelar. Os tipos de violência doméstica citados no Caderno de Registro da E.E Codorna Mineira foram: negligência, dois (2) e violência física um (1) e, na E.M. Garça da Mata foram detectados: assédio um (1), maus-tratos, dois (2), violência física um (1), violência psicológica um (1) e violência sexual: abuso sexual dois (2).

Destaca Sanderson (2005) que o abuso sexual acomete tanto crianças e adolescentes do sexo feminino quanto do masculino, mas as pesquisas demonstram a ocorrência maior em meninas do que em meninos. Isso se deve pelas meninas serem mais vulneráveis e, os meninos, devido a sua cultura machista, terem vergonha de denunciar os casos de violência sexual. A diferença no sexo em ocorrências de violência sexual, especialmente em meninos, permanece obscura e pode refletir tendenciosamente no número dos casos subnotificados.

É importante destacar a dificuldade de se identificar os casos de VCCA e, especialmente aqueles relacionados à VSCA, para auxiliar na identificação, Sanderson (2005) apresenta características de abuso sexual sem contato e com contato físico em crianças e adolescentes e a OMS relaciona um conjunto de ações, comportamentos, atitudes de crianças e adolescentes como sinais, que podem indicar que a criança ou o adolescente pode ser vítima de violência.

4.3 Fonte Documental: Projeto Político Pedagógico

O objetivo era verificar se o Projeto Político Pedagógico do ano de 2019 apresenta dispositivo de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. A E.M Garça da Mata, mesmo apresentando índices de violência intrafamiliar não apresentou nenhuma ação ou prevenção no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) para o enfrentamento da VCCA. Realiza, unicamente, projetos voltados para a prevenção contra as drogas, educação para o trânsito e meio ambiente.

Por outro lado, a E.E. Codorna Mineira citou em seu PPP que realiza ações preventivas

para o enfrentamento da violência, por meio de parcerias com o Ministério Público, Polícia Militar e Conselho Tutelar, por meio de palestras e atendimento individual. Realiza, também, palestras para a comunidade sobre a relação de gênero, diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos da juventude e doenças sexualmente transmissíveis. A escola se esforça para ter uma relação mais estreita com a comunidade a qual está inserida.

Faz-se necessário lembrar que o primeiro ambiente de vivência e socialização da criança é o familiar, e a escola, o segundo. Quando a família é a perpetradora da violência contra a criança e o adolescente, ou quando ela fracassa em seu papel de provedora, formadora e protetora, a escola será, em muitos casos, a única a zelar pela proteção dos educandos, uma vez que a família se torna omissa, agressora ou transgressora de sua função. Não se trata de a escola trazer para si a responsabilidade que é da família, mas sim, contribuir para que esta possa conhecer sua função e responsabilizar-se, tendo como alternativa para isto, por exemplo, o ensino do exercício de cidadania, o esclarecimento, as orientações aos familiares e, quando cabível, a denúncia das agressões para os órgãos competentes. (INOUE; RISTUM, 2008, p. 17).

Cabe aqui destacar que a E. E. Codorna Mineira também apresentou índices de violência diagnosticados pelos seus alunos, porém como a escola realiza ações pedagógicas para a prevenção da violência sexual, esses números foram menores ao comparado da E. M. Garça da Mata, que não desenvolveu nenhum projeto de enfrentamento da violência sexual.

4.4 Fonte Documental: Planejamento anual dos professores de Ciências das escolas pesquisadas, Planejamento do professor de Ciências das escolas pesquisadas

O objetivo era verificar se, no Planejamento anual dos professores de Ciências do ano de 2019, é mencionada a VSCA. Tanto a E.M. Garça da Mata quanto a E.E. Codorna Mineira não mencionam a VSCA no planejamento dos professores. Os conteúdos ministrados pelos professores de Ciências Biológicas estão relacionados à puberdade, adolescência e sexualidade, mas em nenhum momento estabelecem relação com a VSCA. As Ciências Biológicas, como qualquer disciplina, ao tratar sobre a compreensão dos processos biológicos, como por exemplo, do cuidado com o corpo humano, com o desenvolvimento dos seres vivos e das consequências das ações humanas sobre a natureza e sobre os próprios humanos podem trazer questões sobre a VSCA que tem trazido angústia a uma parcela da população jovem e em especial a juventude localizada no entorno das escolas.

O fato das escolas se encontrarem localizadas em bairros periféricos que têm registro alto de denúncia de VCCA e, especialmente, de VSCA, deveria levar cada disciplina a tratar do tema VCCA em seus conteúdos. Constatamos que, pontualmente, a disciplina de Ciências

Biológicas torna a problemática invisível, quando poderiam fazer uso de seus conteúdos para dialogar sobre a VCCA. Descuidando do papel do professor, segundo o ECA de proteção dos estudantes.

Cabe aqui destacar que não é porque os sujeitos da pesquisa foram os professores de Ciências Biológicas que os outros professores não podem trabalhar a questão da violência sexual na escola. Todos os professores de todas as áreas de ensino podem e devem também orientar, discutir e preparar as crianças e os adolescentes a se defenderem dos agressores.

Outra variável importante é que os professores contratados, que participaram da entrevista, por terem uma rotatividade muito grande nas escolas e pouco tempo de experiência em sala de aula, podem não ter vivenciado o fenômeno estudado e não ter realizado um trabalho de educação sexual que contribuísse para a prevenção da violência sexual em crianças e adolescentes.

4.5 Fonte Documental: Projeto de Formação Continuada das escolas

O objetivo é saber sobre os encaminhamentos produzidos pela escola no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente, no ano de 2019. Nenhuma das escolas investigadas realizou projeto de formação continuada voltado para a temática VSCA. Esses dados revelam que a formação continuada ofertada nas escolas não contemplou a aquisição de conhecimentos científicos na identificação para o enfrentamento da VCCA e do cumprimento do ECA, porque ainda há muita dificuldade ou mesmo resistências dos/as educadores/as e das instituições escolares em discutir o tema da violência sexual e enfrentá-lo no ambiente escolar, e de assumirem seu papel de responsabilidade legal de encaminhamento das vítimas aos órgãos competentes.

4.6 Entrevista

Inicialmente, descreveremos os procedimentos de sistematização e análise pela fenomenologia de Maria Aparecida Bicudo e, em seguida, a descrição fenomenológica que conseguimos apreender da percepção dos professores/as de Ciências Biológicas sobre a violência contra a criança e o adolescente pontualmente a VSCA.

Conforme afirmado anteriormente sobre a fenomenologia, destacamos que ela busca descrever os fenômenos que são experienciados conscientemente, ou o mundo vivido dos sujeitos, a fim de desvendar a realidade que cerca o fenômeno da VCSA nas escolas

pesquisadas, pois, ”o momento da compreensão do fenômeno é o nosso movimento de aproximação e afastamento do mesmo e ao mesmo tempo de nos desvencilharmos das nossas concepções, colocando em suspenso nossos julgamentos” (TIELLET, 2015, p. 14).

A compreensão do fenômeno é constituída de dois momentos: da descrição e da redução fenomenológica. A descrição fenomenológica no nosso estudo é dada pela leitura atenta da transcrição das entrevistas dos/as professores/as (sujeitos significativos), os quais, segundo suas vivências expõem suas experiências e, a partir delas, conseguimos alcançar a compreensão do fenômeno que nos propomos a investigar. O material transcrito apresenta as unidades de sentidos e significados sobre a VSCA na percepção dos/as professores/as de Ciências Biológicas. Segundo Bicudo (2011), a descrição fenomenológica “uma vez expressada e comunicada, o percebido já não é mais do sujeito, mas está apresentado (dado) a comunidade, solicitando, então, procedimentos de análise e interpretação” (BICUDO, 2011).

Já a redução fenomenológica é quando descreve o visto, seleciona as partes da descrição consideradas essenciais ao fenômeno, podendo fazer eliminações no contexto onde o fenômeno está situado ou reduzir aquelas partes segundo o que vê como essencial, característico ou básico (BICUDO; ESPOSITO, 1994).

Nesse aspecto, transcrevemos as experiências vividas pelos/as professores/as através da percepção sobre o fenômeno da VCCA de quatro (4) professores, de duas (2) escolas públicas, do município de Cáceres-MT. Compreender o objeto no mundo vivido é dar a ele a visibilidade, a possibilidade de ser visto, de ser percebida a realidade a ele atribuída.

Os sujeitos são atribuidores de significados e permanecem nos significados atribuídos na experiência. Trabalhar os dados, agora em forma de texto escrito, significa explicitar esses significados, cujos sentidos são intuídos pelo investigador ao debruçar-se sobre as descrições do dito pelos sujeitos, visando compreender suas intencionalidades. (BICUDO, 2011, p. 106).

Buscamos revelar os sentidos dado pelos(s) professores/as sobre a sua formação profissional e a sua prática diária em seus relatos de experiências vividas. Nesse sentido, destacamos, seguindo a orientação metodológica de Bicudo, que as unidades de significado são formadas no momento da fala do sujeito significativo, o que vivencia ou vivenciou em relação ao fenômeno em estudo.

O uso da linguagem na pesquisa fenomenológica se legitima, pois ela é entendida como uma expressão viva do vivido, o qual se refere ao percebido, ao sentido e ao pensado por nós em momentos de encontro com outros, que podem ser: do mundo natural, do mundo cultural ou, ainda, nossos semelhantes. (BICUDO, 2011, p. 79).

As unidades de significado são construídas na linguagem do entrevistado, de modo a expor a sua compreensão, apresentando os depoimentos de cada sujeito significativo através das expressões por aqueles/as que vivenciam ou vivenciaram o fenômeno investigado. Para Bicudo, “esses significados afloram nas diversas formas de expressão humana que vão sendo rigorosamente analisadas e posteriormente durante o procedimento de pesquisa vão constituir categorias abertas reveladoras da estrutura do fenômeno questionado” (BICUDO, 2011, p. 75).

Na fenomenologia: “a percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 4). Deste modo, a violência sexual contra a criança e o adolescente (fenômeno) é capturada pela consciência dos/as professores/as que vivenciam o fenômeno (experiência vivida). Então, para alcançar as categorias essenciais (sentido) sobre a violência sexual contra a criança e o adolescente, buscamos, nos sujeitos significativos, o que eles percebem e expressam através dos seus relatos (significados) das experiências vivenciadas.

As vivências não são um conteúdo de experiência, mas um fluir da ação que ocorre em sua imediaticidade. Enquanto ela ocorre, não é refletida, ainda que dela tenhamos ciência, pois sabemos, de modo passivo, que estamos realizando tais e tais atos. Por exemplo, sabemos que estamos andando, comendo e olhando. Entretanto, podem se tornar foco sobre o qual o ato de refletir de volta a compreender a experiência havida, quando, então, a vivência já flui e outra experiência está se dando, aquela de refletir sobre o vivenciado. (BICUDO; SILVA, 2018, p. 159).

Assim apresentando o relato de cada sujeito, suas experiências vividas, foi possível analisar todos os depoimentos para colocar em evidência sentidos que são importantes. Os sentidos são dados expressos nos relatos do dito pelos sujeitos significativos, é a percepção e o processo de conscientização dos/as professores/as sobre o fenômeno interrogado. É importante que levemos em conta que:

[...] “consciência” não significa que a cada momento estejamos refletindo seus atos. Mas quer dizer que sabemos, estamos cômicos do que está acontecendo por estarmos vivendo. Vivemos esta consciência mesmo quando não estamos refletindo sobre a vivência. Ao ver as coisas, estamos cômicos de vê-las. (ALES BELLO, 2015, p. 27).

Após a leitura atenta das transcrições foi possível identificar as unidades de significado e de sentido que se revelam mediante a consciência das experiências vividas pelos sujeitos, olhadas em sua totalidade, visando a estrutura do fenômeno. Para sistematização dos dados, usamos como referência as questões provocativas da entrevista como categorias, identificando as unidades de sentido e unidades de significado dos/as professores/as de ciências biológicas:

1- Identificação do estudante vítima de violência; 2– Os tipos de VCCA identificadas durante a vida profissional docente; 3– Abordagem dada aos alunos vítimas de violência; 4– O papel da escola e do professor no enfrentamento à VCCA; 5– A VSCA e a relação com a disciplina de Ciências Biológicas.

4.6.1 Categoria: Identificação do estudante que está sofrendo violência

Quadro 10 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre a identificação do estudante vítima de violência

CATEGORIA	UNIDADES DE SENTIDO	UNIDADES DE SIGNIFICADO
Identificação da violência	Mudança de comportamento	(Brilho) Geralmente pela mudança de comportamento do aluno, por exemplo [...] sensibilidade para falar de temas que envolvam família, orientação sexual, choro, faltas às aulas, [...] mas ocorre também que os outros alunos contam sobre as situações de violência por que passam os colegas.
	Observação do comportamento e da atitude	(Sol) – [...] a gente teve uma formação onde eles orientam né observar o aluno, o comportamento, né a atitude dele, né e caso a gente perceba alguns sinais ou algumas evidências dessa, então que a escola tem um formulário onde o professor pode fazer esse registro ou a própria coordenação pode fazer esse registro e encaminhar, eu não sei se é, para o Ministério Público ou à Procuradoria, eu sei que é uma parceria de várias instituições né, visando dar essa proteção vamos dizer assim essas crianças. [...] no meu caso, eu não fiz nenhum registro. Mas eu sei que na escola teve, como eu [...] estava dizendo a escola tem alguns casos lá né, de... violência contra a criança, de vários gêneros vamos dizer assim. Não é só sexual, mas enfim violência em casa né e por aí vai. Então existe.
	Explosão de fúria	(Estrela) [...] apesar de nunca ter me deparado com essa situação em minha vida profissional né, [...] eu a partir de cursos de aperfeiçoamento que fiz [...] e conversas com meus colegas de trabalho né, que já passaram por situações deste tipo no ambiente escolar, eu posso dizer que geralmente alunos que sofrem algum tipo de violência ou são muito retraídos na sala de aula,... limitando as conversas com os professores e [...] muitas vezes até com outros alunos né ou tem episódios de explosão de fúria quando são contrariados por algum colega de sala e... acontece até casos mais extremos até com os próprios professores.
	Agressividade e/ou retração	(Raio) Então, né [...] ouvi relatos de outros professores né, que em geral o aluno ou a aluna muda de comportamento né, ou se torna muito retraído ou retraída..., até mesmo agressivo e demonstra né... há sinais que algo não está bem.

Fonte: Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

A Organização Mundial da Saúde (BRASIL, 2010) descreve as alterações comportamentais de crianças e adolescentes em situações de violência e são destacadas por faixa etária para indicar a possibilidade mais frequente de aparecimento de cada uma delas, conforme Apêndice 1.

Os quatro professores entrevistados citaram, de forma direta ou indireta, mudança de comportamento da criança e do adolescente em situações de VSCA. Não citaram conforme documento descrito pela Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 2010), mas fizeram referências ao comportamento da criança. Sol, Estrela e Raio afirmam que, apesar de saberem que existem casos de violência sexual diagnosticados pela escola, nunca vivenciaram essas situações durante a sua vida profissional e, que sabem identificar uma criança ou adolescente que sofreu violência sexual porque ouviram relatos de outros professores e colegas de trabalho.

No relato dos/as professores/as entrevistados são citados comportamentos muito agressivos ou retraídos, sensibilidade para falar de temas que envolvam a família, dificuldade de conversar com os colegas e professores, choro e falta às aulas foram os exemplos mais comuns dados pelos/as professores/as. No contexto do fenômeno da violência sexual, os estudos comprovam que a vítima tem a sua qualidade de vida afetada, interferindo no seu desenvolvimento cognitivo, comprometendo a sua saúde física e emocional, deixando traumas para toda a vida.

O abuso sexual é desvelado pelos excessivos sinais e sintomas que a criança apresenta, através de atitudes e expressões verbais e não verbais emitidas por sintomas, gestos e palavras, tais como: mudança repentina de comportamento, busca de isolamento, reações agressivas, apresentação de masturbação exacerbada, de distúrbios do sono e da alimentação, além da presença de assaduras na genitália, alergias, dor, etc. (BARBOSA, 2008, p. 47).

As autoras Vagliati e Gagliotto (2014) apresentam as consequências da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes, evidenciando a mudança de comportamento:

O abuso sexual contra crianças e adolescentes apresenta-se na forma de marcas que são prejudiciais ao desenvolvimento e podem persistir por toda a vida. Na escola, esses danos podem aparecer como maior agressividade, falta de interesse no brincar, dormir e estudar, formas de demonstrar que algo está acontecendo. Cabe ao professor, a partir de alguns desses sinais, ajudar esse aluno a sair do pacto de silêncio. (VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014, p. 173).

Segundo Silva (2016), muitos estudos indicam que o comportamento agressivo das crianças na escola reflete o que eles vivenciam cotidianamente no ambiente familiar, pois muitos pais ou responsáveis agem naturalmente com maus tratos e modelos agressivos para resolver problemas do lar.

Para Santos e Ippolito (2009) são os profissionais que estão em contato com as crianças e adolescentes no dia a dia e devem estar preparados para reconhecer sinais de violência e para perceber tais mudanças. Ressalta ainda que, quando uma criança ou um adolescente sofre esse tipo de violência, de alguma maneira conta o que aconteceu, através de gestos,

comportamentos diferenciados ou por meio de desenhos.

De acordo com Sanderson (2005), os sintomas e sinais podem variar de uma criança/adolescente para outra. Há muita dificuldade ainda para os professores em saber quais sinais e sintomas procurar, a fim de agir de modo adequado e proteger a criança e o adolescente. Os professores devem estar atentos aos sinais e sintomas associados à violência contra a criança e adolescente, visto que, frequentemente, essa população mais mostra do que conta para os adultos que alguma coisa pode estar perturbando ou constrangendo.

Santos (2011) também afirma que crianças e adolescentes demonstram, de diversas maneiras, que estão vivenciando situações de violência, quase sempre de forma não verbal. É de extrema importância que o professor conheça e aprenda a enxergar os principais sinais da ocorrência de violência sexual, para que possa agir adequadamente. Contudo, é importante lembrar que tais evidências são compostas não somente por um único sinal, mas por um conjunto de indícios exibidos por crianças e adolescentes, por exemplo, mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão, choro excessivo sem causa aparente, tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica, enurese (emissão involuntária de urina), hábito de chupar os dedos, entre outros.

4.6.2 Categoria: Os tipos de VCCA identificados durante a vida profissional docente

Quadro 11 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre os tipos de VCCA identificadas durante a vida profissional docente

CATEGORIA	UNIDADES DE SENTIDO	UNIDADES DE SIGNIFICADO
Tipos de VCCA	Identificação de abuso sexual, assédio, prostituição, tráfico e uso de drogas, bullying	(Brilho) [...] durante a minha carreira profissional identifiquei vários tipos de violência doméstica ou familiar, como abuso sexual, assédio sexual, aliciamento para as drogas e prostituição, bullying [...] pelos mais diversos temas envolvendo raça/etnia, identidade de gênero [...]
	Identificação de abuso sexual	(Sol) [...] a gente ouviu relatos que ocorreu lá de abuso sexual com alguns alunos lá da escola, mas não fui eu que fiz o registro, mas sei que ouviu casos lá de evidências, porque às vezes nas reuniões, na formação que existe na escola, acaba surgindo esses assuntos né [...], que é delicado e tem que ter todo o cuidado para evitar certas situações que possam constranger a criança, enfim, e gerar toda uma situação que possa prejudicar a criança ou a família, em linhas gerais é praticamente isso que eu tenho conhecimento da escola.
	Não sabe identificar os tipos de violência.	(Estrela) Como já falei anteriormente né, não vivenciei na minha vida profissional alunos que sofriram violências... então né, [...] não posso elencar os tipos de violência.

	Identificação de violência sexual, psicológica e física.	(Raio) [...] É então... como eu já disse teve alguns casos identificados na escola de alunos né e de alunas que sofreram vários tipos de violência incluindo a sexual, psicológica, física dentro da própria casa.
--	---	---

Fonte: Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

Brilho afirma já ter escutado, na escola, relatos de alunos que experienciaram vários tipos de violência doméstica ou familiar, tais como abuso sexual, assédio sexual e aliciamento para prostituição. Sol e Raio relatam que nunca se depararam com alunos que sofreram VSCA, mas que já tiveram casos identificados, na escola, de violência, incluindo a sexual (abuso sexual), psicológica, física. E Estrela afirma não ter vivenciado nenhum tipo de violência durante a sua vida profissional.

Para Vagliati (2014), a omissão dos professores por não saberem dos casos de violência na escola se deve à ausência de formação na área de violência sexual que os capacitem na identificação do fenômeno e, por isso acabam por não realizarem o seu trabalho na prevenção da violência sexual.

De acordo com Silva (2016), quando o professor reconhece que a violência doméstica é uma grave particularidade que se mantém oculta e desvalorizada, há uma confirmação de que o papel da escola vai muito além da transmissão do conhecimento e a escola assume a responsabilidade de dar proteção e defesa às crianças e adolescentes em situações de risco.

Abropia (1997) também aborda a importância do papel da escola e dos professores na identificação dos casos de suspeita de violência sexual, ressaltando que “identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (ABRÁPIA, 1997, p. 6).

4.6.3 Categoria: Abordagem dada aos alunos vítimas de violência

Quadro 12 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre a abordagem dada aos alunos vítimas de violência

CATEGORIA	UNIDADES DE SENTIDO	UNIDADES DE SIGNIFICADO
	Diálogo	(Brilho) Com diálogo. Pois quando fiquei sabendo já havia acontecido há algum tempo [...] Foram duas alunas do nono ano. Fizeram o desabafo durante uma das nossas aulas, relataram abertamente para todos os alunos. Após o relato, conversei com a coordenadora da escola para acompanhamento [...] E eu mesma continuei dialogando com elas. Uma delas fez acompanhamento psicológico após a família descobrir. A outra não. [...] no meu ponto de vista, falta apoio psicológico para os professores lidarem melhor com essa questão.

Abordagem dada aos alunos vítimas de violência	Acolhimento	(Sol) Então, assim [...] é [...] como eu disse, eu acabei não registrando nenhum caso especificamente, [...]Eu não tive assim nenhuma criança né que eu tenha observado ou que tinha vindo falar sobre esse problema diretamente pra mim, mas a gente sabe que tem vários outros colegas da escola que tiveram ou conquistaram a confiança dessas crianças e elas se abriram e falaram desses problemas né. [...] a criança tem que ser acolhida, tem que ser amparada, vamos dizer assim, independente da área, né. Porque igual eu estava dizendo essa é uma questão de relação de confiança.
	Conversa sobre o problema	(Raio) Acredito que sim, que.... complicado né [...] porque eu acho que [...] pois requer conhecimento, e também de estratégias que possam né, acredito que conversar sobre esse problema pode ajudar essas crianças no combate à violência.

Fonte: Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

Foi possível compreender que, mesmo os professores/as que não experienciaram, em sua vida profissional, alunos que sofreram violência sexual, citaram o acolhimento como uma forma de lidar com esses alunos vitimados. A forma que encontraram para lidar com os alunos que sofreram violência foi através do diálogo. Acreditam que conversar com o aluno sobre o problema pode ajudar no combate à violência de qual são vítimas. Raio alega ainda que é preciso ter conhecimento sobre o assunto e criar estratégias para combater a violência sexual. Sol coloca que estabelecer uma relação de confiança entre o aluno e o professor pode propiciar que situações de violência sexual sejam reveladas. Brilho ressalta que falta apoio psicológico para que os professores possam lidar melhor com essa questão.

Santos e Ippolito (2009) colocam que, além da tarefa de identificar os sinais e sintomas em crianças e adolescentes vítimas de violência, há outra importante missão que é a de estabelecer uma relação de confiança e transparência, sem preconceitos e moralismos com as crianças e suas famílias vitimadas.

A revelação, a denúncia e a prevenção da violência percorrem caminhos muitas vezes tortuosos. Alguns profissionais suspeitam de ou identificam sua ocorrência, mas, lamentavelmente, optam pelo comodismo da dúvida e pelo silêncio, esquivando-se de suas responsabilidades e negligenciando os direitos do outro. É importante que o educador perceba que, em muitos momentos, na vida destas crianças e adolescentes, o professor pode ser a única figura capaz de protegê-las de alguma forma, mesmo que seja por meio de denúncia anônima. (INOVE; RISTUM, 2008, p. 20).

Segundo Landini (2011), apesar da obrigatoriedade em se notificar os casos de violência contra a criança e o adolescente, ainda é muito baixo o número de notificações efetivamente realizadas por esses profissionais. Por ser uma questão muito delicada, os professores se deparam com o medo e receio no caso em que a suspeita não seja confirmada.

4.6.4 Categoria: o papel da escola e do professor no enfrentamento à VCCA

Quadro 13 – Unidades de sentido e de significado da respostas dos sujeitos significantes sobre o papel da escola e do professor no enfrentamento à VCCA

CATEGORIA	UNIDADES DE SENTIDO	UNIDADES DE SIGNIFICADO
O papel da escola e do professor no enfrentamento à VCCA	Diálogo, prevenção e incentivo a denúncia e acompanhamento individual do aluno	(Brilho) Quando se identifica um caso de violência, o professor informa imediatamente a direção da escola que faz os encaminhamentos necessários ao atendimento imediato do aluno pelos órgãos competentes, no caso o conselho tutelar. [...], dialoga com o aluno e a família em casos que envolvem terceiros e também trabalha com prevenção e incentivo à denúncia abrindo espaços para palestras por instituições que trabalham o tema e incluindo o assunto no conteúdo das aulas sobre temas que permitem o relacionamento. [...] Muitas vezes há o acompanhamento individual do aluno ou da aluna, quando buscam conversar diretamente com o professor.
	Notificação dos casos	(Sol) O papel nosso ele é fundamental, é decisivo [...] qualquer mudança de comportamento, atitude, a escola tem que estar sempre atenta observando né e notificar esses casos [...].
	Diálogo com o aluno, reunião com a família e Conselho Tutelar.	(Estrela) Não posso dizer o meu papel, pois como disse anteriormente, não tenho experiência vivida neste tipo de situação [...] porém posso dizer os procedimentos que a escola geralmente faz quando há uma suspeita que o alunos está sofrendo algum tipo de violência. Primeiramente desenvolve um diálogo individualizado com aluno para ver se ele fica à vontade para contar espontaneamente dos seus dilemas se assim desejar... geralmente isso é feito com a coordenação e um psicopedagogo, depois se confirmado pelo aluno algum tipo de violência é feita uma reunião com a família do aluno, para um melhor esclarecimento dos fatos [...] esse aluno vai ser observado para ver se apresenta mudança em seu comportamento, se o quadro não se reverter, o conselho tutelar é acionado para tomar as medidas cabíveis.
	Denúncia do casos e amparo dessas crianças	(Raio) então eu acho que tanto o meu papel quanto o da escola é de fundamental importância, principalmente na denúncia dos casos [...] no entanto é necessário que haja um maior empenho no que diz respeito ao amparo dessas crianças que sofrem a violência, mas também as que não sofrem.

Fonte: Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

Constatamos que Estrela não experienciou essa situação, mas relatou os procedimentos que a escola trata o problema, no caso de suspeita ou confirmação de violência sexual, e reconhece o papel da escola no enfrentamento à violência sexual. Os demais professores/as sabem o que podem e devem fazer sobre a obrigatoriedade de se notificar os casos de violência contra a criança e o adolescente. Brilho relata que quando o professor identifica um caso de violência sexual, informa imediatamente à direção da escola, que faz os encaminhamentos necessários ao atendimento do aluno pelos órgãos competentes, no caso o Conselho Tutelar. Cabe aqui ressaltar a fala de Raio: “no entanto é necessário que haja um maior empenho no que diz respeito ao amparo dessas crianças que sofrem a violência, mas também as que não

sofrem”.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), os profissionais da educação devem comunicar às autoridades competentes casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes de que tenham conhecimento dos fatos. O Estatuto, em seu artigo 245, informa que:

Deixar o médico, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar a autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente: Pena: multa de tres a vinte salarios minimos de referencia, aplicando-se em dobro em caso de reincidencia. (ECA, 1990).

Segundo Landini (2011), “pensar possíveis soluções para o problema da violência sexual implica pensar crianças e adolescentes como sujeitos ativos” (Landini, 2011, p.98) ou seja, proteger da violência não significa isolá-los do mundo real e virtual, mas cabe à escola e os professores prepará-los para lidar com essas situações.

A escola, como formadora tem um papel fundamental na desconstrução da violência sexual e da cultura da inferiorização de gênero. E essas relações precisam ser trabalhadas em suas múltiplas dimensões, cultural, educativa e afetiva para interromper o ciclo da violência (Faleiros, Faleiros, 2008). O autor coloca que os agressores não enxergam seus atos como violência porque já vivenciaram, desde a infância, o mesmo comportamento dos pais e integralizaram psicologicamente essa conduta violenta como normal. Nesse sentido, faz-se necessário, portanto, que a escola desconstrua as representações ancoradas no poder de um e submissão do outro, como meio de permitir a construção de relações respeitadas e mais saudáveis em todas as esferas sociais.

Para que a escola possa garantir a qualidade de vida de sua clientela e promover a cidadania, deve conhecer o universo de informações sobre o tema, sobre a legislação a respeito, sobre os direitos da criança e sobre o desenvolvimento infanto-juvenil, para delinear um programa que possa capacitar seus profissionais. Não se trata de delegar a responsabilidade pela transformação da sociedade à Educação, ou de acreditar que os problemas econômicos e sociais serão resolvidos por um ensino qualificado, mas trata-se do reconhecimento do papel fundamental da escola neste processo. Às vítimas de violência doméstica, a escola pode oferecer outros modelos de solução do problema e enfrentamento, promovendo grupos de discussão sobre o ECA, desmistificando crenças sobre práticas educativas prejudiciais, violentas e abusivas, e promovendo oportunidades que desenvolvam o relacionamento com o grupo e com as diferenças. (INOUE; RISTUM, 2008, p. 20).

Para Silva (2016), são poucos os encaminhamentos dados pela escola ao Conselho Tutelar ou ao Ministério público sobre a suspeita de criança ser vítima de violação de direitos, descumprindo a obrigatoriedade de cumprir com o estabelecido no ECA e em todas as demais leis que deem proteção à criança e o adolescente.

A notificação é obrigatória para os profissionais da saúde e educação, que devem comunicá-las ao Conselho Tutelar, mas muitos desconhecem isso e têm dificuldades de identificar a ocorrência de práticas de violência. A efetividade dos mecanismos de denúncia e notificação garante a possibilidade não apenas de atendimento às vítimas, mas também de responsabilização e tratamento dos agressores, evitando a impunidade e o ciclo repetitivo da violência. (CONANDA, 2010, p. 16).

De acordo com Santos e Ippolito (2009), notificar os casos de suspeita pode contribuir para interromper o ciclo da violência sexual e, por outro lado, se não denunciar, pode acarretar até o suicídio da criança ou do adolescente. Estudos mostram que crianças que foram abusadas sexualmente sofrem de culpa, baixa autoestima, problemas com a sexualidade e dificuldade em construir relações afetivas duradouras. Portanto, quanto antes elas receberem apoio educacional, médico e psicológico, maiores serão as chances de superação e de terem, futuramente, uma vida adulta mais prazerosa e saudável.

4.6.5 Categoria: VSCA e a relação com a disciplina de Ciências Biológicas

Quadro 14 – Unidades de sentido e de significado das respostas dos sujeitos significantes sobre a VSCA e a relação com a disciplina de Ciências Biológicas

CATEGORIA	UNIDADES DE SENTIDO	UNIDADES DE SIGNIFICADO
	Educação sexual	(Brilho) Sempre procuro inserir o tema da violência sexual em todas as oportunidades em que cabe o tema de forma espontânea, no entanto também dedico todos os anos atividades específicas sobre o tema quando trabalho a educação sexual, com o objetivo de ajudar os alunos e alunas a identificarem e a denunciarem, caso se depare com a situação. [...] exemplos de atividades como vídeos educativos, cartazes, textos, debates sobre casos que aparecem na mídia ou comunidade são discutidos em sala de aula.
VSCA e a relação com a disciplina de Ciências Biológicas	Sistema genital Sexualidade e Gênero	(Sol) Então eu,...eu...é tenho trabalhado quando eu vou, mais especificamente...é, quando eu vou adentrar aquela parte dos sistemas né, eu discuto mais essa questão de sistema genital, antes de trabalhar essa questão da biologia é,... eu procuro trabalhar essa questão da sexualidade né, discutir a educação sexual, qual a importância disso, enfim, aí a gente vai discutindo a questão de gênero, sexualidade, enfim, discutir hoje essas orientações sexuais diferentes né, e que merecem respeito também né, por todos, que nem eu falo para eles né..
	Educação sexual	(Estrela) Esse tema é bem delicado para se trabalhar em sala de aula, visto que [...] ainda é um tabu a temática educação sexual para muitas famílias e... por esse fato ainda tem resistência para esse tema no ambiente escolar, porém eu procuro, na medida do possível, trabalhar esse tema da violência sexual dentro da temática educação sexual com palestras chamando outros profissionais da saúde e psicólogos também.

	Educação sexual	<p>(Raio) eu acredito que não há um momento específico para se trabalhar o assunto, acredito que quanto mais natural parecer a aula é possível trabalhar o assunto, [...] seja numa conversa para saber como foi o fim de semana do aluno, da aluna, se dormiu bem, enfim, são simples questionamentos que podem dar sinais que algo não está indo bem [...] durante esse curto período de que tive com os alunos não trabalhei em específico assunto na disciplina de ciências biológicas, mas houve a necessidade de abordar o assunto dentro da temática educação sexual, pois na escola houve casos de violência sexual e os alunos souberam e questionaram, então foi o momento de conversarmos sobre o assunto.</p>
--	------------------------	--

Fonte: Elaborado por FERNANDES, Cátia Aparecida Miguel, 2020.

Diante do relato dos sujeitos significativos, podemos analisar que tratam o tema “violência sexual” como uma questão complexa e polêmica para trabalhar como conteúdo na disciplina de Ciências Biológicas, mas enfatizam que a educação sexual pode contribuir para o conhecimento dos alunos sobre a prevenção da violência sexual. Os/as professores/as trabalham a violência sexual de forma espontânea, quando os alunos ficam sabendo de algum caso de violência sexual na escola, é esse o momento propício de abordar o assunto, em sala de aula.

Estrela afirma que a temática educação sexual é um tema muito delicado para trabalhar em sala de aula, porque, para muitas famílias, falar sobre a sexualidade ainda é um tabu e, por esse motivo, encontra resistência para abordar esse conteúdo em sala de aula: *“eu procuro, na medida do possível, trabalhar esse tema da violência sexual com palestras chamando outros profissionais da saúde e psicólogos também”*. Sol relatou que procura trabalhar esse tema quando discute as orientações sexuais, abordando os conteúdos do Sistema Genital, Sexualidade e Gênero.

De acordo com Landini (2011) o problema da violência sexual está relacionado como um problema que deve ser relacionado à sexualidade. Prevenir a violência sexual, significa discutir a sexualidade com crianças e adolescentes, para mantê-los longe do contato com possíveis agressores e prepará-los a lidar com situações reais, ensinando-os a se proteger, dizendo não, gritando, correndo ou discando 100.

Para Vagliati (2014), o professor precisa, além de dominar e ensinar sobre a sexualidade, necessita, principalmente, saber conduzir debates que discutam a realidade sexual dos seus alunos, como suas dúvidas e anseios sobre mitos, tabus que geram opressão de um sexo sobre o outro. E para que conteça, de fato, essa educação sexual emancipatória, é necessário capacitar os professores na prevenção a inúmeras formas de violação aos direitos das crianças e adolescentes, para ajudar as suas famílias e eles a lidarem, de forma consciente, com a sexualidade, contribuindo na identificação e atendimento adequado aos que sofrem

violência.

Nesse sentido, concordamos com Gagliotto e Lembeck (2011) ao definirem que,

[...] a Educação Sexual emancipatória pressupõe um trabalho educativo comprometido em promover a autonomia do educando, buscando superar padrões de comportamentos hierarquizados e estereotipados, superando conceitos e tabus através da compreensão dos aspectos sócio-históricos-políticos que influenciam na sua construção. Partindo dessa compreensão, pode-se investir na sua reconstrução de novos padrões para a vivência de uma sexualidade plena, que resgate a dimensão humana, o respeito e a busca do prazer sem medo e sem culpas. (GAGLIOTTO; LEMBECK, 2011, p. 16).

Segundo Vagliati e Gagliotto (2014), no que tange à identificação e prevenção da violência sexual requer que os profissionais envolvidos saibam como lidar com as questões do abuso sexual e estejam abertos para conversar sobre sexualidade com segurança. Por isso não se pode deixar de pensar na importância de uma formação continuada para capacitar os profissionais da educação diante da violência sexual sofrida pelos alunos.

Destacamos a importância da escola promover uma educação emancipatória desde a infância, pautada no respeito e no conhecimento do ser humano como um todo, ensinando às crianças e adolescentes sobre seus direitos, assegurando, assim, ações preventivas contra a violência sexual. Os conteúdos de Ciências Biológicas voltados para a sexualidade podem ser trabalhados por meios de diferentes linguagens e materiais diversos, relativos a sua etapa de desenvolvimento sobre a constituição do seu corpo e sobre os cuidados que se deve ter com ele, no sentido de promover a prevenção da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da violência contra a criança e o adolescente, historicamente, sempre esteve presente, em várias épocas e em diversos países, marcado pela vitimização das diversas formas de violência, inclusive a sexual.

A violência ocorre em todas as classes sociais, mas precisamos considerar que as crianças e adolescentes menos favorecidos economicamente e culturalmente são expostos a condições de vulnerabilidade e ao risco de violência ainda maiores.

A dissertação, aqui apresentada, objetivou conhecer a percepção dos professores do ensino de Ciências Biológicas e as ações pedagógicas das escolas públicas estadual e municipal de Cáceres-MT no enfrentamento à VCCA, especialmente a problemática relacionada à violência sexual.

Conforme os dados notificados pelas escolas no Conselho Tutelar de Cáceres/MT, no período de 2015-2019, as maiores vítimas de violência doméstica são meninas, por agressores, em grande parte conhecidos por elas, como pais, tios e padrastos.

Independentemente dos dados revelados de violência sexual contra crianças e adolescentes, notificados pelas escolas no Conselho Tutelar de Cáceres/MT, há probabilidade desse número ser ainda maior do que os dados apontam. A maior parte dos casos não é identificada, tendo em vista o silêncio que percorre essa violência, tanto por parte de crianças e adolescentes que guardem para si a agressão sofrida, quanto dos que estão no entorno, quer sejam os próprios familiares, que sejam os vizinhos e mesmos os professores que não querem se envolver, por medo de represálias. Destacamos que o dano emocional e psicológico, em longo prazo, decorrente desse fenômeno pode ser destrutivo, podendo ocasionar um trauma que acompanhará a vítima para o resto da sua vida.

A VSCA ocorre no território nacional, mas algumas condições aumentam a possibilidade, como o fato dos municípios estarem localizados na faixa de fronteira, ou terem como uma das principais atividades econômicas o turismo, ou terem os dois perfis, como é o caso do município de Cáceres, em Mato Grosso, e o município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Nesses municípios e em todos os outros, o sistema educacional, especialmente a escola, tem o compromisso ético e legal de denunciar, às autoridades competentes, os casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica/intrafamiliar, o que inclui a violência sexual.

De acordo com os levantamentos realizados nos documentos das escolas pesquisadas possibilitou-se interpretar que, apesar desse fenômeno ser diagnosticado nos espaços escolares, carecem, ainda, de ações e projetos de formação continuada para os professores, que

possibilitem a orientação na prevenção, na identificação e no enfrentamento da violência sexual.

As unidades de sentido e significado compostas no decorrer das entrevistas, apontam que os professores entrevistados não tiveram, na sua graduação inicial, nenhuma disciplina que trabalhasse especificamente sobre o tema violência sexual, sentem-se inseguros e apresentam muita dificuldade em lidar com os alunos que sofreram violência.

As intervenções realizadas, geralmente, são embasadas nos encaminhamentos para direção e coordenação da escola que fazem a notificação para outros órgãos que acreditam ser melhor capacitados para resolver o problema. Falta estrutura adequada dos cursos de formação inicial e continuada de professores para atuar, de forma segura e consciente, nas suas práticas pedagógicas de prevenção e identificação frente aos casos de violência sexual.

Temos consciência de que a escola não irá solucionar a problemática que permeia a violência sexual, mas se apresenta como uma das possíveis soluções para o seu enfrentamento, no sentido de orientar crianças e adolescentes sobre educação sexual e ensinar o que é a violência sexual, formas de prevenção e, no caso de vitimização, em quais instituições protetivas e a quem pedir ajuda, tudo com a finalidade de atuar na proteção e na identificação da violência sexual.

Assim, diante da problemática que encerra a violência sexual para a criança e para o adolescente e, considerando as atribuições dadas à escola nos submetemos a compreender qual a percepção dos professores do ensino de Ciências Biológicas das escolas públicas estaduais e municipais de Cáceres-MT sobre o papel da escola e da disciplina de Ciências Biológicas sobre a problemática e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCA)?

O papel da escola de proteção à criança, muito bem definido no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), impõe o compromisso ético e legal de denunciar, às autoridades competentes, os casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica/intrafamiliar, o que inclui a violência sexual. Por outro lado, é possível constatar o receio dos professores de se envolverem com problemas intrafamiliares.

O professor de Ciências Biológicas, entre o conjunto de professores, encontra espaço em sua área para tratar dos assuntos relacionados à VCCA do que outras áreas. A área de Ciências Biológicas trata da compreensão dos processos biológicos, do cuidado com o corpo humano, do desenvolvimento dos seres vivos e das consequências das ações humanas sobre a natureza e sobre os humanos, poderiam os professores darem aos estudantes conhecimentos sobre os cuidados com relação ao corpo, com ênfase em informações também sobre atitudes e comportamentos agressivos de outros indivíduos sobre o corpo, informando das redes de proteção a serem acionadas quando se sentirem ameaçados; enfim, dando aos estudantes segurança quanto a busca de abrigo e proteção.

Ressaltamos ainda, que embora o trabalho tenha apresentado algumas limitações, realizada apenas com os professores de Ciências Biológicas, a orientação sexual entra na proposta dos PCNs (Parâmetros curriculares nacionais) como tema transversal, que pode e deve ser dialogada por outras áreas do conhecimento, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas, em todos os ciclos de escolarização e não como conteúdo específico de uma disciplina.

As escolas entrevistadas não apresentaram nenhum projeto de enfrentamento à violência sexual. Os professores entrevistados, da área de Ciências Biológicas, não apresentaram, em seus planos de aula, conteúdos específicos relacionados à violência sexual, mas procuram abordar o tema de maneira espontânea em sala de aula, quando trabalham a Educação Sexual, Sexualidade e Sistema Genital do corpo humano. Tratam o tema como uma questão complexa e polêmica para trabalhar como conteúdo na disciplina de Ciências Biológicas, mas enfatizam que a educação sexual pode contribuir para o conhecimento dos alunos sobre a prevenção da violência sexual. Diante dos relatos dos professores entrevistados, não se pode deixar de pensar na importância de uma formação para os profissionais da educação que envolva o tema da violência sexual para auxiliá-los a abordar essa temática em sala de aula e a lidar melhor com os seus alunos que sofrem ou sofreram violência sexual.

Acredita-se que uma intervenção da escola é de suma importância para interromper o ciclo da violência sexual, considerando que a instituição escolar deve se assumir enquanto lugar de proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O processo de investigação sobre o papel da escola no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente e do ensino de Ciências Biológicas sobre a problemática da violência sexual, com caráter científico e social, possibilitou apreender as dificuldades encontradas pelos professores de Ciências Biológicas em lidar com quem sofre violência; bem como entender os encaminhamentos produzidos pela escola no enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente, além de identificar como os professores e os gestores cumprem as determinações legais para garantir os direitos à proteção integral da criança e do adolescente.

Vale ressaltar que estudos referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes, com o olhar voltado para a escola e, em especial, para os professores, ainda são escassos. Maior ainda é a carência de estudos a respeito de ações preventivas lideradas pela escola com aporte pedagógico dos professores no enfrentamento à violência sexual. Portanto, o tema em questão é de extrema relevância social e acadêmica, porque busca respostas para ações e alternativas ao enfrentamento do grave problema da violência sexual, por parte dos professores que trabalham com crianças e adolescentes no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et alii. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

ABREU, Andrezza Romênia Lima de. **Educação Sexual e a Formação de Professores: Uma Proposta para a Formação Inicial dos Licenciandos em Ciências Naturais (FUP)**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, PPGEC. Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências (PPGEC) – Universidade de Brasília, 2017. 63 p.

AMARILHA, M. Infância e literatura: traçando a história. **Revista Educação Em Questão**, v. 11, n. 2, p. 126-137, 2000. Recuperado de <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9497>>.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

ABRAPIA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFANCIA E ADOLESCENCIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção – guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Associados, 1997.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Inquirição da criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisada**. São Paulo: Cortez, 1998.

BARAZAL, Neusa Romero. **Sobre violência e ser humano**. Conventit Internacional 15 maio 2014 Cemoroc-Feusp / Ppgcr-Umesp / IJI - Univ. do Porto.

BARBOSA, G. F. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola - um olhar da psicanálise e da saúde pública**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Subjetividade nas Práticas das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, 2008.

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. **REVASF**, Petrolina-Pernambuco - Brasil, v. 9, n. 19, p. 221-243, maio/junho/julho/agosto, 2019. ISSN: 2177-8183

BASTOS, Angélica Barroso. **Direitos humanos das crianças e adolescentes: as contribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente para a efetivação dos direitos humanos infante-juvenis**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2012.

BELLO, Angela Ales. **Pessoa e Comunidade. Comentário: Psicologia e Ciencia do Espírito de Edith Stein**. Trad. Miguel Mahfoud; Ir. Jacinta Turolo Garcia. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2015.

BESERRA, Maria Aparecida; CORRÊA Maria Suely Medeiros; GUIMARÃES, Karine Nascimento. Negligência contra a criança: um olhar do profissional de saúde. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002. 240 p.: il.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A Formação do Professor: Um Olhar Fenomenológico. In: Maria Aparecida Viggiani Bicudo. (Org.). **Formação de Professores? Da incerteza à compreensão**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Sobre a Fenomenologia. In: BICUDO, M. A. V.; ESPOSITO, V. H. C. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: UNIMEP, 1994. p. 15-22.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPOSITO, Vitória Helena Cunha. Joel Martins - A coragem de ser educador. In: GARCIA, Walter E. (Org.). **Educadores Brasileiros do Século XX**. Brasília: Plano Editora, 2002. Vol I, p. 173-200.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA, Anderson Afonso da. Análise de vivências em situação de constituição de conhecimento. In: **A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos**. Aveiro, PT: Edição Ludomedia, 2018. p. 158-178.

BRAGA, Lígia. M. **Atividade Turística e Políticas Públicas de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Município de Corumbá, Fronteira Brasil Bolívia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Educação ESPECIAL: história, Etiologia, Conceitos e Legislação vigente**. Bauru, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/55659/Downloads/Livro2.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria MS/GM nº 737**, de 16 de maio de 2001. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. Brasília: Diário Oficial da União, n. 96, Seção 1E, 18 maio, 2001.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília: 2010. 104 p.: il. - (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) ISBN 978-85-334-1688-8.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/16/instrutivo-ficha-sinan-5->

1--vers--o-final-15-01-2016.pdf>.

BRAUN, Suzana. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo**. Porto Alegre: Age, 2002.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2001.

CARDOSO, Tatiane Aparecida Silva; MENEZES, Rafael Erick. Violência sexual e ausência do Estado: contexto de violências contra crianças e adolescentes. In: ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. **A defesa de crianças e adolescentes vítimas de violências sexuais**. São Paulo: Cromosete Gráf. e Editora Ltda, 2009.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz; FERREIRA, Helder. **Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017. ISSN 1415-4765.

CHIZZOTTI, Antônio; PONCE, Branca Jurema. A violência, a escola e as políticas de enfrentamento. **Revista COCAR**, Belém, v. 10, n. 19, p. 07-30, Jan./Jul.2016. Programa de Pós-graduação Educação em Educação da UEPA. <http://páginas.uepa.br/seer/index.php/cocar>.

CHAUÍ, M. **Uma Ideologia Perversa**. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais, p. 3, 1999, 14 de março.

COMÊNIO, João Amós. **Didática Magna**. 3. ed. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa Portugal: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 1957.

CONANDA – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **O processo de revisão do Plano Nacional: relatório de acompanhamento 2007-2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.comitenacional.org.br/files/anexos/05-2009_Livro-Processo-de-Revisão_lorzwm.pdf>.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11 (Sup), p. 1163-1178, 2007.

DESLANDES, Suely Ferreira; ASSIS, Simone Gonçalves de; SANTOS, Nilton César. Violência envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 115 p.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Theasaurus, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008,

FERNANDES, Danyelle Crystina. Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 03, Ed. 11, Vol. 02, p. 95-115 Novembro de 2018. ISSN:2448-0959

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Kátia Maria Maia. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes - nossa realidade. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002. 240 p.: il.

FIGUEIREDO, Itimara. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Secretaria de Imprensa. **Vera relata sobre combate e exploração sexual**. 18 de maio de 2004. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/vera-relata-sobre-combate-e-exploracao-sexual/visualizar>>. Acesso em: 17/07/2021.

FRANCA S. J., Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas – O Ratio Studiorum**: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora. 1952.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Infância e Violência no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

HERDY, Thiago. Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora. **Globo.com**. 02/03/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-brasil-cada-hora-24280326>. Acesso em 15 de junho de 2021.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção educação e saúde; v. 4).

LIMA, Cláudia Araújo de (Coord.) et al. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 85-334-0779-3.

LIMA, Maria Aparecida da. **A percepção dos professores frente à violência doméstica contra a criança: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016. 110 f.

LIMA, Marsiléia Brasil de. **Percepções de professores do ensino fundamental sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes**: estudo sobre o processo de notificação em uma escola pública do município de Manaus, AM. 91 f. Dissertação (mestrado). Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011.

LYRA, G.F.D.; CONSTANTINO, P.; FERREIRA, A.L. Quando a violência familiar chega até a escola. In: ASSIS, S.G., CONSTANTINO, P.; AVANCI, J.Q. (Orgs.). **Impactos da violência**

na escola: um diálogo com professores [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Editora FIOCRUZ, 2010. p. 147-175. ISBN 978-85-7541-330-2.

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; DESLANDES, Suely Ferreira. **Família e negligência:** uma análise do conceito de negligência na infância. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2017.

MAFFESOLI, Michael. **Dinâmica da violência.** São Paulo: Vértice, 1987.

MARTELLI, Andrea Cristina. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que a escola tem a ver com isso?. In: III Simpósio Internacional de Educação Sexual. Corpos, identidade de gênero e Heteronormatividade no espaço escolar. Maringá-PR, **Anais...** 24 a 26 de abril de 2013.

MEDEIROS, Marcos Ferreira; TIELLET, Maria do Horto Salles; BRAGA, Aline Rejane Caxito. A percepção dos professores da rede municipal de ensino sobre a violência nas escolas do município de Cáceres-MT. **Dialogia**, São Paulo, n. 32, p. 10-24, maio/ago. 2019.

MERLAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** 3ª Ed. Martins Fontes. São Paulo: 2006.

MEYER, Caroline Arcari. **Livro "O que é privacidade?":** uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2017. 110 f.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. (Coleção Temas em Saúde).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, vol. IV, n. 3, p. 513-531, nov. 1997.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaaios.** Trad. Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).

MONTEIRO, Evanildo Lopes. **Do poder pastoral à delinquência:** o professor enquanto agente do abuso sexual de crianças e adolescentes. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017. 420 f.

MORESCHI, Marcia Teresinha. **Violência contra Crianças e Adolescentes:** Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p.

NETO, Luis Gonzaga. MT registra 418 casos de maus tratos a crianças e adolescentes em nove meses. **G1 Mato Grosso** [on line]: 21.10.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/10/21/mt-registra-418-casos-de-maus-tratos-a-criancas-e-adolescentes->

em-nove-meses.ghml>. Acesso em: 30 dez. 2020

NEVES, Anamaria Silva; CASTRO, Gabriela Brito de; HAYECK, Cynara Marques; CURY, Daniel Gonçalves. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em psicologia**, v. 18, n. 1, p. 99-101, 2010. ISSN 1413-389X.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. 2. ed. São Paulo. Brasiliense. 1983.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Word report in violence and health**. Genebra, SW: WHO, 2002.

OUTHWAITE, William et al. **Dicionário do pensamento do século XX**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1996.

PAIVA, Eliane Aparecida Faria de. **A prevenção primária e secundária do abuso sexual na educação infantil**: reflexões no âmbito das políticas públicas. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, SP, 2015.

PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PRIORE, Mary Del. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Orgs.). **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. ISBN: 978-85-7982-060-1.

ROTHERDAN, Erasmo. **De Pueris (Dos meninos)**. Trad. Luiz Feracine São Paulo: Edição Escala, 2008.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em crianças**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005. ISBN: 85-89384-76-4.

SANTANA, Luana. Projeto para atender crianças vítimas de violência sexual e evitar traumas é criado em Cáceres (MT). **G1 Mato Grosso**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/11/08/projeto-para-atender-criancas-vitimas-de-violencia-sexual-e-evitar-traumas-e-criado-em-caceres-mt.ghml>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. ISBN 978-85-8067-008-0.

SANTOS, Wellen Renata Costa et al. O papel da Escola para o enfrentamento da Violência Sexual contra crianças nos discursos de professores do Ensino Fundamental em Augusto Corrêa – PA. **Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, mai-ago, 2018.

SILVA, Inalva Regina da; NÓBREGA, Renata (colaboração). Feridas que não cicatrizam. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002. 240 p.: il.

SILVA, Maria Aparecida da. **A percepção dos professores frente a violência doméstica contra a criança**: um estudo de caso. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Programa de Pós-graduação em Educação, Cáceres-MT, 2016.

SILVA, Marta Angélica Iossi; PEREIRA, Beatriz Oliveira. A violência como fator de vulnerabilidade na ótica de adolescentes escolares. In: BONITO, Jorge. **Educação para a Saúde no Século XX**: Teorias, Modelos e Práticas. Évora, PT: Universidade de Évora, 2008. ISBN: 978-989-95539-3-4

SILVA, Raimunda Magalhães et al. **Estudos qualitativos**: enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações. Sobral, PT: Edições VVA, 2018. 305 p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência**. 2. ed. Rio de Janeiro: SBP, março de 2001.

SORGE, Bartolomé. **A Violência**. Trad. Eduardo Vasconcelos Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SOUZA, Cecília de Mello; ADESSE, Leila. **Violência Sexual no Brasil**: perspectivas e desafios. Brasília: Ipas Brasil, 2005.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Impacto da Violência na Infância e Adolescência Brasileiras: Magnitude da Morbimortalidade. In: LIMA, Cláudia Araújo de (Coord.) et al. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 85-334-0779-3.

SOUZA, Samuel da Silva. **Violência sexual contra meninos no município de Corumbá/MS no período de 2006 a 2015**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá /MS, 2017.

TIELLET, Maria do Horto Salles. **Adolescentes, em conflito com a lei e suas trajetórias escolares**. Relatório parcial de pesquisa. Universidade do estado de Mato Grosso. 25 fl., 2015
Relatório de Pesquisa. Universidade do Estado de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá, 2015.

TIELLET, Maria do Horto Salles; CORSETTI, Berenice. Conflitos e violência em escolas públicas. **Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-graduação em Educação da UCB**. Campo Grande, MS, n. 32, p. 223-241, jul./dez. 2011.

TIELLET, Maria do Horto Salles. **As Políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar no estado do Mato Grosso, no período de 2003-2010, e os reflexos nas escolas estaduais do município de Cáceres**. 362 p. Tese (Doutorado em Educação). Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2012.

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do Silêncio**: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2014.

VASCONCELOS, Kelly Linhares et al. Características da violência sexual sofrida por crianças assistidas por um programa de apoio. **Rev. Rene**, UFC, Fortaleza - CE, v. 11, n. 1, p. 38-47, jan./mar.2010.

VIEIRA, Bárbara M.; PINHONI, Marina; MATARAZZO, Renata. Denúncias de violência contra crianças e adolescentes caem 12% no Brasil durante a pandemia. **G1. GLOBO**. 10.09.2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/10/denuncias-de-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-caem-12percent-no-brasil-durante-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 15/06/2021.

APÊNDICE

Quadro 15 - Alterações comportamentais da criança e do adolescente em situações de violência*

SINAIS DA VIOLÊNCIA	CRIANÇA			ADOLESCENTE
	Até 11 meses	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos
Choros sem motivo aparente				
Irritabilidade frequente, sem causa aparente				
Olhar indiferente e apatia				
Tristeza constante				
Demonstrações de desconforto no colo				
Reações negativas exageradas a estímulos comuns ou imposição de limites				
Atraso no desenvolvimento; perdas ou regressão de etapas atingidas				
Dificuldades na amamentação, podendo chegar à recusa alimentar; vômitos persistentes				
Distúrbios de alimentação				
Enurese e encoprese				
Atraso e dificuldades no desenvolvimento da fala				
Distúrbios do sono				
Dificuldades de socialização e tendência ao isolamento				
Aumento da incidência de doenças, injustificável por causas orgânicas, especialmente as de fundo alérgico				
Afecções de pele frequentes, sem causa aparente				
Distúrbios de aprendizagem até o fracasso na escola				
Comportamentos extremos de agressividade ou destrutividade				
Ansiedade ou medo ligado a determinadas pessoas, sexo, objetos ou situações				
Pesadelos frequentes, terror noturno				
Tiques ou manias				
Comportamentos obsessivos ou atitudes compulsivas				
Baixa autoestima e autoconfiança				
Automutilação, escarificações, desejo de morte e tentativa de suicídio				
Problemas ou <i>déficit</i> de atenção				
Sintomas de hiperatividade				
Comportamento de risco, levando a traumas frequentes ou acidentes				
Uso abusivo de drogas				

Fonte: BRASIL, 2010, p. 37. *Os espaços coloridos indicam a presença do sinal da violência na respectiva faixa etária.